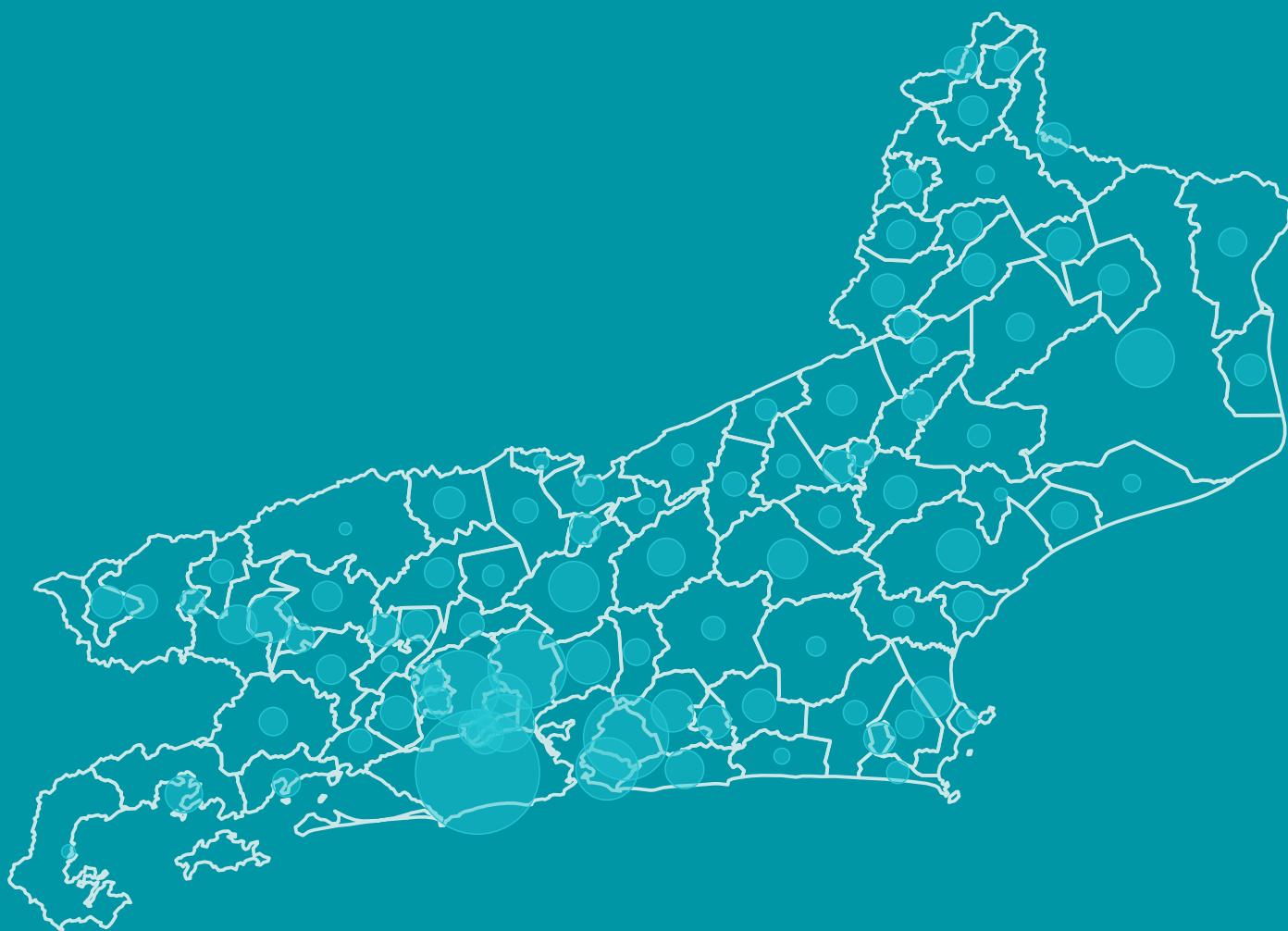


Guia Lappcom Eleições Gerais 2026: **Balanço da Campanha**

VOLUME 3



EXTREMOS
religião, política e violência

Guia Lappcom Eleições Gerais 2026

VOLUME 3: Balanço da campanha

COORDENAÇÃO GERAL

Mayra Goulart

ORGANIZAÇÃO

Isabel Uchôa, Millena Dias, Mônica Gonçalves, Priscila Schmitz, Victor Escobar e Vítor Medeiros

EDIÇÃO

Isabel Uchôa, Millena Dias, Mônica Gonçalves, Pedro Bahia, Priscila Schmitz, Victor Escobar e Vítor Medeiros

DIAGRAMAÇÃO

Esther Barros

AUTORES

Allana Ribeiro, Alice Leal, Ana Caroline P. Lourenço, Ana Kevelin Machado da Silva, Ana Luiza Helpe, Beatriz Monteiro Lemos, Caio Vaz, Esther Barros, Felipe de Andrade, Gabriel Melo Mizrahi, Gabriel Meneguete, Giovanna Farias, Giulia Gouveia, Gustavo André Couto Lourenço Marques, Italo Nogueira, Isabel Uchôa, João Pedro Alencar, João Pedro Silva Dias, José Robson Tavares de Paiva, Júlia Pereira, Lara Reis, Letícia Berto, Miguel do Rosário, Millena Dias, Mônica Gonçalves, Niara Melo Retana, Paulo Baía, Pedro Henrique de Paula Gomes, Pedro Bahia, Priscila Schmitz, Silvana Telles, Theófilo Rodrigues, Vanilda Chaves, Victor Escobar e Vítor Medeiros



EXTREMOS
religião, política e violência

Sumário

	O sistema de Justiça como protagonista: a eleição fluminense de 2026 e a disputa nacional	4
	<i>Mayra Goulart</i>	
1	Apresentação	13
	<i>Isabel Uchôa, Millena Dias, Mônica Gonçalves, Priscila Schmitz, Victor Escobar e Vítor Medeiros</i>	
2	O mapeamento das articulações políticas em 2026 por região	16
2.1	Capital	18
	<i>Júlia Pereira, Letícia Berto e Allana Ribeiro</i>	
2.1.1	As demandas dos cidadãos	19
2.1.2	Monitoramento dos candidatos	19
2.2	Baixada Fluminense	30
	<i>João Pedro Silva Dias e Ana Kevelin Machado da Silva</i>	
2.2.1	As demandas dos cidadãos	31
2.2.2	Monitoramento dos candidatos	31
2.3	Leste Fluminense	40
	<i>Ana Luiza Helpe, Alice Leal, José Robson Tavares de Paiva e Pedro Henrique de Paula Gomes</i>	
2.3.1	As demandas dos cidadãos	41
2.3.2	Monitoramento dos candidatos	41
2.4	Sul Fluminense	48
	<i>Felipe de Andrade e Gustavo André Couto Lourenço Marques</i>	
2.4.1	Demandas populacionais	49
2.4.2	Monitoramento das campanhas e candidaturas	49
2.5	Região Intermediária Macaé - Rio das Ostras - Cabo Frio	57
	<i>Niara Melo Retana e João Pedro Alencar</i>	
2.5.1	Demandas populacionais	58
2.5.2	Monitoramento das campanhas e candidaturas	58
2.6	Região Intermediária Campos dos Goytacazes	65
	<i>Millena Dias e Silvana Telles</i>	
2.6.1	As demandas dos cidadãos	66
2.6.2	Monitoramento dos candidatos	68
2.7	Região Intermediária Petrópolis	77
	<i>Priscila Schmitz, Lara Reis e Gabriel Meneguete</i>	
2.7.1	Demandas e temas das páginas de notícias locais	79
2.7.2	Monitoramento das campanhas nas redes sociais	80
2.8	Região Intermediária Volta Redonda - Barra Mansa	89
	<i>Esther Barros, Giovanna Farias e Caio Vaz</i>	
2.8.1	As demandas dos cidadãos	90
2.8.2	Monitoramento dos candidatos	90

3	Análises das eleições	98
3.1	Gramática conspiracionista em ação: primeiros achados do monitoramento NIEJ-Lappcom nas eleições de 2026	99
	<i>Ana Caroline P. Lourenço e Beatriz Monteiro Lemos</i>	
3.2	A reforma política no programa das candidaturas presidenciais em 2026	105
	<i>Theófilo Rodrigues</i>	
3.3	A fábrica, a estação e a urna	110
	<i>Miguel do Rosário</i>	
3.4	Violência política de gênero: o silenciamento das mulheres e os limites da democracia	118
	<i>Giulia Gouveia e Vanilda Souza Chaves</i>	
3.5	O veto à milícia armada e o risco do critério: o alerta do caso Salvino	123
	<i>Italo Nogueira</i>	
3.6	Violência política e eleitoral no estado do Rio de Janeiro: balanço e reflexão à luz do ciclo eleitoral estadual de 2026	125
	<i>Pedro Bahia</i>	
3.7	O parlamento que já se anuncia: a república brasileira depois das urnas	130
	<i>Paulo Baía</i>	
	Referências	136

O sistema de Justiça como protagonista: a eleição fluminense de 2026 e a disputa nacional

Mayra Goulart¹

A eleição de 2026 chega ao primeiro turno marcada pela polarização entre os dois campos que organizam a disputa presidencial desde 2018. O estado do Rio de Janeiro reúne, nesse cenário, um conjunto de elementos que ajudam a compreender a eleição nacional, seja por reproduzirem seus traços principais, seja por apresentarem elementos que desafiam a polarização nacional. Este texto sustenta que o principal ator da eleição de 2026 foi o sistema de Justiça e que o caso fluminense é aquele em que tal protagonismo se apresenta de modo mais intenso. A intervenção de tribunais, do Ministério Público e da Polícia Federal definiu quem governa o estado durante a campanha, quem pôde se candidatar, que informações chegaram ao eleitor sobre os grupos que governaram o Rio nos últimos anos e em que condições um dos candidatos competitivos disputa o pleito.

O argumento se desenvolve em seis passos. O primeiro situa a polarização em suas bases sociais, com atenção ao antipetismo e à religião. O segundo recupera as raízes do protagonismo judicial no arcabouço constitucional brasileiro e na história das cortes constitucionais do pós-guerra, situando, em um contexto mais alargado, a crise que hoje reduz a capacidade do Supremo Tribunal Federal de exercer suas funções. O terceiro descreve as formas de intervenção da Justiça Eleitoral na composição da oferta de candidaturas. O quarto examina o caso fluminense. O quinto identifica paralelos e diferenças entre o Rio de Janeiro e a disputa nacional. O sexto discute os riscos que acompanham esse protagonismo.

As observações aqui reunidas resultam do trabalho do Grupo de Trabalho de Política Local do Lappcom, que acompanha desde 2022 as articulações das lideranças fluminenses e publica os Guias Lappcom, e dos relatórios do laboratório sobre a composição das bancadas estaduais e federais e sobre as emendas parlamentares, apresentados na semana passada no Jornal RJTV 2ª edição. Parte desse trabalho chega também aos leitores do jornal Extra por meio da parceria Tamo Junto, na qual os pesquisadores do laboratório produzem textos próprios para as edições impressa e digital do jornal, escritos para o público mais amplo que o jornal alcança.

¹ Professora do Departamento de Ciência Política da UFRJ e dos programas de pós-graduação PPED/UFRJ e PPGCS/UFRRJ; coordenadora do Laboratório de Partidos, Eleições e Política Comparada (Lappcom).

1. As bases sociais da polarização: aspirações, antipetismo e religião

A eleição presidencial opõe Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Flávio Bolsonaro (PL), herdeiro político do pai, inelegível. No Rio de Janeiro, a disputa parte de um terreno em que o campo bolsonarista tem vantagem consolidada. A trajetória do estado nas últimas duas décadas é conhecida: no segundo turno de 2002, Lula recebeu 78,97% dos votos válidos fluminenses, quase 18 pontos acima de sua votação nacional; em 2018, Jair Bolsonaro obteve 67,95% no estado; em 2022, venceu no Rio com 56,53%, enquanto perdia no país². Em duas décadas, o estado passou de mais lulista a mais bolsonarista que o conjunto do Brasil.

Rosana Pinheiro-Machado oferece uma chave para compreender esse deslocamento em ensaio publicado no último domingo³. A autora parte do conceito de classes aspiracionais, com o qual designa os segmentos populares que, a partir dos anos 2000, aprenderam a desejar outros futuros e ampliaram suas expectativas. Dois processos contribuíram para essa ampliação. O primeiro foi a expansão da chamada teologia da prosperidade nas igrejas evangélicas nos anos 1990. O segundo foram as políticas dos governos petistas dos anos 2000, com ampliação do crédito, inclusão pelo consumo, transferência de renda e ações afirmativas. Segundo a autora, na ponte entre os discursos governamental e religioso, mediante a sedimentação em uma episteme neoliberal amplamente disseminada nas elites econômicas e intelectuais, o empreendedorismo surgiu como promessa de autonomia, prosperidade e ascensão individual para as classes populares.

O mesmo processo produziu uma contradição, na formulação da autora, entre aspirações crescentes, de um lado, e endividamento e precariedade econômica e laboral, de outro. A pesquisa conduzida por Pinheiro-Machado e Lucia Scalco entre 2016 e 2018 documentou como parte dos jovens das periferias de Porto Alegre e de seus pais, frustrados com a crise econômica, aderiu ao bolsonarismo. Nas palavras da autora, o voto expressava uma revolta contra as aspirações frustradas dirigidas justamente ao partido que havia aberto essa janela. Esse é um dos mecanismos do antipetismo: a frustração das expectativas de inclusão simbólica e econômica criadas no período de crescimento é atribuída ao governo que as criou.

O ensaio acrescenta um segundo mecanismo, que a autora denomina senso de merecimento precário. Ele diz respeito ao sujeito que conquistou um pouco mais e, por isso, se considera superior aos que o cercam, utilizando para isso uma narrativa que valoriza o trabalho individual. Incidindo de maneira determinante nos segmentos que se situam no topo da classe trabalhadora – aqueles que recebem de dois a cinco salários mínimos –, esse sentimento de distinção em relação àqueles que se situam na base é marcado por uma rejeição a políticas públicas e a uma suposta dependência do Estado.

² Resultados do segundo turno presidencial, votos válidos, TRE-RJ e TSE, conforme sistematizados por Miguel do Rosário neste volume.

³ PINHEIRO-MACHADO, Rosana. Brasil vai às urnas dividido entre quem realiza sonhos e quem se vê deixado para trás. Folha de S.Paulo, Ilustríssima, 26 set. 2026.

A lógica, contudo, é descrita a partir da própria percepção do Estado: ele é visto como ausente para quem fala e como presente e benevolente para os outros, e a indignação se dirige à vizinha que vive do Bolsa Família. A autora chama de *autoritariado* as frações das classes aspiracionais e pobres que, à margem do mercado de trabalho formal e das proteções sociais, aprenderam a se virar, veem o Estado como usurpador e esperam, ao mesmo tempo, um pulso firme. A religião atravessa esse universo: nas redes de influenciadores e coaches de prosperidade acompanhadas pela pesquisa, os seguidores são ensinados a elevar sua frequência para que corresponda à do reino de Deus e a agradecer a Deus pelas bênçãos, e a crença na força individual convive com a fé como caminho para o crescimento.

Dois pontos do argumento interessam diretamente a esta análise sobre as eleições no Rio de Janeiro, marcado por um contingente populacional fortemente evangélico e por uma dinâmica de desigualdade e esvaziamento produtivo que ampliam os mecanismos de disseminação do ressentimento em relação ao Estado e aos demais cidadãos. O primeiro é a conclusão da autora de que o voto das classes aspiracionais depende menos da concretização ou da frustração das aspirações e mais da forma como o Estado é percebido nesse processo; os que guardam memória da presença do Estado em sua trajetória de melhoria tendem a rejeitar a extrema direita. O segundo é a observação de que a revolta contra o Estado não significa que não se queira o Estado, porque as pessoas se ressentem de sua ausência.

No Rio de Janeiro, a expectativa em relação ao Estado se concentra na segurança pública, que o monitoramento das páginas de notícias locais realizado para este Guia identifica como a demanda dominante em todas as regiões do estado. Nossa leitura é a de que a segurança aparece como aquilo que os cidadãos ainda esperam, ou mais esperam, do Estado. A aprovação de 64% dos moradores do estado à Operação Contenção, de outubro de 2025, a ação policial mais letal da história do país, registrada pela Genial/Quaest, indica a força dessa expectativa⁴. A extrema direita fluminense organizou sua oferta política em torno dela, apresentando-se como portadora da solução para a segurança pública.

2. As raízes do protagonismo judicial

O protagonismo do sistema de Justiça em 2026 tem raízes que antecedem a conjuntura. A primeira delas está na tradição do direito público brasileiro, em que as constituições foram concebidas como projetos de sociedade e o direito como instrumento de transformação social. A Justiça Eleitoral, criada pelo Código Eleitoral de 1932, nasceu como resposta às fraudes que caracterizaram as eleições da Primeira República, o que significa que a organização e o controle das eleições foram atribuídos a um ramo do Judiciário desde a origem do sistema eleitoral moderno no país. A Constituição de 1988 aprofundou esse desenho. Inscrita na linhagem que J. J. Gomes Canotilho denominou constituição dirigente, ela vincula o legislador a programas de

⁴ Pesquisa Genial/Quaest com moradores do estado do Rio de Janeiro, 30 e 31 out. 2025: 64% de aprovação e 27% de desaprovação à operação, conforme citado por Miguel do Rosário neste volume.

transformação social⁵, amplia os instrumentos de controle concentrado de constitucionalidade e confere autonomia ao Ministério Público. O próprio Supremo incorporou essa compreensão: o ministro Luís Roberto Barroso descreveu como iluminista o papel que as cortes constitucionais podem exercer quando promovem avanços civilizatórios que o processo político majoritário não produz⁶.

A segunda raiz está na história das cortes constitucionais do pós-guerra. Os tribunais constitucionais alemão e italiano foram criados, nas constituições de 1949 e 1948, como parte de um desenho institucional destinado a impedir que maiorias eleitorais destruíssem a própria democracia, na linha do que Karl Loewenstein havia chamado, em 1937, de democracia militante⁷. O Tribunal Constitucional Federal alemão declarou inconstitucionais, nos anos 1950, um partido neonazista e o partido comunista. As cortes supremas passaram a ocupar, desde então, uma posição central no que se pode chamar de batalha civilizatória contra o extremismo.

Essa posição explica por que a extrema direita contemporânea escolhe as cortes como alvo. O repertório tem duas variantes. A primeira trata o tribunal como inimigo a ser derrotado: no Brasil, ela se expressou no discurso de Jair Bolsonaro em 7 de setembro de 2021, quando o então presidente afirmou que não cumpriria decisões do ministro Alexandre de Moraes, e na depredação da sede do STF em 8 de janeiro de 2023. A segunda trata o tribunal como espaço a ser ocupado por meio da indicação de ministros próximos ou da alteração de sua composição, como ocorreu com a ampliação da corte constitucional húngara após 2010, com a crise do Tribunal Constitucional polonês a partir de 2015 e com a destituição dos magistrados da Sala Constitucional salvadorenha em 2021. As duas variantes podem coexistir.

A capacidade do STF de exercer essas funções, porém, vem sendo drenada pela conduta pouco republicana de seus próprios ministros. O caso do Banco Master tornou pública, ao longo de 2026, uma sequência de episódios: o afastamento do ministro Dias Toffoli da relatoria do caso, em fevereiro, após a revelação de que o ex-banqueiro Daniel Vorcaro havia adquirido participação em um resort da família do ministro; o contrato de prestação de serviços entre o banco e o escritório de Viviane Barci de Moraes, esposa do ministro Alexandre de Moraes; e, no início de setembro, a divulgação, pelo ministro André Mendonça, de conversas entre Vorcaro e Moraes, seguida de acusações mútuas entre os dois ministros⁸. Ao pedir explicações a ambos, o presidente da Corte, ministro Edson Fachin, reconheceu a dimensão institucional da crise. O resultado é um tribunal cujo papel foi ampliado pelo desenho constitucional e pela conjuntura, e cuja legitimidade para exercê-lo está sob questionamento no momento em que ela é mais necessária.

⁵ CANOTILHO, J. J. Gomes. Constituição dirigente e vinculação do legislador. Coimbra: Coimbra Editora, 1982.

⁶ BARROSO, Luís Roberto. Contramajoritário, representativo e iluminista: os papéis dos tribunais constitucionais nas democracias contemporâneas. Revista Direito e Práxis, v. 9, n. 4, 2018.

⁷ LOEWENSTEIN, Karl. Militant democracy and fundamental rights. American Political Science Review, v. 31, n. 3-4, 1937.

⁸ Agência Pública, "Crise no STF após divulgação de conversas entre Moraes e Vorcaro: como chegamos até aqui?", 2 set. 2026; Agência Brasil, "Fachin aguarda explicações de ministros para decidir sobre crise", 7 set. 2026.

3. A Justiça Eleitoral e a composição da oferta de candidaturas

No terreno propriamente eleitoral, a intervenção da Justiça se exerce sobretudo sobre quem pode concorrer. Três instrumentos merecem destaque. O primeiro é a Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar nº 135/2010), aprovada a partir de projeto de iniciativa popular, que tornou inelegíveis os condenados por órgão colegiado por um conjunto de crimes e infrações e que alcança, nesta eleição, candidatos competitivos no Rio de Janeiro.

O segundo instrumento é o controle do cumprimento das ações afirmativas. A legislação exige que cada partido reserve ao menos 30% das candidaturas proporcionais a cada sexo, e a Justiça Eleitoral passou a examinar não apenas o registro formal dessas candidaturas, mas também sua efetividade. Em maio de 2024, o Tribunal Superior Eleitoral consolidou esse entendimento na Súmula nº 73, segundo a qual a fraude à cota de gênero acarreta a cassação de toda a chapa proporcional e dos diplomas dela decorrentes⁹. A distribuição de recursos e de tempo de propaganda para candidaturas femininas e negras também foi objeto de decisões do TSE e do STF.

O terceiro instrumento, que ganha centralidade em 2026, é o impedimento de candidaturas com indícios de vínculo com o crime organizado. A tese foi construída pelo TSE a partir de registros de candidatura julgados no Rio de Janeiro nas eleições municipais de 2024, com fundamento na vedação constitucional à utilização de organização paramilitar pelos partidos (art. 17, § 4º). Em 14 de setembro, o Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro havia indeferido dez registros por esse motivo, aplicando também a noção de milícia de gravata, que estende a vedação à infiltração do crime organizado na administração pública¹⁰. No mesmo sentido, o TRE-RJ transferiu 72 locais de votação situados em áreas sob controle armado, medida que alcança cerca de 202 mil eleitores em vinte municípios¹¹.

4. O caso fluminense

No Rio de Janeiro, o protagonismo da Justiça alcançou o próprio comando do Executivo estadual. Em 23 de março, o governador Cláudio Castro (PL) renunciou ao cargo para disputar o Senado. No dia seguinte, o TSE o condenou por abuso de poder político e econômico nas eleições de 2022 e o tornou inelegível por oito anos. O tribunal reconheceu a contratação de mais de 27 mil temporários pela Fundação Ceperj sem demonstração de urgência, a criação e expansão de programas sociais em ano eleitoral e o uso de estruturas da Ceperj e da Uerj para fins eleitorais. No mesmo julgamento, cassou o diploma do deputado estadual Rodrigo Bacellar

⁹ TSE, Súmula nº 73, aprovada em maio de 2024.

¹⁰ TRE-RJ, "TRE-RJ chega a 10 indeferimentos de candidatos motivados por vínculos com organização criminosa paramilitar", 14 set. 2026.

¹¹ Conforme Paulo Baía neste volume.

(União Brasil), então afastado da presidência da Alerj¹².

A decisão produziu uma dupla vacância, já que o vice-governador havia deixado o cargo em 2025 para assumir vaga no Tribunal de Contas do Estado. O governo passou ao presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Ricardo Couto de Castro. A legislação previa, nessa hipótese, eleição indireta pela Assembleia Legislativa. Em 26 de março, a Alerj elegeu seu novo presidente, o deputado Douglas Ruas (PL), com 45 votos, número superior aos 36 necessários para eleger um governador em votação indireta. O STF, contudo, manteve Ricardo Couto no cargo e iniciou o julgamento sobre o formato da eleição. Em abril, com votos divergentes dos ministros Luiz Fux, pela eleição indireta, e Cristiano Zanin, pela eleição direta, o ministro Flávio Dino pediu vista e condicionou a continuidade do julgamento à publicação do acórdão do TSE. O processo foi devolvido em 30 de junho e retirado de pauta em 19 de agosto, de modo que o desembargador tende a permanecer no governo até o fim do ano¹³.

Na ausência dessa sequência de decisões, a Assembleia teria realizado a eleição indireta, e o governador eleito seria, provavelmente, o presidente da Casa. Douglas Ruas chegaria à campanha de outubro no comando da máquina estadual e com a visibilidade do cargo, em condições de repetir uma operação análoga à que permitiu a Cláudio Castro, vice-governador pouco conhecido que assumiu o governo em 2020, eleger-se em 2022 e, a partir do Palácio Guanabara, liderar as pesquisas para o Senado¹⁴. As decisões judiciais produziram, assim, três efeitos. Impediram a candidatura de Castro ao Senado. Afastaram do comando do Executivo o grupo que o controlava, o que retirou da campanha a possibilidade de que a estrutura do governo estadual continuasse disponível para a articulação de apoios políticos entre prefeitos e vereadores, prática que, em sua versão de 2022, o TSE reconheceu como uso da estrutura administrativa para fins eleitorais. E abriram espaço para que o governo interino promovesse auditorias e revisões de contratos em órgãos historicamente submetidos à influência de deputados, como registra Paulo Baía neste volume.

As investigações conduzidas pela Polícia Federal e pelo Ministério Público tiveram um quarto efeito. A Operação Zargun, de setembro de 2025, levou à prisão do então deputado estadual TH Joias (MDB), que se tornou réu em setembro de 2026 sob acusação de atuar como intermediário político do Comando Vermelho. Em dezembro de 2025, a Operação Unha e Carne alcançou Rodrigo Bacellar, suspeito de repassar informações sigilosas daquela operação ao deputado¹⁵. Os processos seguem sob o contraditório e a presunção de inocência. Ainda assim, trouxeram à público indícios de proximidade entre figuras centrais da base que sustentou o governo Castro e o crime organizado. O campo político que se apresenta como portador da

¹² TSE, "TSE torna inelegível ex-governador do Rio Cláudio Castro", 24 mar. 2026. A inelegibilidade foi mantida pelo TSE em junho de 2026.

¹³ STF e imprensa, mar.–ago. 2026. Ver O Bastidor, "E Ricardo Couto vai ficando", 21 ago. 2026.

¹⁴ Pesquisas Genial/Quaest, Paraná Pesquisas e Real Time Big Data para o Senado no Rio de Janeiro, anteriores à renúncia de Castro.

¹⁵ Agência Brasil, "TH Joias, ex-deputado estadual no Rio, vira réu por envolvimento com CV", 12 set. 2026; Correio da Manhã, "Por suspeita de elo com Comando Vermelho, PF indícia Rodrigo Bacellar, TH Joias e mais 3", 27 fev. 2026.

solução para a segurança pública passou a ser associado, nas investigações, ao próprio problema que promete resolver.

Os dados do Lappcom ajudam a situar esse campo. O relatório sobre a composição ideológica das bancadas fluminenses mostra que o bloco de direita detém a maioria das cadeiras da Alerj em todas as eleições desde 2002 e que, entre 2014 e 2022, as siglas classificadas na extrema direita passaram de nenhuma cadeira a 37% da Assembleia, enquanto a direita convencional recuava de 63% para 30%. O rastreamento das trajetórias dos 192 prefeitos e vereadores eleitos pelo PL no estado em 2024 indica que 69,8% deles tinham mandato ou candidatura anterior por outras legendas¹⁶. O crescimento do partido se apoiou, portanto, na incorporação de lideranças já enraizadas nos municípios, e o trabalho do laboratório sobre emendas parlamentares acompanha o modo como esses recursos estreitam o vínculo entre deputados e prefeituras.

5. O Rio de Janeiro e a eleição nacional

O caso fluminense oferece três elementos para pensar a eleição nacional. O primeiro é o legado das investigações. A associação entre integrantes do campo que governou o estado e o crime organizado fragiliza o principal ativo discursivo da extrema direita, a promessa de enfrentamento da violência, e esse talvez seja o principal legado do Rio de Janeiro para a disputa presidencial. O segundo é a variação do desempenho do bolsonarismo no estado. Em 2022, Jair Bolsonaro venceu Lula no Rio por 56,5% a 43,5% dos votos válidos no segundo turno. Na pesquisa Datafolha realizada entre 22 e 24 de setembro, Flávio Bolsonaro tem 44% contra 38% de Lula no primeiro turno e 51% a 42% no segundo; na Prefab Future, realizada entre 19 e 22 de setembro, os dois aparecem em empate técnico no primeiro turno, com 36,6% e 35,7%¹⁷. Os números sugerem uma redução da vantagem bolsonarista no estado, cuja magnitude as urnas vão definir, uma vez que a própria Datafolha registrava, na véspera do segundo turno de 2022, placar semelhante ao atual.

O terceiro elemento diz respeito à oferta de candidatos, e aqui o Rio apresenta configurações ausentes no plano nacional. O estado tem um terceiro candidato competitivo ao governo, Anthony Garotinho (Republicanos), com 8% das intenções de voto na pesquisa Quaest de 19 a 22 de setembro. Sua competitividade é drenada, contudo, pela incerteza sobre sua candidatura. O TRE-RJ indeferiu seu registro por unanimidade em 11 de setembro, com base em condenação anterior. A legislação lhe assegura os atos de campanha enquanto o registro estiver sub judice, como o TSE já havia reconhecido ao afastar restrições impostas pelo tribunal

¹⁶ Lappcom/UFRJ, relatórios sobre a composição ideológica das bancadas fluminenses (2002–2022), segundo a classificação de Bolognesi, Ribeiro e Codato (2023), e sobre a dinâmica eleitoral fluminense (2022–2024). A variação da categoria extrema direita em 2022 incorpora a atribuição do valor máximo da escala ao PL, conforme a nota metodológica do relatório.

¹⁷ Datafolha, 22 a 24 set. 2026, 1.204 entrevistas, margem de erro de 3 pontos; Prefab Future, 19 a 22 set. 2026, 2.000 entrevistas, margem de erro de 2,19 pontos.

regional, e a validade de seus votos depende da decisão final¹⁸. A Justiça define, também nesse caso, as condições da disputa.

O Rio tem ainda um candidato situado fora da esquerda que rejeita integralmente o bolsonarismo e, com isso, consegue atravessar a polarização. Eduardo Paes (PSD), aliado de Lula na eleição estadual, lidera a disputa com 36% contra 23% de Douglas Ruas na mesma pesquisa Quaest, e alcança parte do eleitorado bolsonarista: em agosto, 22% dos eleitores de Flávio Bolsonaro declaravam voto em Paes¹⁹. O monitoramento deste Guia registra o mesmo movimento no plano das lideranças, com grupos políticos da Baixada Fluminense que pedem voto simultaneamente para Flávio Bolsonaro e para Eduardo Paes. A disputa nacional não conta com candidatura equivalente.

6. Os riscos do protagonismo

O protagonismo do sistema de Justiça traz riscos que precisam ser explicitados. O primeiro é a deslegitimação. A cada decisão que alcança um ator da direita, a narrativa de perseguição institucional encontra novo material. O monitoramento conduzido pelo Lappcom em parceria com o NIEJ-UFRJ, apresentado neste volume, identifica essa narrativa como o padrão mais frequente e consistente entre as publicações classificadas como conteúdo sensível, com decisões judiciais reabsorvidas como prova de uma perseguição coordenada. A crise do STF oferece a essa narrativa um repertório que ela não precisa inventar.

O segundo risco é o de condutas parciais ou de critérios instáveis. O texto de Italo Nogueira neste volume mostra que os parâmetros adotados para indeferir candidaturas por vínculo com o crime organizado variam entre os casos julgados em 2026 e alerta para o uso de relatórios policiais com finalidade política, a exemplo da investigação contra o vereador Salvino Oliveira, encerrada pela Justiça como perseguição política. A autonomia das instituições de controle depende da consistência dos critérios que aplicam.

O terceiro risco é a intervenção sobre a soberania popular. Decisões que definem se um governador será escolhido pela Assembleia ou pelo eleitor, que retiram candidaturas antes do voto ou que mantêm candidatos em campanha com registro indeferido afetam diretamente as alternativas disponíveis para o eleitor. Como observa Paulo Baía neste volume, combater a captura criminosa da representação política é uma obrigação democrática, e transformar suspeitas frágeis em condenações antecipadas seria igualmente perigoso.

Em suma, acredito que a eleição fluminense de 2026 mostra, com nitidez maior que a disputa nacional, como o sistema de Justiça passou a organizar as condições da competição eleitoral: quem governa durante a campanha, quem pode concorrer e que informações chegam ao eleitor sobre os grupos que disputam o poder. Esse papel decorre de um arcabouço

¹⁸ TRE-RJ, "TRE-RJ indefere registro de candidatura de Anthony Garotinho ao Governo do Estado", 11 set. 2026; TSE, decisão do ministro Floriano de Azevedo Marques, confirmada pelo plenário, com fundamento no art. 16-A da Lei nº 9.504/1997.

¹⁹ Genial/Quaest, 19 a 22 set. 2026, 1.302 entrevistas, margem de erro de 3 pontos; o recorte por voto presidencial é da rodada divulgada em 25 ago. 2026.

constitucional e de uma tradição de direito público que atribuem ao Judiciário funções de transformação e de proteção da democracia, e se exerce em um momento em que a legitimidade do Supremo está sob questionamento. Os próximos volumes deste Guia acompanharão os resultados das urnas, a composição da nova Alerj e da bancada federal fluminense e o modo como as decisões pendentes da Justiça Eleitoral incidirão sobre eles.

Apresentação

Isabel Uchôa²⁰

Millena Dias²¹

Mônica Gonçalves²²

Priscila Schmitz²³

Victor Escobar²⁴

Vítor Medeiros²⁵

Este novo volume do **Guia Lappcom** apresenta análises a respeito da campanha eleitoral de 2026 no estado do Rio de Janeiro. O esforço de observação das estratégias político-eleitorais do contexto fluminense tem como objetivo compreender a atuação de lideranças locais no território e as suas articulações com suas bases eleitorais. Este é o terceiro volume de uma série de publicações feitas a respeito do pleito de 2026. Neste ano, também foram publicados anteriormente o *Guia Lappcom Eleições 2026, vol. 1: A estrutura da disputa e as clivagens territoriais*²⁶ e o *Guia Lappcom Eleições Gerais 2026 Volume 2: Balanço da pré-campanha*²⁷.

Desde 2022, o Grupo de Trabalho (GT) de Política Local do Laboratório de Partidos, Eleições e Política Comparada (Lappcom-UFRJ/UFRRJ) realiza um acompanhamento contínuo das articulações de atores locais no contexto político fluminense, se estabelecendo como um projeto que compreende a relevância de estudar o estado do Rio de Janeiro, seus municípios e suas lideranças locais enquanto personagens importantes nas articulações políticas.

Em 2022, publicamos um dossiê voltado ao monitoramento da atuação de lideranças locais da Baixada Fluminense nas eleições daquele ano. Ainda em 2023, iniciamos as publicações a respeito do acompanhamento das Eleições Municipais de 2024, com o *Guia Lappcom Eleições Municipais 2024: Prefeitos Atuais, Candidatos Potenciais*. Ao longo de 2024, o GT deu continuidade ao monitoramento do processo eleitoral a partir da publicação de novos volumes da série: o *Guia Lappcom Eleições Municipais 2024 – Volume 2: Vereadores*; o *Guia Lappcom Eleições Municipais 2024 – Volume 3: Bairros e Importância para o Processo Eleitoral*;

²⁰ Doutoranda em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPED/UFRJ).

²¹ Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

²² Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGCS/UFRRJ).

²³ Doutora em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ).

²⁴ Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGCS/UFRRJ).

²⁵ Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

²⁶ Disponível em nosso site: <https://lappcom.com.br/2026/02/20/guia-lappcom-eleicoes-2026-vol-1-a-estrutura-da-disputa-e-as-clivagens-territoriais/>

²⁷ Disponível em nosso site: <https://lappcom.com.br/2026/08/21/guia-lappcom-eleicoes-gerais-2026-vol-2-balanco-da-pre-campanha/>

e o *Guia Lappcom Eleições Municipais 2024 – Volume 4: Análise de Resultados*. O GT de Política Local é composto por um grupo de graduandos, mestrandos, doutorandos, doutores e professores vinculados ao laboratório. Em 2025, continuamos o trabalho de acompanhamento dos atores locais com a produção e publicação do relatório *100 Dias de Governo: Acompanhamento das Gestões Municipais Eleitas em 2024*, que buscou analisar os primeiros cem dias de gestão dos novos prefeitos eleitos no estado do Rio de Janeiro.

Neste Guia, buscamos dar continuidade ao esforço de análise do contexto político fluminense. O nosso objetivo com essa publicação é apresentar dados sobre as demandas populacionais, a partir de um monitoramento das principais páginas de notícias locais no Instagram, e análises sobre o processo de acompanhamento das campanhas dos candidatos. Conforme explicitamos no volume anterior²⁸, os atores políticos analisados podem ser separados em dois grupos: a) deputados estaduais e federais que estiveram entre os cinco mais bem votados em uma região do estado²⁹; e b) prefeitos e os três vereadores mais bem votados nas regiões. Neste relatório, dado que o objetivo é o monitoramento das campanhas e das demandas locais, analisamos apenas os atores que contemplam esses critérios e que estão candidatos no pleito de 2026. Ao todo, foram monitoradas as redes sociais e as movimentações políticas de 67 deputados, sendo 28 deputados federais e 39 deputados estaduais. O recorte temporal utilizado no acompanhamento das redes sociais dos candidatos coincide com o início oficial da campanha eleitoral de 2026, em 16 de agosto, e foi concluído em 11 de setembro.

A organização das regiões do estado, por sua vez, seguiu a definição de Regiões Intermediárias do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017), seguindo os critérios estabelecidos pelo instituto, conforme explicitamos na seção 2, “O mapeamento das articulações políticas em 2026 por região”. Além do monitoramento das articulações político-partidárias, foram analisadas as publicações e interações nas redes sociais das principais páginas de notícias locais de cada região, utilizadas para identificar as demandas e os temas de maior repercussão entre a população. Este monitoramento, desde o seu segundo volume, foi realizado em parceria com o Núcleo Interdisciplinar de Estudos Judaicos (NIEJ) da UFRJ. De forma conjunta, foram realizados trabalhos na elaboração, no preenchimento e na análise e sistematização de dados de uma planilha que buscou identificar diversos aspectos e temáticas articuladas nas publicações das páginas no Instagram dos atores monitorados nesta pesquisa. Assim, buscamos identificar as características da comunicação nas redes sociais desses personagens e como ocorre a menção de outros atores políticos.

²⁸ Guia Lappcom Eleições Gerais 2026 Volume 2: Balanço da pré-campanha.

²⁹ Para isso, utilizamos dois indicadores formulados pelo CartPol, projeto do Lappcom. Desse modo, utilizamos como primeiro recorte o indicador do Lappcom RCAN_UESP, a Relevância do Candidato na Unidade Espacial, que apresenta a porcentagem de votos que a região destinou a um candidato em uma eleição. Em seguida, delimitamos o monitoramento no caso dos personagens que aparecem como um dos cinco mais votados em mais uma região a partir do indicador RUESP_CAN, a Relevância da Unidade Espacial para o Candidato, que aponta o quão relevante foi a votação em uma determinada região para o total de um candidato (em porcentagem). Alguns deputados estiveram entre os mais votados em mais de uma região. Neste caso, o monitoramento foi realizado apenas na região mais importante para sua votação total no pleito de 2022.

O volume está organizado em dois eixos. Primeiro, os textos produzidos pelos pesquisadores do projeto a respeito do acompanhamento regional. Em seguida, apresentamos um conjunto de artigos autorais produzidos por doutorandos, doutores, professores e jornalistas a respeito das eleições de 2026.

Boa leitura!

O mapeamento das articulações políticas em 2026 por região



Nesta seção, apresentamos os textos sobre o monitoramento eleitoral de 2026 por região do estado do Rio de Janeiro. Para analisar as dinâmicas de articulações das elites políticas do estado e a corrida eleitoral de 2026, adotamos neste Guia o critério elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017) quanto às divisões do estado, conforme indicado no nosso volume anterior. O modelo estabelece uma organização dos 92 municípios do estado do Rio de Janeiro em cinco Regiões Geográficas Intermediárias: a Região Intermediária do Rio de Janeiro, a Região Intermediária de Macaé - Rio das Ostras - Cabo Frio, a Região Intermediária de Petrópolis, a Região Intermediária de Volta Redonda - Barra Mansa e a Região Intermediária de Campos dos Goytacazes. Conforme os critérios metodológicos do instituto, a denominação de cada região é estabelecida a partir do polo de maior hierarquia urbana, podendo agregar mais de um município de referência no caso de equivalência na rede de articulação territorial.

Com o objetivo de estabelecer uma maior precisão analítica, optamos por subdividir a Região Intermediária do Rio de Janeiro, devido à sua densidade demográfica elevada e diversidade das dinâmicas socioeconômicas da região. Nesse sentido, estabelecemos quatro recortes analíticos: Capital, Leste Fluminense, Baixada Fluminense e Sul Fluminense. A partir desse critério e arranjo metodológico, buscamos cobrir as diversas dinâmicas da região e capturar com maior rigor no nosso mapeamento eleitoral as articulações e reposicionamentos das lideranças locais fluminenses nas eleições de 2026.

2.1

Capital

Figura 1 - Região Intermediária de Rio de Janeiro - Capital



Fonte: Elaboração própria.

Júlia Pereira³⁰
Letícia Berto³¹
Allana Ribeiro³²

³⁰ Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

³¹ Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

³² Doutoranda em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPED/UFRJ).

2.1.1 As demandas dos cidadãos

Esta seção analisa as principais reivindicações e pautas sociais presentes em publicações e interações nas páginas de notícias locais da capital do Rio de Janeiro. A segurança pública atualmente figura o tema de maior repercussão e relevância, tanto a nível local quanto a nível nacional, destacando-se em relatos diários sobre furtos, roubos, ações policiais e medo. Sem dúvidas, o que mais interessa para o eleitor, quanto a pautas e programas de governo, são o que os candidatos do Rio de Janeiro pensam e propõem para solucionar o problema da segurança pública e da violência na cidade. Em algumas das maiores e mais relevantes páginas de notícias locais do Rio³³ são compartilhados, diariamente, vídeos, tanto gravados por moradores, quanto por câmeras de vigilância espalhadas pela cidade, fotos e relatos de ocorrências relacionados a furtos e assaltos nas mais diversas regiões da cidade, revelando que é um problema real e pertinente. Nas comunidades e periferias, as cobranças voltam-se ao combate à violência policial nas operações contra o crime organizado – em especial nos episódios mais recentes, que afetam o dia a dia dos moradores dessas regiões, segundo relatado nas páginas de notícias.

Paralelamente, problemas em relação à serviços públicos, transporte e infraestrutura também são mencionados pelos cidadãos. Queixas acerca dos trens urbanos do Rio, a TRENSRJ, que assumiu a gestão em maio deste ano, são frequentes, como por exemplo a superlotação nos vagões dos ramais, o atraso constante e a falta de infraestrutura nas estações. As queixas sobre o transporte público no Rio também se estendem aos ônibus municipais e ao metrô, que apesar de ser de competência do governo estadual, atende muitos moradores da capital, que demandam pela construção de mais estações e o aumento das linhas de metrô pela cidade.

Outro tema bastante mencionado pelos cidadãos nas páginas de notícias locais é a percepção de “abandono” da cidade, em especial o centro da capital, como na região da estação de trem Central do Brasil e arredores, onde embarcam e desembarcam milhares de pessoas diariamente. Ruas sujas e falta de policiamento são queixas frequentes. Nas regiões periféricas, as deficiências no abastecimento de água, no sistema de esgoto e de drenagem são pautas levantadas pelos cidadãos nas publicações, escancarando as desigualdades existentes entre as diferentes zonas da capital. Os moradores demandam que os candidatos ao governo do estado visitem os bairros da capital para entenderem as carências específicas de cada local.

2.1.2 Monitoramento dos candidatos

Discute-se a partir daqui o andamento da campanha de atores políticos mais expressivos na capital do Rio de Janeiro, assim como os que participam da esfera de atuação política dos candidatos observados, a fim de entender suas movimentações e menções. No

³³ Rio de Nojeira (@riodenojeiraoficial); Rio Nojento @rionojoento); Alerta Rio (@alerta.rio).

primeiro mês de campanha, trabalhamos em um monitoramento sistemático das páginas oficiais do Instagram dos candidatos no pleito de 2026. Foram monitorados ex-prefeitos, vereadores com votação mais expressiva em 2024 e deputados estaduais e federais eleitos em 2022 que lideraram a votação na região. No caso dos deputados federais, são eles: General Pazuello (PL), Chico Alencar (PSOL), Tarcísio Motta (PSOL) e Daniel Soranz (PSD). Quanto aos deputados estaduais Giselle Monteiro (PL), Renata Souza (PSOL), Thiago Gagliasso (PL) e Val Ceasa (PRD) são os parlamentares do Rio de Janeiro que tiveram suas candidaturas analisadas.

Eduardo Paes (PSD), atualmente uma figura central para o cenário da política local do Rio de Janeiro, é candidato ao governo do Estado. Em 2026, após ser reeleito prefeito em 2024 e ter afirmado durante a campanha que permaneceria no cargo da Prefeitura até 2028, Paes decidiu concorrer ao governo estadual e renunciou ao cargo de prefeito em março de 2026, deixando o Poder Executivo municipal sob responsabilidade de seu vice, Eduardo Cavaliere (PSD). Trata-se da terceira candidatura de Paes ao governo do Rio, e tanto essa trajetória quanto seus quatro mandatos à frente da cidade têm sido destacados em sua campanha atual, sobretudo em publicações nas redes sociais.

O candidato tem mobilizado temas diversos em suas redes durante a campanha, mas mantém uma narrativa que se concentra na ideia de “reconstrução” do estado, à procura de ampliar seu discurso para os demais municípios do Rio de Janeiro. Entre os temas mais recorrentes está a segurança pública, que aparece como uma das principais prioridades de sua candidatura e que tem como principal proposta o “Sistema Único de Segurança Pública”, uma integração entre a polícia militar e a civil. Temas como transporte e mobilidade, educação, saúde e geração de novos empregos também são mencionados diversas vezes em conteúdos de suas redes. Suas publicações e agendas destacam visitas à Baixada Fluminense, Região dos Lagos, Niterói, Magé e outros municípios, procurando apresentar a candidatura como um projeto de governo para além da capital.

Eduardo Paes iniciou sua campanha dedicando uma publicação ao lado de sua vice Jane Reis (MDB), o candidato ao Senado Federal Pedro Paulo (PSD) e o atual prefeito do Rio Eduardo Cavaliere (PSD). No mesmo dia, Paes esteve em Duque de Caxias, ao lado do prefeito do município, Netinho Reis (MDB). Paes destinou muitas de suas publicações durante o período da campanha à menções positivas a prefeitos de diversos municípios do estado, como ao prefeito de São João de Meriti, Leo Vieira (Republicanos), ao prefeito de Arraial do Cabo, Marcelo Magno (PSD) – na ocasião de um evento em conjunto na cidade, ao prefeito de Areal, Gutinho Bernardes (PP) e à atual prefeita de Magé, Jamille Cozzollino (MDB), que assumiu o comando da cidade em abril deste ano.

Nas menções negativas de sua campanha, Eduardo Paes tem procurado associar Douglas Ruas (PL), candidato a governo do estado, à continuidade do grupo político que comandou o estado nos últimos anos, apresentando o candidato do PL como ligado ao ex-governador Cláudio Castro (PL) e ao ex-presidente da Alerj, Rodrigo Bacellar (PL). Paes relaciona essa continuidade principalmente aos problemas de segurança pública e às denúncias e

escândalos envolvendo integrantes desse mesmo grupo político. Paralelo a isso, o candidato tem mobilizado de forma explícita seu apoio ao presidente Lula, destacando a relação política construída entre ambos desde 2008 e a candidata ao Senado Benedita da Silva (PT), em especial na ocasião de um evento realizado no estádio Moça Bonita, em Bangu, que foi chamado de “Rio Abraça o Lula”.

Figura 2 - Postagem de Eduardo Paes (PSD) em 22 de agosto de 2026



Fonte: Reprodução/Instagram.

O deputado federal General Pazuello, candidato à reeleição pelo PL, mantém sua agenda articulada com pautas mobilizadas pela extrema direita bolsonarista, em especial a segurança pública e o combate ao crime organizado. Há muitas menções a uma “crise econômica” e a “falência” de grandes empresas, sempre relacionado ao governo Lula e ao PT. Pazuello também declara apoio à anistia para os condenados pelos atos de 8 de janeiro de 2023 e uma relação com o ex-presidente Jair Bolsonaro e sua família, em especial Flávio Bolsonaro, candidato à presidência pelo PL.

As menções de Pazuello se concentram principalmente a candidatos do seu mesmo partido, o PL. O deputado iniciou sua campanha em Maricá, na festa da padroeira de Maricá, ao lado do vereador Chiquinho (PL). Em seguida, uma caminhada pelo bairro da Tijuca, na capital do Rio, ao lado de figuras importantes do cenário político local do Rio de Janeiro: Carlos Jordy (PL), candidato ao Senado, e Douglas Ruas (PL), candidato a governador do Rio de Janeiro. O deputado também fez menções ao candidato a deputado estadual Jorge Felipe (PL) no lançamento de sua campanha em Campo Grande, local de seu encontro com o candidato a

deputado estadual Coronel Menezes (PL), dedicando postagens de apoio ao candidato. Suas menções a esses atores políticos são sempre em tom positivo e de apoio.

O prefeito de Itaperuna, Niel (PL), também apareceu em suas redes no período de campanha analisado, ao lado do candidato a deputado federal Jair Bittencourt (PL). Além disso, Pazuello dedica muitas de suas postagens em suas redes ao candidato ao governo do estado, Douglas Ruas (PL), e o relacionando a temas voltados à segurança pública e combate ao crime organizado. O candidato também mencionou nomes relevantes da direita bolsonarista como o de Nikolas Ferreira (PL), deputado federal e candidato à reeleição, em especial após o encontro com o mesmo no evento do feriado de 7 de setembro na Avenida Paulista, onde também estava presente Flávio Bolsonaro (PL). A única menção de Pazuello a um ator político de partido diferente, com exceção a Lula, foi ao deputado estadual Munir Neto, do Solidariedade, em uma postagem referente a um encontro promovido em Volta Redonda. Paralelo a isso, o deputado destina diversas postagens de tom negativo com menções a Lula e ao PT. Foi possível observar como Pazuello utiliza das menções de forma a configurar uma estratégia política de apoio a outros membros do PL.

Em suas postagens no Instagram, o deputado federal Chico Alencar (PSOL) mobiliza diversas pautas progressistas e historicamente de interesse de seu partido, como a educação pública – onde demanda por mais verbas para as universidades; a saúde pública e a ampliação dela; ao direito dos trabalhadores, se posicionando a favor do fim da escala 6x1 e trazendo para o seu perfil atualizações do andamento do projeto de lei; ao combate às desigualdades sociais e em especial a valorização da democracia e da participação popular, enfatizando sua longa trajetória como professor, escritor, político e militante. Em suas postagens o deputado também busca sempre relacionar a extrema direita brasileira a uma ameaça à democracia e aos direitos sociais conquistados, em menções a atores políticos específicos, como Jair Bolsonaro e Flávio Bolsonaro (PL).

As menções de Chico Alencar a outros atores se concentram em candidatos do PSOL, em especial a candidata ao Senado, Mônica Benício, e ao candidato ao governo do estado, William Siri, e Juliana Carvalho, sua candidata a vice. O deputado utiliza de suas redes para declarar seu apoio à campanha desses candidatos. Muitas postagens em colab com seu filho, o candidato a deputado estadual Manuel Alencar (PSOL) e aos demais candidatos a deputado estadual Luciana Boiteux (PSOL), Renata Souza (PSOL), Jefferson Vinco (PSOL), Dani Monteiro (PSOL), Professor Josemar (PSOL) e Clarice Chacon (PSOL). Além disso, Chico Alencar também dedica muitas postagens de apoio e menções ao candidato a deputado federal e presidente da comissão de servidores da Alerj, Flávio Serafini (PSOL). No âmbito federal, Chico Alencar destina publicações sobre o fim da escala 6x1, mencionando o senador Omar Aziz (PSD). Há também postagens dirigidas a Nikolas Ferreira (PL) e demais candidatos do PL em tom negativo, reforçando seu apoio ao presidente Lula e também à candidata ao Senado Benedita da Silva (PT).

Tarcísio Motta (PSOL) é outro exemplo de como as redes podem ser utilizadas na construção de uma identidade política, tendo a educação como lugar central na construção de sua imagem pública. O candidato sempre se apresenta como professor e associa sua trajetória política à defesa da escola pública e dos profissionais da educação. Durante a campanha, mobiliza pautas semelhantes às de Chico Alencar (PSOL), temas como educação pública, direitos trabalhistas, e enfatiza ser relator do fim da escala 6x1, direitos humanos e defesa da democracia. Esses são articulados a uma narrativa de defesa dos direitos sociais e enfrentamento à direita e ao bolsonarismo, enquanto a participação popular e a mobilização coletiva das minorias aparecem como elementos importantes da identidade política construída em suas redes. Entre os analisados, o deputado sai na frente quando diz respeito ao volume de postagens diárias.

Em seu primeiro dia de campanha, Tarcísio realizou menções em suas redes ao candidato a governador do Rio de Janeiro, William Siri (PSOL), às candidatas ao Senado Monica Benicio (PSOL) e Benedita da Silva (PT) e ao presidente Lula. Ele também destina publicações de apoio mencionando os candidatos a deputado estadual Jefferson Vinco (PSOL), Paulo Pinheiro (PSOL), Renata Souza (PSOL), Professor Josemar (PSOL), Manuel Alencar (PSOL), Dani Monteiro (PSOL), Luciana Boiteux (PSOL) e Mônica Cunha (PSOL). Durante o período de campanha monitorado, Tarcísio Motta destinou algumas de suas publicações para fazer menções negativas a Nikolas Ferreira (PL), e mais candidatos de oposição como o Flávio Bolsonaro (PL) e Tarcísio de Freitas (Republicanos), atual governador do estado de São Paulo e candidato à reeleição.

Figura 3 - Postagem de Tarcísio Motta (PSOL) em 3 de setembro de 2026



Fonte: Reprodução/Instagram.

Nas postagens de Daniel Soranz (PSD), especialmente no período de campanha eleitoral, a saúde pública é o eixo central de sua comunicação política, funcionando também como principal elemento de construção de sua imagem como candidato. Sua campanha nas redes enfatiza sua trajetória como médico de família e ex-secretário municipal de Saúde do Rio e apresenta como prioridades a ampliação e fortalecimento do SUS, recuperação dos hospitais das redes federal e estadual, expansão das Clínicas da Família e melhoria do atendimento de saúde nos diferentes territórios da cidade. O deputado vincula bem essas pautas aos seus atos de campanhas presenciais nos bairros, visitando hospitais e centros de saúde. Outro tema importante mobilizado em suas redes é a vacinação e a defesa da ciência, que se relaciona à sua atuação durante a pandemia do COVID-19 e à defesa de políticas de imunização.

O deputado não possui menções negativas a candidatos de oposição em suas redes, concentrando diversas publicações em apoio ao ex-prefeito Eduardo Paes (PSD) e atual candidato a governador do Rio de Janeiro, ao candidato ao Senado Pedro Paulo (PSD) e os deputados estaduais, Bia Bogossian (PSD), que também mobiliza temas relacionados a saúde pública, Cláudio Caiado (PSD) e Flávio Valle (PSD), atualmente o deputado mais jovem da Alerj. Assim, diferentemente de uma comunicação eleitoral centrada principalmente na disputa ideológica, a comunicação de Soranz tende a construir sua candidatura em torno da ideia de entrega de resultados na saúde pública.

No que compete à esfera estadual, a deputada Giselle Monteiro (PL) centra sua atuação na temática de segurança pública, divulgação de canais de denúncia à violência contra a mulher, comenta sobre a saúde da mulher, defesa da maternidade, e defesa do esporte como uma política social. Assim como Giselle Monteiro, o candidato a deputado federal, Thiago Gagliasso (PL) se volta principalmente à temática de segurança pública e também do esporte. Ademais, ele também se propõe a combater a chamada "ideologia de gênero", promovendo propostas conservadoras sobre a família.

A deputada estadual Renata Souza (PSOL) constantemente mobiliza as temáticas de combate ao racismo religioso e à violência contra a mulher, defesa do fim da escala 6x1, apoio a povos de terreiro, mulheres negras, trabalhadores da área da cultura, educação, cientistas e também discute a violência policial contra populações periféricas. Em contrapartida, Val Ceasa (PRD) não costuma mobilizar temas para além da divulgação de obras públicas na região. De modo pontual, ele promoveu o programa de saúde mental para agricultores familiares, comenta a continuidade do programa segurança presente e participou do projeto pela prioridade de escolha da escola para pessoas com deficiência, por exemplo, mas são temas abordados de modo mais pontual. O foco principal das postagens do deputado é a manutenção de obras públicas locais e infraestrutura.

No caso de Giselle Monteiro (PL), as menções a outros atores políticos concentram-se principalmente em nomes ligados à direita fluminense e à sua própria rede familiar e política, com destaque para Roberto Monteiro e Gabriel Monteiro, além de referências à família Bolsonaro. Já Thiago Gagliasso (PL) apresenta uma rede mais ampla de referências, articulando figuras de projeção nacional e lideranças do estado e da região. Entre os principais nomes mencionados estão Flávio Bolsonaro, Jair Bolsonaro e Nikolas Ferreira, além de atores da política fluminense como Douglas Ruas, Cláudio Castro e Altineu Côrtes. O conjunto indica, nos dois casos, uma inserção predominantemente no campo político da direita, mas com Thiago apresentando maior diversidade de interlocutores e conexões com lideranças estaduais e nacionais.

Renata Souza (PSOL) apresenta uma rede de referências políticas que combina lideranças nacionais e locais de figuras associadas à esquerda fluminense. Entre os nomes mencionados estão Lula, Pastor Henrique Vieira, Talíria Petrone, Benedita da Silva, Mônica Benício, Tarcísio Motta, Marcelo Freixo e Glauber Braga, além de referências a Marielle Franco e Anielle Franco e a movimentos sociais. Já Val Ceasa (PRD) não costuma mobilizar, em seu perfil, outros atores políticos como referências recorrentes, embora apareça pontualmente ao lado de nomes relevantes da política fluminense e municipal, como Eduardo Paes, Júnior Augusto, Jair da Mendes Gomes e Galô Fernandes, subsecretário estadual da SEIOP.

As publicações de Thiago Gagliasso (PL) no Instagram, por sua vez, são marcadas pela defesa de pautas associadas à direita e ao conservadorismo. Em seus conteúdos mais recentes, aparecem com frequência críticas ao governo Lula, ao Supremo Tribunal Federal e a políticos identificados com a esquerda. Também são recorrentes temas ligados à defesa de Jair

Bolsonaro, à liberdade de expressão, à segurança pública e aos valores conservadores. O tom das postagens costuma ser direto, provocativo e bastante informal, com uso de ironia e humor para criticar adversários e mobilizar seus seguidores.

Figura 4 - Postagem de Thiago Gagliasso em 9 de setembro de 2026



Fonte: Reprodução/Instagram.

Durante o período de campanha, o Instagram de Thiago Gagliasso (PL) também passou a ser usado de maneira mais clara para reforçar sua candidatura ao cargo de deputado federal. As publicações combinam posicionamentos sobre temas nacionais com registros de atos, manifestações e encontros políticos. Nas menções a outros políticos, observa-se que Thiago Gagliasso procura associar sua imagem principalmente a lideranças do campo bolsonarista. O ex-presidente Jair Bolsonaro é uma das principais referências de seu discurso político, sendo frequentemente apresentado de forma positiva, bem como Flávio Bolsonaro, atualmente senador e candidato à Presidência da República em 2026. A aproximação mostra que sua campanha para deputado federal procura caminhar junto à candidatura presidencial de Flávio Bolsonaro e reforça sua inserção no grupo político ligado à família Bolsonaro.

Quanto ao deputado estadual Val Ceasa (PRD), nas redes sociais o político procura construir uma imagem de proximidade com a população e com os territórios onde possui atuação política. O tom é, em geral, mais próximo e popular, com uma comunicação voltada para mostrar presença nos territórios e reforçar sua atuação como representante das demandas locais. Diferentemente de candidatos que concentram suas redes em debates políticos

nacionais, sua comunicação está mais ligada à atuação cotidiana e à construção de uma imagem de deputado próximo da população.

As relações com outros atores políticos também aparecem como parte dessa estratégia. Prefeitos, vereadores e lideranças locais ganham importância principalmente nas agendas realizadas nos municípios e bairros onde o deputado busca fortalecer sua presença eleitoral. Nesse sentido, as menções e aparições ao lado de outros políticos ajudam a demonstrar alianças e redes de apoio construídas nos territórios. Um aspecto que passou a ocupar espaço importante no cenário eleitoral recente foi a situação de sua candidatura. Em 1º de setembro de 2026, o TRE-RJ decidiu, por unanimidade, indeferir o registro da candidatura de Val Ceasa à reeleição, após ação apresentada pelo Ministério Público Eleitoral, que apontou indícios de vínculos do parlamentar com integrantes do Terceiro Comando Puro. A defesa contesta as acusações, e os dados eleitorais mais recentes registram a candidatura como “indeferida em prazo recursal ou com recurso”.

Pedro Paulo (PSD), que atualmente exerce o mandato de deputado federal pelo Rio de Janeiro, é candidato ao Senado Federal. No Instagram, o político tem utilizado as publicações para apresentar sua trajetória e sua atuação parlamentar. Entre os temas que aparecem com destaque estão economia, segurança pública, desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro, equilíbrio das contas públicas e modernização do estado, além de sua atuação na discussão da reforma administrativa. Sua campanha procura construir uma imagem ligada à experiência e à capacidade de gestão, com um discurso de que o mandato no Senado deve estar concentrado em questões concretas do Rio de Janeiro, afirmando que pretende levar para Brasília pautas que tenham impacto direto na vida da população fluminense.

As relações políticas apresentadas mostram uma forte proximidade do candidato com Eduardo Paes (PSD), candidato ao governo do estado, com quem Pedro Paulo mantém uma parceria política de muitos anos. Também há proximidade com Eduardo Cavaliere (PSD), atual prefeito da cidade do Rio, e com Gilberto Kassab, presidente nacional do PSD. A campanha também demonstra uma estratégia de ampliação das alianças: a coligação reúne partidos de diferentes posicionamentos no espectro político, e Pedro Paulo divide a disputa pelas duas vagas ao Senado na chapa de Eduardo Paes com Benedita da Silva (PT). A presença de Eduardo Paes é especialmente importante nessa construção, enquanto as alianças com outras lideranças e partidos ajudam a ampliar sua presença para além da capital. Ao mesmo tempo, sua comunicação busca preservar uma identidade própria, baseada principalmente na experiência como gestor e parlamentar e na defesa de uma atuação no Senado voltada para os interesses do estado do Rio de Janeiro.

A deputada Lucinha (PDT) não está disputando a reeleição de 2026 para a Alerj. A deputada foi barrada pelo próprio partido e, por isso, não aparece conduzindo uma campanha própria. Em vez disso, passou a atuar na campanha do filho, Júnior da Lucinha, lançado como candidato a deputado estadual pelo PSD. A movimentação funciona como uma tentativa de manter o grupo político e a estrutura eleitoral associada à deputada na disputa deste ano.

Assim, embora Lucinha esteja fora da disputa formal, seu grupo político permanece mobilizado por meio da candidatura do filho.

Giselle Monteiro (PL) está oficialmente na disputa por uma vaga de deputada estadual pelo PL. Nas redes sociais, sua campanha aparece com uma frequência um pouco maior de publicações, incluindo conteúdos ao lado da família. Esse tipo de material reforça uma dimensão mais pessoal e familiar da comunicação eleitoral, associando sua imagem política à trajetória e ao grupo familiar.

Renata Souza (PSOL) também está na disputa pela reeleição à Alerj pelo PSOL e tem adotado uma comunicação mais tradicional de campanha, com postagens voltadas à construção de sua imagem eleitoral. Ao mesmo tempo, sua atuação institucional continua ocupando espaço importante em sua exposição pública. A deputada voltou à presidência da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher por decisão judicial, após ter sido afastada da função. Val Ceasa, por sua vez, é candidato à reeleição para deputado estadual pelo PRD. A candidatura, contudo, está sob questionamento judicial. O Ministério Público Eleitoral apresentou uma ação de impugnação do registro de Val Ceasa, relacionada a alegações de envolvimento com o crime organizado. A impugnação ainda será analisada pela Justiça Eleitoral.

Na sequência, também foram observados os atores políticos locais da capital do Rio de Janeiro com maior expressividade de votos que ocupam atualmente o cargo de vereador e lançaram candidaturas a deputado federal nas eleições de 2026: Márcio Ribeiro (PSD) e Tainá de Paula (PT). Nas publicações do vereador e candidato a deputado federal Márcio Ribeiro, a comunicação eleitoral é direcionada predominantemente para pautas de infraestrutura e investimento urbano. O candidato mobiliza temas ligados a obras nos bairros, reformas de praças, manutenção de áreas de lazer e apoio a pessoas autistas, discute sobre segurança pública e também cuidado com animais. Sua postura nas redes sociais adota um tom pragmático e institucional, priorizando a prestação de contas de seu mandato na Câmara Municipal e o registro de agendas de rua com moradores, focado na entrega de resultados locais e na resolução de demandas cotidianas da população da cidade do Rio.

Márcio Ribeiro concentra suas referências em lideranças do seu próprio partido, o PSD, e na estrutura do governo municipal carioca. Suas redes destacam aparições e declarações de apoio ao prefeito Eduardo Cavaliere, ao ex-prefeito e candidato a governador Eduardo Paes, além de parcerias com candidatos a deputado da mesma legenda, como Daniel Soranz e Pedro Paulo. Sua estratégia de alianças é baseada na consolidação do grupo político do PSD na capital, evitando embates diretos com adversários de outros campos para projetar sua candidatura como um braço de sustentação das demandas municipais na esfera federal.

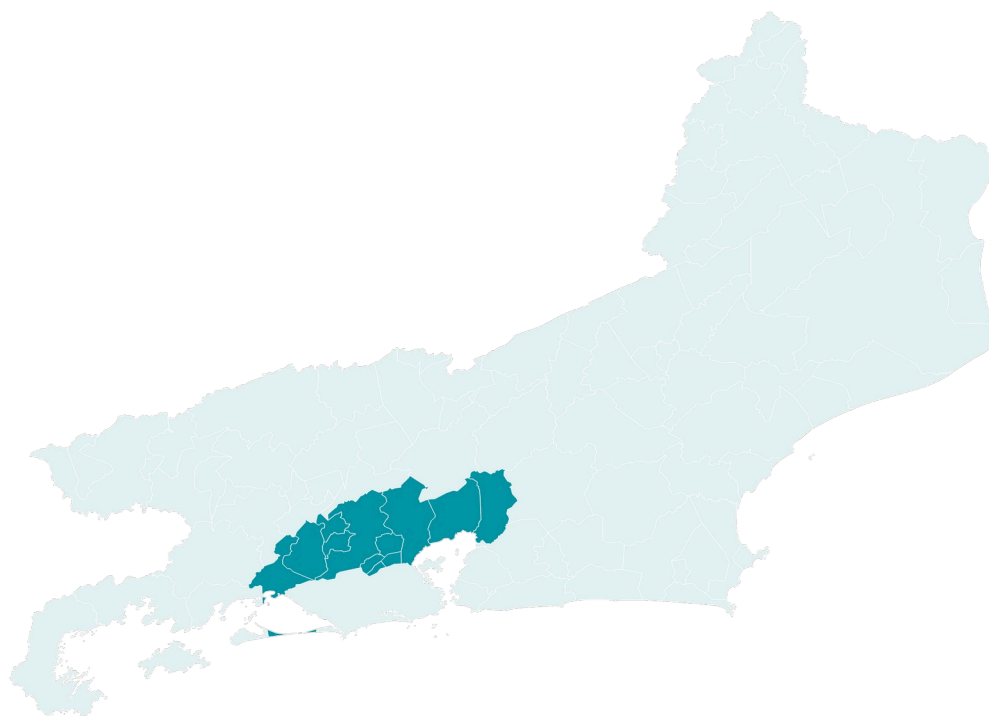
No perfil da vereadora e candidata a deputada federal Tainá de Paula, a atuação digital é centrada na defesa do direito à cidade, na justiça socioambiental, no urbanismo social, fim da escala 6x1 e no combate às desigualdades raciais e de gênero. A candidata mobiliza pautas de regularização fundiária, habitação popular, defesa do meio ambiente e fortalecimento de políticas públicas para as periferias. Quanto às menções a outros atores e redes de aliança,

Tainá de Paula combina alianças com o campo progressista e articulações no contexto local. Em sua página no Instagram, constam referências ao presidente Lula da Silva, à candidata ao Senado Benedita da Silva, além de parlamentares do PT e do PSOL. Ademais, a candidata vem aparecendo de forma recorrente ao lado de figuras do PSD em gestos de apoio mútuo de candidatura, como Eduardo Paes e Pedro Paulo. Enquanto isso, suas posições de oposição permanecem direcionadas à extrema direita, criticando nominalmente Douglas Ruas e o candidato à presidência Flávio Bolsonaro.

2.2

Baixada Fluminense

Figura 5 - Região Intermediária de Rio de Janeiro - Baixada Fluminense



Fonte: Elaboração própria.

João Pedro Silva Dias³⁴
Ana Kevelin Machado da Silva³⁵

³⁴ Graduado em Ciências Sociais pela UFRJ.

³⁵ Graduanda em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

2.2.1 As demandas dos cidadãos

Com base na análise das principais redes de páginas locais da Baixada Fluminense, este texto foi elaborado observando as demandas de notícias e interesse da população e usuários da rede, tendo em vista questões sociais do cotidiano, pautas que mobilizam os cidadãos locais e que movem os seus representantes a buscarem tais temas, visando satisfazer os interesses dos eleitores, atender as demandas e a continuidade dos seus mandatos.

É possível notar que a maioria das questões, à exceção da segurança pública que domina o noticiário de todas as regiões, envolvem temas de bem-estar, cuidado e desenvolvimento humano, como eventos de lazer e cultura (shows, praças, eventos infantis, peças, filmes, exposições, jogos de futebol local, mostras, entre outros eventos), o atendimento à saúde (como inauguração de hospitais e postos, tratamento, vacinação e pesquisa) e temas relacionados à educação (olimpíadas estudantis, escolas e projetos socio-educacionais), além de novas acessibilidade e inclusão social, obras de infraestrutura urbana, saneamento, manutenção de instalações públicas, e também anúncio de novas vagas de emprego e concursos públicos locais.

Assim, uma das páginas de comunicação que mais se destaca em número de seguidores no Instagram é o Jornal Destaque da Baixada (@jornaldestaquebaixada), cujas principais questões sociais apontadas pelo canal são combate a organizações criminosas, violência contra mulher e perigos ambientais. Cabe ressaltar um tema novo, referente a esses meses de julho e agosto do ano de 2026, muito noticiado: os fortes ventos e chuvas relacionadas ao chamado Super El Niño. Fica evidente que, diante desses acontecimentos, as demandas da região se concentram em segurança pública, política de proteção às mulheres e infraestrutura para lidar com as mudanças climáticas (ventos fortes, chuvas densas e calor extremo). Além disso, as páginas analisadas, apesar de serem relacionadas às notícias locais da região, também noticiam acontecimentos na cidade do Rio e eventos em determinadas zonas da capital, como na Zona Sul e na Zona Sudoeste.

2.2.2 Monitoramento dos candidatos

Foram monitorados os principais atores políticos da Baixada Fluminense que são candidatos neste pleito de 2026 a partir da relevância de suas atuações, mandatos e expressão de suas movimentações político-partidárias. O monitoramento desses candidatos foi feito observando suas páginas no Instagram, através da análise de postagens relacionadas às suas campanhas. As movimentações dos candidatos expressaram suas articulações em torno dos grupos políticos que envolvem as três principais candidaturas ao governo do estado: Eduardo Paes (PSD), Douglas Ruas (PL) e Anthony Garotinho (Republicanos). Mudanças de alianças e candidaturas durante a corrida pré-eleitoral e envolvimento com o crime organizado marcaram a fase da pré-campanha e as transformações na disputa neste período. Os principais atores que atualmente não possuem mandato são: Márcio Canella (candidato a deputado estadual pelo

União Brasil), Waguinho (candidato a senador pelo Republicanos), Zito (candidato a deputado estadual pelo PDT), Renato Cozzolino (candidato a deputado federal pelo PP), Jorge Miranda (candidato a deputado federal pelo PL), Léo Vieira Filho (candidato a deputado estadual pelo PSDB) e Jane Reis (candidata a vice-governadora pelo MDB). No caso dos atores que atualmente possuem mandato de deputado federal e são candidatos à reeleição são: Dr. Luizinho (PP), Luciano Vieira (PSDB), Lindberg Farias (PT), Daniela Monteiro (Republicanos), Gutemberg Reis (MDB), Marcos Tavares (PDT) e Juninho do Pneu (PSDB). Quanto aos deputados estaduais que disputam reeleição, são eles: Felipinho Ravis (PP), Rosenverg Reis (MDB), Renato Miranda (PL), Valdecy da Saúde (PL). Os vereadores Serginho (PDT) de Duque de Caxias e Diogo Talento (PRD) de Mesquita também concorrem a vagas na Alerj. O vereador Vaguinho Neguinho (PRD) de Nilópolis também disputava um cargo a deputado estadual, mas teve sua candidatura indeferida pelo TRE-RJ por vínculo ao crime organizado. Márcio Canella (UNIÃO) renunciou ao cargo de prefeito de Belford Roxo, para o qual foi eleito em 2024, para se candidatar nesta eleição. Como já observado anteriormente nos outros volumes do monitoramento, sua campanha mobiliza pautas ligadas à segurança pública e às suas medidas e políticas de combate ao crime. O ex-prefeito de Belford Roxo mudou o cargo ao qual estava pleiteando nessa eleição depois de sua prisão no dia 7 de julho de 2026, após a Polícia encontrar um fuzil de calibre restrito em seu veículo, em meio à operação que investigava um esquema de lavagem de dinheiro em postos de combustíveis no Rio. Além disso, Canella já foi investigado por um esquema no Detran, junto do ex-presidente do departamento, Marcus Amim, pela prestação do serviço de reboque por uma empresa sem licitação (a Opção Ativa), ligado ao ex-prefeito de Belford Roxo. Por último, Canella também foi alvo de investigação, publicada pela Revista Piauí em 2022, de envolvimento com a instalação da milícia no Complexo do Roseiral, em Belford Roxo. A prisão causou um desgaste ao político, que fez com que o PL, o partido cabeça da nominata, avaliasse inviável a manutenção da sua candidatura ao Senado. Canella passou a ser candidato a deputado estadual, retornando à campanha e às atividades nas redes, sob o mesmo tom de combate ao crime, atendimento às demandas de infraestrutura urbana, como reforma de praças, instalações e asfaltamento. Destaca também os feitos da gestão atual da prefeitura da cidade, como compra de novos aparelhos de exame médicos e instalação de destacamento de drones, para o combate ao crime. Uma medida em destaque de sua política de segurança, que sempre menciona em suas postagens, é a da Barricada Zero, além também de postagens relacionadas ao Tarifa Zero implantado na cidade pela sua gestão.

Figura 6 - Postagem de Márcio Canella em Setembro de 2026



Fonte: Reprodução/Instagram.

Ainda em Belford Roxo, Waguinho (Republicanos), ex-prefeito da cidade e ex-aliado de Canella³⁶, também mobiliza o apoio da população, com foco maior nos relatos de moradores, histórias e feitos passados das suas gestões, o passado familiar relacionado às suas raízes com os bairros da cidade e demonstração de proximidade com moradores e eleitores. Além disso, ele também dá enfoque em algumas das suas políticas relacionados ao cuidado e à saúde, como atenção à crianças e pessoas neuroatípicas (pauta também de sua esposa, Daniela Monteiro), a destinação de investimento junto ao governo federal para construção e início das obras do Hospital Oncológico de Belford Roxo. Ele destaca também nas publicações que seu antigo aliado e posterior rival local, Márcio Canella, não concluiu as obras iniciadas por ele. Mais de uma publicação mantém uma narrativa de indiretas a Márcio Canella e seu grupo, como uma publicação sobre a verdadeira autoria da política de derrubadas de barricadas na cidade e a mudança do nome da Maternidade Municipal, inaugurada por Waguinho, mas reinaugurada por Canella sem o nome do homenageado, o pastor Messias Salvo Vaz, conhecido na região.

Daniela Monteiro (Republicanos) também concentra o conteúdo de suas postagens relacionadas ao cuidado, em especial à pautas de proteção à criança (abordando o ECA digital, Sistema Nacional da Primeira Infância e PNE), à defesa da mulher (como o elogio ao STF pela expansão da medida protetiva da lei Maria da Penha para qualquer violência motivada por gênero, mesmo fora de casa e sem relação afetiva para com o agressor) e, também, apoio ao fim

³⁶ Conforme já abordamos no primeiro e segundo volume deste Guia.

da escala 6x1, com muitas postagens também das agendas de campanha nos bairros de Belford Roxo e em outras cidades e regiões do estado.

Em Magé, o candidato Renato Cozzolino (PP), renunciou ao seu segundo mandato de prefeito do município para disputar esta eleição, sendo substituído por sua irmã, a vice-prefeita Jamile Cozzolino (MDB). Ele concentra sua campanha política na saúde, abordando reformas nas estruturas de hospitais, como o Hospital Municipal de Magé. Ele mobiliza apoio a população mageense, mas não se concentrou apenas em Magé, com agendas públicas também em São Gonçalo e Rio das Ostras no mês de agosto. Além disso, aparece ao lado do candidato a governador Eduardo Paes (PSD) mostrando apoio e parceria. Vinicius Cozzolino (PSD), também mobiliza apoio a população mageense, participando de diversas agendas públicas ao lado dos primos Renato Cozzolino e Jamile Cozzolino (MDB). Jorge Miranda (PL), por sua vez, tem como foco em sua comunicação digital suas agendas públicas e políticas voltadas à assistência social, à saúde e ao esporte em Mesquita. Léo Vieira (Republicanos) foi eleito prefeito de São João de Meriti na última eleição municipal, deixando o cargo de deputado federal, e também busca public suas agendas nas ruas, visitando casas, comércios em Vilar dos Teles e em São João de Meriti, com postagens que buscam comunicar proximidade com os cidadãos.

Em Nova Iguaçu, com o apoio do prefeito Dudu Reina (PP) e do ex-prefeito Rogério Lisboa (PP), Dr. Luizinho (PP) talvez tenha uma das campanhas mais fortes do estado, com apoio de muitas lideranças políticas em todo o RJ. Principal candidatura do PP à Câmara dos Deputados, Luizinho centra nos temas da saúde, sobretudo o cuidado e proteção aos idosos, a instalação de equipamentos médicos para exames e a construção do Onco Baixada. Mas o que se observa de mais relevante são as suas agendas de campanha em diversas cidades pelo estado, como no interior (Sul Fluminense, Costa Verde e Região dos Lagos) e bairros e cidades da Região Metropolitana, como na Zona Oeste da capital e na Baixada Fluminense.

Felipinho Ravis (PP), o candidato principal à Alerj de Rogério Lisboa e Dudu Reina, concentra sua agenda em eventos de rua, corpo a corpo, carreatas, reuniões com muitos convidados, até maratonas de campanha com a presença do prefeito de Nova Iguaçu. Teve aparições em outras cidades junto de lideranças locais, como Araruama, Belford Roxo, Casimiro de Abreu, Mesquita, Queimados, Rio das Ostras, São João de Meriti e Seropédica e no Rio, na Feira de Acari. Ele adota uma linguagem mais jovial, coloquial, com adaptações de funks conhecidos como jingles, remix de músicas pop, dancinhas de rede social, performance e atuação de dançarinas em vídeos curtos nas redes.

Rosenverg Reis (MDB), por sua vez, tem uma campanha fortemente consolidada em Duque de Caxias. O irmão de Washington Reis (MDB), ex-prefeito do município, apresenta em sua página postagens em igrejas evangélicas e pessoas vinculadas a essa comunidade, além de diversas postagens com mensagens cristãs. Esse traço da sua identidade política e comunicação também aparece em várias agendas públicas. Seus projetos estão ligados à saúde e à segurança pública, como a criação da força municipal na cidade e clínicas da família. Seu irmão, Gutemberg Reis (MDB), é o candidato à Câmara dos Deputados da família Reis. Também

possui muita ênfase em eventos de igrejas, como cultos e eventos abertos, inclusive com a presença de aliados e candidatos da família nessa eleição, como Paes, Pedro Paulo (PSD), sua irmã Jane Reis (MDB) e seu sobrinho, prefeito Netinho Reis (MDB). Outras postagens relacionadas aos investimentos que ele trouxe para Duque de Caxias, mas também para toda Baixada e cidades da Região dos Lagos com apoio de prefeitos e lideranças locais, além da ênfase nas pautas da saúde pública e proteção à mulher, como ter sido autor da lei que prevê o uso de tornozeleira eletrônica para réus de agressores de mulheres.

Ainda sobre Duque de Caxias, a candidata Jane Reis, irmã de Washington Reis e candidata a vice-governadora ao lado de Eduardo Paes, tem abordado na campanha a temática dos direitos das mulheres, trabalhando acolhimento, autonomia e segurança. Sua campanha também engloba a saúde, mas de forma mais ampla, trazendo a pauta de proteção das mulheres. Jane cumpriu agenda com o candidato a governador Eduardo Paes, e também ao lado da candidata ao Senado pelo PT, Benedita da Silva, na capital do Rio de Janeiro. Suas postagens também mostram mobilização e a melhora das condições da população, falando sobre “reconstruir” o estado do Rio de Janeiro ao lado de Eduardo Paes.

Continuando no município mais populoso da Baixada, Zito (PDT), o ex-prefeito de Duque de Caxias, é novamente candidato, agora por vaga na Alerj, após perder para o prefeito Netinho Reis na eleição municipal passada. É aliado local do deputado federal Marcos Tavares (PDT), num grupo político que absorveu antigos aliados da família Reis para o PDT local e mudou a correlação da Câmara Municipal (com o resultado eleitoral de 2024, a gestão de Netinho obteve maioria no parlamento caxiense, mas o MDB perdeu a maioria absoluta diante das saídas dos vereadores agora para o PDT). Além dos dois, o grupo ainda conta com o vereador mais votado, Serginho, candidato a deputado estadual e que migrou do MDB para o PDT.

Já o candidato pelo PT, Lindbergh Farias, destina suas publicações à oposição, descrevendo ocorridos relacionados ao candidato Flávio Bolsonaro sobre o financiamento do filme *Dark Horse*, e também relacionados ao caso do INSS. Além disso, ele aborda em sua página os efeitos do mandato do governo do atual presidente Lula, como o Programa de financiamento de carros e motos para motoristas de aplicativo, bem como mensagens de apoio ao presidente. Fica evidente que o perfil de Lindbergh Farias tem um teor mais crítico politicamente, mostrando notícias relacionadas à oposição

Figura 7 - Postagem de Lindbergh Farias em Setembro de 2026



Fonte: Reprodução/Instagram.

Sobre menções à outros líderes políticos, locais, estaduais ou nacionais, em sua volta às redes sociais após a prisão, Márcio Canella, em quase todas as postagens, tem ao seu lado o presidente nacional do União Brasil, o candidato a deputado federal e recifense Antonio Rueda. A dobradinha Canella-Rueda já constava em suas postagens desde o período da pré-campanha. Eles anunciaram a campanha conjunta em um evento de grande estrutura na cidade. Toda agenda de campanha é conjunta e praticamente todas as postagens citam os dois. Além de Rueda, são constantes as menções (quando não compartilham a mesma publicação) à Mariana Canella (UNIÃO), prefeita de Belford Roxo e vice de Canella no pleito de 2024, que assumiu após a saída do ex-prefeito para ser candidato nesta eleição. É importante constatar a mudança nas menções de Márcio Canella em suas postagens. Antes da prisão, ainda na pré-campanha, o ex-prefeito de Belford Roxo publicou diversas postagens citando seus antigos aliados de nominata³⁷: menções positivas à Douglas Ruas, Rogério Lisboa, Rogéria Bolsonaro (PL) – convidada para a suplência de Canella ao Senado – e, sobretudo, Flávio e Jair Bolsonaro. A maioria das publicações mencionando o ex-presidente reafirmava os laços do político belforroxense com o bolsonarismo e rememorava a presença do então Presidente do Brasil em Belford Roxo, em agenda de campanha quatro anos atrás. Além, também, das menções ao seu irmão, Marcelo Canella, que iria se candidatar a deputado estadual, cargo ao qual Márcio pleiteia

³⁷ Em março de 2026 os partidos PP e União tiveram o registro da Federação União Progressista aprovado pelo TSE. Durante o período da pré-campanha, articularam a coligação com o PL, desfeita após a prisão de Canella.

hoje. Após sua prisão e rearticulação das candidaturas e alianças, as redes de Márcio Canella praticamente não mencionam mais candidatos de disputas majoritárias, apenas a sua candidatura à deputado estadual e a dobrada com Antônio Rueda, para o cargo de deputado federal pelo RJ.

Em todas as publicações em período de campanha, Waguinho menciona a sua esposa Daniela, candidata à reeleição à Câmara dos Deputados, e o seu candidato à Alerj, o Leandro do Waguinho (Republicanos). Em algumas publicações, aparecem os adesivos com as artes dos outros candidatos do seu partido: o ex-prefeito carioca Marcelo Crivella, para o cargo de senador e do candidato ao governo, o ex-governador Anthony Garotinho. Há publicações de agenda de campanha com Garotinho em Belford Roxo e com Crivella, que cita o candidato Leandro do Waguinho, em vídeo publicado na sua página no Instagram. Daniela possui um elemento interessante nas menções, que seguem as suas agendas de campanha: esteve presente em cidades junto de candidatos locais de outros partidos e que integram outras coligações no Estado, como encontro no bairro Pilar, em Duque de Caxias, com o candidato a deputado estadual, Wesley Teixeira (PSB), e com Cláudia Vasconcellos (PSD), em Teresópolis, candidata a deputada estadual, primeira-dama da cidade e presidente da Confederação Nacional de Primeiras-Damas do Brasil (CNPD). Também publicou sobre sua agenda de campanha em Magé, recebida por Marcelle Cozzolino, ex-candidata a deputada federal, sobrinha de Núbia Cozzolino e prima de Renato e Vinicius Cozzolino. O principal elemento das publicações de Dr. Luizinho são as diversas dobradinhas com candidatos a deputado estadual de diferentes partidos, realizadas nos vários locais que visita em suas agendas de campanha, através das quais expressa o grande volume de apoios à sua candidatura. Vale notar que a federação PP-União Brasil se mantém neutra na disputa, apesar do apoio de Lisboa a Paes e Pedro Paulo. Tem como seu candidato prioritário à Alerj Felipinho Ravis e concentra a dobrada em agendas em Nova Iguaçu. Na Zona Norte e Oeste do Rio cumpriu agendas com o conhecido quadro do PP, Dionísio Lins, com o deputado à reeleição do PL, Jorge Felipe Neto, o neto do ex-presidente da Câmara carioca, e com Felipe Pampolha (PP) em Bangu, primo do ex-vice-governador do RJ e atual conselheiro no TCE, Thiago Pampolha. Na Rocinha, no Rio, com o candidato à reeleição à Alerj e ex-secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação e de Turismo do Estado do RJ, Gustavo Tutuca (PP).

Em outros bairros de Nova Iguaçu, Corumbá e Santa Rita, a dobradinha de Luizinho foi com o líder do PP na Alerj, o deputado à reeleição Carlinhos BNH. No KM 32, também em Nova Iguaçu, cumpriu agenda com o vereador mais votado da cidade e 1º vice-presidente da Câmara, Vaguinho Neguinho (PRD), que contou com a presença de Rogério Lisboa. Recentemente, Vaguinho teve a candidatura barrada pelo TRE-RJ por relações com organizações criminosas. No interior, em Piraí, cumpriu agenda com Betão Pezão (PDT), vereador da cidade e candidato à uma vaga na Alerj, que integra a coligação de Eduardo Paes e Jane. Ele é filho de Luiz Fernando Pezão (MDB), ex-governador do RJ e atual prefeito da cidade. Em Angra dos Reis, com o presidente da Câmara da cidade e candidato a deputado estadual Jorginho Brum (PRD), em Petrópolis com o vereador Dr. Aloísio Barbosa Filho (PP), colega médico que foi secretário de

saúde na cidade. Em Cabo Frio, fez campanha com a Dr. Gabriela (PL), também médica, candidata e irmã do prefeito da cidade, Dr. Serginho (PL). E em Barra Mansa, com o ex-prefeito Rodrigo Drable (Solidariedade). Felipinho Ravis faz menções constantes ao Dr. Luizinho, mas também aos líderes do grupo em Nova Iguaçu, Rogério Lisboa e Dudu Reina, além dos cabeças da nominata que o PP compôs posteriormente, Pedro Paulo e Eduardo Paes.

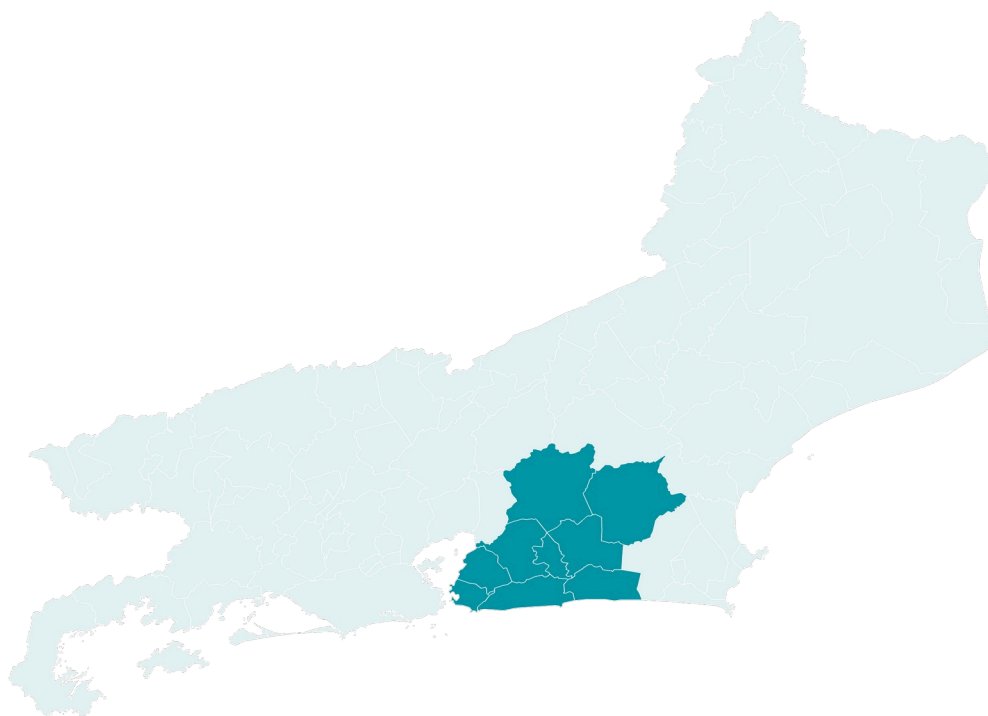
Jorge Miranda faz menção a Renato Miranda, candidato a deputado estadual (PL), Douglas Ruas candidato a governador (PL) e o candidato à Presidência da República Flávio Bolsonaro (PL). É um dos poucos grupos políticos da Baixada que está abertamente na campanha de Douglas Ruas (PL), além dos candidatos da família Abraão David e do prefeito de Nilópolis, Abraãozinho David (sobrinho de Anísio Abraão David), o ex-presidente da GRES Beija-Flor, deputado federal Ricardo Abrão (PSDB), primo do prefeito e o deputado estadual à reeleição Rafael Nobre.

Rosenverg Reis (MDB) conta com apoio da vereadora de Magé, Jane Pereira (MDB), e é aliado na campanha ao candidato à Presidência da República, Flávio Bolsonaro (PL), ao candidato a deputado federal, Gutemberg Reis (MDB), ao candidato a governador, Eduardo Paes (PSD), e a Pedro Paulo (PSD), candidato ao Senado. Gutemberg Reis, de forma similar ao Dr. Luizinho, tem várias aparições com candidatos a deputado estadual, siglas e coligações diferentes. Teixeira do Carvão (MDB) de Belford Roxo, Luciana Polati (Agir) de Araruama, Prof. Renato Fiufiu (Agir) de Mangaratiba, Vantoil Martins (PSB) ex-prefeito de Iguaba Grande, além do atual prefeito da cidade, Fabinho (Cidadania), e dos prefeitos de São Pedro da Aldeia e Arraial do Cabo, Fábio do Pastel (PL) e Marcelo Magno (PSD). Importante destacar que, nas publicações, os candidatos dos Reis apoiam abertamente a candidatura a presidente de Flávio Bolsonaro (PL) quando pedem voto para cada candidato da nominata da família, ainda que estejam na coligação dos candidatos da nominata de Lula (PT) no Estado, ao governo e a um dos votos ao Senado. Em São João de Meriti, os candidatos do prefeito Léo Vieira (Republicanos) são o seu irmão, o deputado federal Luciano Vieira (PSDB), e o seu filho, Léo Vieira Filho (PSDB). A principal dobrada são os dois parentes do prefeito da cidade; entretanto, o deputado federal Luciano também tem dobradas com outras candidaturas do grupo tucano da cidade, como Diego Alba (PSDB) e Serginho Legado (PSDB), além de dobradas fora da cidade, com Tio Carlos (PSDB), vereador do Rio, onde fizeram campanha na Pavuna e em Ricardo de Albuquerque, e com o deputado estadual Pedro Ricardo (PL), em Santa Cruz, um nome bolsonarista de Saquarema e Araruama. Luciano também cumpriu agendas com Eduardo Paes, Romário e Pedro Paulo pela Zona Norte e Oeste do Rio e participou de um ato pelo fim dos conflitos na divisa dos Complexos do Chapadão e da Pedreira, junto da sua irmã e vereadora do Rio, Helena Vieira (PSDB). Outro tucano da Baixada é Juninho do Pneu (PSDB), ex-aliado em Nova Iguaçu do grupo de Rogério Lisboa, que esse ano trocou o União Brasil (partido federado com o PP de Lisboa e Dudu Reina) para o PSDB, sendo recebido pelo deputado Luciano Vieira, o que por sua vez não foi bem visto por Rogério e Dudu. Cumpriu agenda em várias cidades da Baixada com Rafael Nobre (UNIÃO), a principal dobrada do também candidato a deputado federal Ricardo Abraão, a

candidatura dos Abraão David em Nilópolis, e também com Jorge Felipe Neto (PL). Por último, há três vereadores entre os três mais votados de municípios monitorados por este trabalho que estão se candidatando neste pleito de 2026. Um deles é o vereador mais votado de Duque de Caxias, Serginho (PDT), que tem seu trabalho muito concentrado na cidade, sempre com críticas constantes à família Reis e em constante dobradinha com o líder do grupo, Marcos Tavares. Serginho tem forte inserção nos bairros em que possui trabalho político. Outro já citado foi Vaguinho Neguinho (PRD), o vereador mais votado de Nova Iguaçu, aliado do grupo de Lisboa, tinha a base de sua campanha no KM 32, em dobradinha com uma das candidaturas a deputado federal mais fortes do Estado, a do Dr. Luizinho. Contudo, como já mencionado anteriormente, Vaguinho teve sua candidatura barrada por investigações na Justiça. Outro candidato do PRD, Diogo Talento, o mais votado de Mesquita no último pleito, também tem Dr. Luizinho como sua principal dobrada e teve forte apoio de Paes e Pedro Paulo em atividades de rua de sua campanha.

Leste Fluminense

Figura 8 - Região Intermediária de Rio de Janeiro - Leste Fluminense



Fonte: Elaboração própria.

Ana Luiza Helpe³⁸

Alice Leal³⁹

José Robson Tavares de Paiva⁴⁰

Pedro Henrique de Paula Gomes⁴¹

³⁸ Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

³⁹ Mestranda em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (PPED/UFRJ). Graduada em Ciências Sociais (UFRJ).

⁴⁰ Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

⁴¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (PPED/IE/UFRJ).

2.3.1 As demandas dos cidadãos

Nesta seção, busca-se analisar e compreender como os residentes da região Leste Fluminense do estado do Rio de Janeiro, incluindo os municípios de Niterói, Maricá e Itaboraí, se posicionam nas redes sociais acerca de alguns debates mencionados nas páginas locais dentre essas regiões. Através do monitoramento das principais páginas de notícias relacionadas ao município de Niterói, pode-se notar uma variação nos assuntos noticiados que representam diferentes demandas da população. A segurança pública é o assunto mais recorrente nas publicações, notícias com foco nos crimes acontecidos na cidade que vão de pequenos delitos até homicídios e disputas de territórios por grupos armados, e na entrega por parte do governo municipal em melhorias na área tecnológica e parceria na troca de informações e dados com outros municípios com intenção de aperfeiçoar a segurança a partir de um planejamento de inteligência.

A partir das principais páginas locais de Maricá, observamos algumas demandas da população durante o período de campanha. A falta de asfalto nas ruas aparece mencionada tanto isoladamente quanto associada a outras críticas de infraestrutura, como a falta constante de energia durante ventos fortes e a ausência de saneamento básico. A segurança pública também aparece como pauta central, muitas vezes relacionada a críticas sobre a migração para o município, em que parte dos comentários associa o crescimento desordenado da cidade ao aumento do crime e à presença de moradores de rua invadindo casas.

A análise das publicações das principais páginas de notícias locais de Itaboraí evidencia a predominância de questões relacionadas à segurança pública. No período analisado, foram recorrentes publicações sobre furtos, assaltos e invasões a residências e condomínios, assim como registros de operações e outras ações policiais. A recorrência desses conteúdos confere centralidade à segurança na agenda retratada pelas páginas monitoradas. Questões relacionadas ao trânsito e à segurança viária também estiveram presentes, embora de forma mais pontual, a partir de registros de acidentes em vias do município.

2.3.2 Monitoramento dos candidatos

Nesta seção analisaremos os atores políticos do município de Niterói com base no monitoramento de seus perfis no Instagram, são eles: Douglas Gomes (PL), vereador que concorre para deputado federal; Fernanda Louback (PL), vereadora que integra como vice a chapa de Douglas Ruas (PL) ao governo do estado; Benny Briolly (PT), vereadora que também está concorrendo para deputada federal; o deputado federal Carlos Jordy (PL) candidato ao Senado Federal; a deputada federal Taliria Petrone (PSOL) candidata a reeleição para Câmara dos Deputados; e os deputados estaduais Flávio Serafini (PSOL) e Verônica Lima (PT), que concorrem à reeleição à Alerj.

Douglas Gomes (PL), candidato a deputado federal, foi o vereador de Niterói mais votado nas eleições municipais de 2024, tendo obtido 16.369 votos, quase dez mil votos a mais que o

segundo colocado, Professor Túlio (PSOL) que ficou com 6.789 votos.⁴² Entre os assuntos que dominam suas publicações estão críticas ao governo federal em publicações com recortes de entrevistas e atos do presidente Lula, críticas ao STF e ao ministro Alexandre de Moraes. Em relação ao apoio a atores de seu partido, o vereador mantém um expressivo volume de publicações voltadas para a eleição de Flávio Bolsonaro (PL) a presidência e a de Douglas Ruas (PL) ao governo do Rio de Janeiro.

Fernanda Louback (PL) foi eleita nas eleições municipais de 2024 para seu primeiro mandato como vereadora em Niterói, trabalhando em seu mandato por políticas públicas direcionadas à melhoria das condições de assistência para crianças neurodivergentes e mães atípicas. Na Câmara Municipal, é uma das duas únicas mulheres vereadoras, tendo em seus discursos críticas à atual prefeitura da cidade, mantendo uma linha conservadora alinhada com seu partido. Entre os vereadores eleitos em 2024 pela legenda da qual faz parte, Louback teve o menor número de votos (3.503 votos). No entanto, seu partido formou a maior bancada com quatro representantes, sendo os outros vereadores: Douglas Gomes, Daniel Marques e Allan Lyra. No jogo político dentro do município não demonstra ser uma vereadora de forte articulação; porém, foi escolhida para compor a chapa ao governo do estado do Rio de Janeiro junto a Douglas Ruas (PL). Levando em consideração que Ruas tem seu domicílio eleitoral em São Gonçalo, cidade vizinha a Niterói, o leste fluminense se vê representado em uma chapa por atores de duas importantes cidades. Durante o monitoramento de seu instagram, suas publicações foram voltadas em sua maioria para atos de campanha ao lado de Ruas.

Essa movimentação de campanha pode condicionar a Louback um maior campo de articulação política pelo estado, com atos e caminhadas em diferentes regiões do Rio de Janeiro como a Baixada Fluminense e a Região dos Lagos. Louback participa de eventos voltados para a participação das mulheres em seu partido e encontros com mães atípicas. Mantém publicações com Flávio Bolsonaro (PL) em apoio a sua candidatura à presidência e de homenagens a seu pai, Jair Bolsonaro e também com o candidato a vice na chapa de Flávio Bolsonaro, Alfredo Gaspar (PL-AL).

Benny Briolly (PT) foi reeleita vereadora nas eleições municipais de 2024 em Niterói, tem como principal bandeira política a luta pelos direitos das pessoas LGBTQIAPN+ e se caracteriza como uma das vereadoras mais conhecidas da Câmara Municipal. Através do monitoramento de seu instagram é possível notar suas movimentações com outros atores políticos e eventos de campanha de sua candidatura para deputada federal. Concorrendo para deputada federal, Benny parece articular sua política e apoio junto a atores de fora do estado do Rio de Janeiro, tendo como projeto a criação da bancada trans, junto com as deputadas que concorrem à reeleição Erika Hilton (PSOL-SP), Duda Salabert (PDT-MG), e com a vereadora Thabata Pimenta (PV-RN), de Natal, que também está concorrendo à Câmara dos Deputados. Dentro dos quadros de seu partido no Rio de Janeiro, apoia a candidatura de Benedita da Silva

⁴² <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2024/apuracao/1turno/rj/niteroi/>

(PT) para o Senado Federal, e mantém movimentações políticas com o prefeito de Maricá, Washington Quaquá (PT), responsável pela articulação da filiação de Benny ao PT após sua saída do PSOL. No âmbito da eleição presidencial demonstra em suas publicações apoio à reeleição do presidente Lula (PT).

Carlos Jordy (PL), deputado federal que atualmente concorre a uma vaga ao Senado, mantém suas publicações de ataque às instituições, mas especificamente ao STF, tendo como alvo principal os ministros Alexandre de Moraes e Flávio Dino, e a PGR e seu procurador-geral, Paulo Gonet. Explora incansavelmente o escândalo do Banco Master e a fraude do INSS, buscando relacionar esses escândalos ao Governo Federal, ao presidente Lula e também a seu filho, Fábio Luís Lula da Silva. Jordy buscou articular e se colocou à disposição para o Senado Federal, junto a seu colega de partido e já senador que busca a reeleição, Carlos Portinho (PL). No entanto, essa segunda vaga tinha como preferência o ex-prefeito de Belford Roxo, Marcio Canella (UNIÃO), que posteriormente desistiu da candidatura para concorrer a uma cadeira na Alerj, deixando o PL com a possibilidade de uma chapa puro sangue ao Senado Federal. Jordy, então, foi escolhido para compor junto a Portinho a disputa para as duas vagas pelo Rio de Janeiro ao Senado Federal.

Taliria Petrone (PSOL) concorre à reeleição para seu terceiro mandato como deputada federal. Através de suas publicações no Instagram, podemos observar que em sua campanha realiza mobilizações de apoio à reeleição do presidente Lula (PT), destaca de maneira recorrente a necessidade das mulheres ocuparem mais espaços no cenário político, mantém o debate sobre o fim da escala 6x1, e faz caminhadas com colegas de partido e eleitores por diferentes regiões do estado do Rio de Janeiro.

Além disso, Taliria mantém amplo apoio às candidaturas de Benedita da Silva (PT) e Mônica Benício (PSOL) para o Senado Federal, realiza campanhas e publicações em seu Instagram juntas às deputadas estaduais que concorrem à reeleição: Dani Balbi (PCdoB), Erika Takimoto (PT), Marina do MST (PT) e Renata Souza (PSOL). Aos cargos executivos no âmbito nacional e estadual, apoia a reeleição do Presidente Lula (PT) e a eleição de William Siri (PSOL) ao governo do estado.

Flavio Serafini (PSOL) mantém publicações em seu Instagram relacionadas à sua campanha de reeleição para deputado estadual, realiza atos com colegas de partido e caminhadas pela cidade em busca de maior diálogo com eleitores. Ao observar seus locais de campanha, podemos perceber que Serafini parece concentrar seus trabalhos e mobilizações na Região Metropolitana, aparentemente focando mais no eleitorado dos grandes centros urbanos. Sua principal bandeira é a educação e defesa dos profissionais da área; porém, de maneira recorrente, explora assuntos que estão em evidência, como o escândalo do Banco Master em relação aos servidores do estado.

As publicações de Verônica Lima (PT) são voltadas para a campanha de sua reeleição à Alerj, com caminhadas em diferentes regiões do estado. Tem como uma de suas principais bandeiras a reeleição e as entregas de seu mandato ao fomento da cultura no estado. Dentro de

seu partido mantém o vereador Sylvio Maurício (PT) como um aliado na Câmara Municipal. Entre outros atores de seu partido com certa relevância na Câmara Municipal, é possível notar distanciamento com a vereadora e candidata a deputada federal Benny Briolly (PT) e Anderson Pipico, vereador e presidente do PT em Niterói. Verônica tem forte presença ao lado de movimentos estudantis da Universidade Federal Fluminense e apoio do coletivo de juventude de Niterói Movendo Estruturas, integrante da ala jovem do PT.

Em relação à sua movimentação política com atores de outras regiões, Veronica realiza atos com as candidatas e candidatos a deputado federal pelo seu partido, entre eles: Anielle Franco, Tainá de Paula e Maiara Felício, e com os candidatos Fabiano Horta, ex-prefeito de Maricá, Lindbergh Farias e Marcelo Freixo. Para os cargos ao senado e para o executivo estadual e nacional, apoia sua colega de partido Benedita da Silva a uma das duas vagas do Rio de Janeiro para o Senado Federal e participa de atos com Eduardo Paes (PSD) para sua eleição ao governo do estado e com o presidente Lula para sua reeleição à presidência.

Realizamos um monitoramento dos principais candidatos de Maricá, que concorrem tanto para a Alerj quanto para a Câmara dos Deputados. Diego Quaqué (PT), Fabiano Horta (PT) e Ricardinho Netuno (PL) buscam vagas na Câmara dos Deputados, enquanto Zeidan (PT) é candidata à reeleição na Alerj.

Fabiano Horta (PT), ex-prefeito de Maricá, rompeu relações com o atual prefeito Washington Quaqué (PT) com a sua atual candidatura para a Câmara dos Deputados. Com aproximadamente 118 mil seguidores, o candidato reafirma o seu legado em Maricá, com a inauguração do Hospital Municipal Dr. Ernesto Che Guevara em 2020, e utiliza um jingle com a frase “que saudade do meu ex”. Fabiano Horta não conta com o apoio dos vereadores de seu município, aparecendo com atores políticos de outras cidades e partidos. O candidato aparece junto de um vereador de Macabu, Pedro Henrique Faria (PDT); do vereador do Rio de Janeiro e candidato a deputado estadual, Leonel de Esquerda (PT); de Isaac Ricalde (PCdoB), vereador de São Gonçalo e candidato a deputado estadual; de Elias Jabbour (PCdoB), candidato a deputado federal; e de algumas deputadas estaduais pelo PT, como Erika Takimoto e Marina do MST. Horta posta em suas redes fotos junto de Lula (PT) e declara seus apoios ao senado: Benedita da Silva (PT) e Pedro Paulo (PSD); e a Eduardo Paes (PSD) ao governo do estado.

Com aproximadamente 25 mil seguidores, Zeidan visitou municípios que recebem royalties, como Arraial, e defendeu o uso dos royalties para financiar os ônibus de tarifa zero. Além disso, ela posta fotos com seu filho Diego Quaqué (PT) e com o Eduardo Paes (PSD), declarando apoio para sua candidatura ao governo do estado, junto com Benedita (PT) e Pedro Paulo (PSD) para o senado e Lula (PT) para presidência. Zeidan também reforça a sua pauta em defesa das mulheres.

Diego Quaqué (PT), filho do prefeito Washington Quaqué e da deputada estadual Zeidan, concorre a deputado federal e prioriza o sobrenome do pai nessas eleições, abandonando o “Zeidan” da mãe, como era antes conhecido. Com 27,7 mil seguidores, o candidato conta com diversas postagens colaborativas ao lado de seu pai e de sua mãe. O candidato reforça a sua

prioridade com as favelas do Rio de Janeiro, e relembra a sua atuação enquanto vice-prefeito e secretário de Maricá com a construção do Banco Mumbuca, horta comunitária, entre outros projetos. O apoio ao prefeito Eduardo Paes é reforçado constantemente em seu perfil, postura similar a de seu pai Washington Quaqué em suas redes. Em caminhadas ele reforça que faz parte da “tropa do Quaqué” e relembra que até o chão que eles caminham foi uma entrega dele enquanto secretário de habitação. Diego Quaqué defende o fim da escala 6x1, tarifa zero, geração de emprego e renda, moeda social em todo o Rio de Janeiro, fortalecimento do comércio de bairro, a instauração de uma frente parlamentar das favelas, proteção aos motoboys e entregadores, pré-vestibulares sociais, apoio ao samba, ao carnaval e à cultura popular. Diego se reafirma enquanto o federal de Lula no Rio de Janeiro, e realiza uma publicação colaborativa com um candidato de outro partido, Marco Antônio Cabral, filho de Sérgio Cabral, em um evento sobre educação, e com Leo Lupi (PT), candidato a deputado estadual.

Apesar de Maricá ser um município com uma forte presença do PT, o PL não deixou de entrar na disputa na localidade, com a candidatura de Ricardinho Netuno (PL). O candidato do PL foi o segundo vereador mais votado do município nas eleições de 2024, e se apresenta enquanto o principal opositor na Câmara dos Vereadores. Em suas redes sociais, com aproximadamente 86 mil seguidores, Netuno opta por dispor a sua imagem ao lado de Flávio Bolsonaro e da sua dobrada para a Alerj, o deputado estadual e 1º vice-presidente da Alerj, Guilherme Delaroli. Netuno utiliza as suas redes para repercutir notícias sobre o escândalo do INSS; ele reforça que precisa expandir a fiscalização ao governo PT a nível nacional, e não apenas local. Seu discurso gira em torno de denúncias e de combate a uma suposta corrupção do PT que deve, segundo ele, ser combatida.

Figura 9 - Data de publicação: 24 de agosto



Fonte: Instagram: @ricardinhonetuno.

Guilherme Delaroli, deputado estadual pelo PL, primeiro vice-presidente da Alerj e candidato à reeleição, organiza sua comunicação em torno da presença territorial, da divulgação de resultados e da ideia de continuidade do trabalho. As publicações mostram caminhadas, encontros em bairros, reuniões no comitê e pedidos de voto, quase sempre associados às expressões “Tropa do GD” e “Nada resiste ao trabalho”. O tom é positivo, mobilizador e personalista, com ênfase na proximidade com moradores e lideranças locais.

Entre os temas mobilizados aparecem infraestrutura urbana, segurança das mulheres, inclusão das pessoas com transtorno do espectro autista e atuação nos bairros de Itaboraí. Em 11 de setembro, o candidato apresentou a Lei nº 11.143/2026, de sua autoria, que ampliou para 24 horas a obrigatoriedade de vagões exclusivos para mulheres nos trens e no metrô. Em 10 de setembro, destacou a Lei nº 10.186/2023, relativa à validade por tempo indeterminado do laudo médico para pessoas com transtorno do espectro autista. Nas caminhadas em Santo Antônio, Manilha e Venda das Pedras, vinculou a campanha a obras realizadas e à presença do mandato nas comunidades.

José Diaz, candidato a deputado federal pelo PDT, concentra sua campanha na vinculação territorial com Itaboraí e na apresentação de propostas relacionadas a demandas locais. Entre os temas de maior destaque aparece a reabertura do Restaurante Popular, a segurança alimentar, a ampliação do acesso à Libras nos serviços públicos, o atendimento veterinário gratuito, a educação inclusiva, a melhoria dos serviços de saúde e o fim da escala de

trabalho 6x1. Também são abordadas pautas como a qualidade dos serviços de internet e a proteção dos consumidores.

A campanha mantém associação recorrente com Fernanda Neves, candidata a deputada estadual pelo PDT. Em 16 de agosto, Diaz reafirmou publicamente seu apoio à candidata. Em 26 de agosto, divulgou encontro conjunto em Itaboraí. No dia 29, os dois participaram de evento no Rotary Club de Itaboraí. O registro do encontro também mostra Rodrigo Neves, o que evidencia a aproximação da candidatura com atores do mesmo campo político na região.

2.4

Sul Fluminense

Figura 10 - Região Intermediária de Rio de Janeiro - Sul Fluminense



Fonte: Elaboração própria.

Felipe de Andrade⁴³
Gustavo André Couto Lourenço Marques⁴⁴

⁴³ Graduando em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

⁴⁴ Historiador pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e mestrando em Sociologia Política (IUPERJ - UCAM).

2.4.1 Demandas populacionais

Ao analisar os portais locais no Instagram, assim como veículos de comunicação nas redes sociais, podemos constatar que as demandas da população da região configuram-se como uma mescla de representação dos problemas estaduais recorrentes por boa parte dos municípios, tal como a segurança pública e a educação. Assim, as demandas por maior investimento em saúde, principalmente na rede de atenção básica, também estão presentes nas manifestações do eleitorado sul fluminense, em especial dos eleitores dos municípios de Mangaratiba, Angra dos Reis, Itaguaí e Paraty, assim como a temática da segurança pública e suas múltiplas facetas, ponto sensível em todo o estado.

Enquanto demanda essencialmente local, pode-se verificar o protesto em relação ao funcionamento dos pedágios *free-flow*⁴⁵ na BR-101, na altura do município de Angra dos Reis. Essa forma tem sido alvo de cobrança e protesto tanto da sociedade civil local, como também de atores políticos locais, pois, segundo os mesmos, o pedágio acaba constituindo-se como um mecanismo de “arrecadação predatória”. Outra frequente reclamação é que as cobranças chegam por correio muitas vezes já vencidas e cobrando multa em cima do valor. Assim, há um grupo expressivo de moradores locais nestas páginas de notícias locais que demandam que esses não sejam cobrados ao passarem pelo pedágio.

2.4.2 Monitoramento das campanhas e candidaturas

Quando olhamos para as campanhas de atores locais e estaduais, identificamos distintas estratégias de campanha, com apelo à múltiplos setores da sociedade. Nesse sentido, podemos começar examinando a campanha à reeleição da deputada estadual Célia Jordão (PSD), ressaltando a forte conexão e impulsionamento realizado pela dobradinha com seu marido, Fernando Jordão (MDB), que é candidato a deputado federal. Sob essa ótica, as campanhas utilizam-se dos feitos e das entregas realizadas pelo grupo político no município de Angra dos Reis para lastrear o pedido por voto, como pode ser observado no post abaixo.

⁴⁵ Nesse tipo de pedágio não há cancela de pagamento e o motorista recebe uma conta na sua caixa de correio com o valor respectivo da tarifa.

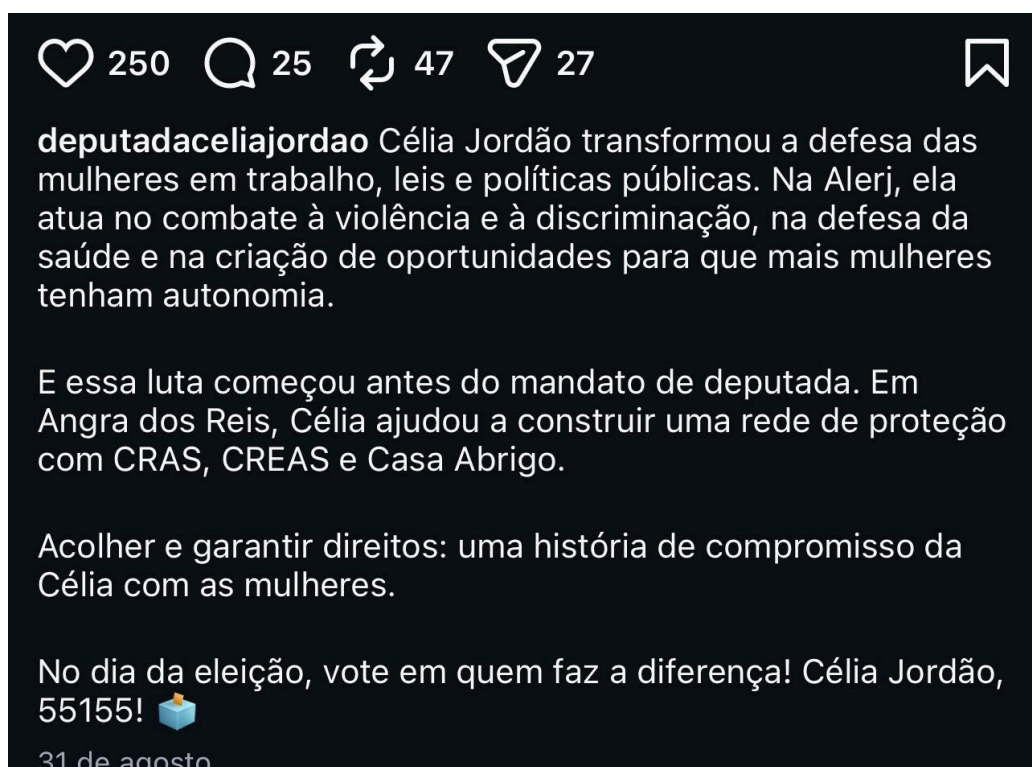
Figura 11 - Postagem da Deputada Célia Jordão (PSD)



Fonte: Reprodução/Instagram.

Não obstante, Célia articula pautas ligadas aos direitos das mulheres para tentar angariar apoio dentro desse universo eleitoral, destacando suas ações enquanto deputada estadual voltadas à esse público. Em termos estaduais, Célia apoia Eduardo Paes (PSD) para governador e Pedro Paulo (PSD) para o Senado.

Figura 12 - Postagem da deputada Célia Jordão (PSD)



Fonte: Reprodução/Instagram.

Enquanto isso, o deputado estadual e candidato à reeleição, Giovanni Ratinho (MDB), continua sua agenda de forte presença nos municípios com os atores locais. No entanto, não há definição clara de agenda da campanha, abarcando diversas demandas específicas das localidades sem se aprofundar em questões específicas. Em relação à disputa estadual e senatorial, o deputado ocupa posição ambígua: apoia Eduardo Paes, do PSD para governador, e Pedro Paulo, também do PSD, para senador; mas no segundo voto do Senado, apoia Carlos Portinho, do PL (da chapa concorrente Eduardo Paes e Pedro Paulo).

Figura 13 - Postagem do deputado Giovani Ratinho (MDB)



Fonte: Reprodução/Instagram.

O deputado Jorge Felipe Neto (PL), por sua vez, busca associar sua imagem ao candidato ao governo do estado, Douglas Ruas (PL), e ao senador e candidato a presidente, Flávio Bolsonaro (PL).

Figura 14 - Postagem do Jorge Felipe Neto (PL)



Fonte: Reprodução/Instagram.

Além disso, o deputado reforça sua força local ao dedicar espaço na sua campanha para pautas e demandas da Zona Oeste do Rio de Janeiro – base eleitoral de sua família –, exaltando ações do seu grupo político durante o governo de Cláudio Castro (PL).

Figura 15 - Postagem do Jorge Felipe Neto (PL)



Fonte: Reprodução/Instagram.

Ao analisarmos a campanha à reeleição para deputado federal do Dr. Luizinho, do PP, vemos uma presença massiva de postagens relacionadas a candidatos que estão em dobra com Luizinho, isto é, têm seu apoio para o outro cargo em disputa em relação ao Legislativo. Aparecem ao menos sete deputados em suas últimas postagens em dobra com o deputado federal. São eles: André Ceciliano (PT); João Drummond (PRD); Carlinhos BNH (PP); Dionísio Lins (PP); Diogo Talento (PRD); Felipinho Ravis (PP) e Rafael Nobre (UB). Não se vê nenhum tipo de menção, por parte dele, de nomes apoiados para o Senado e para o governo do estado.

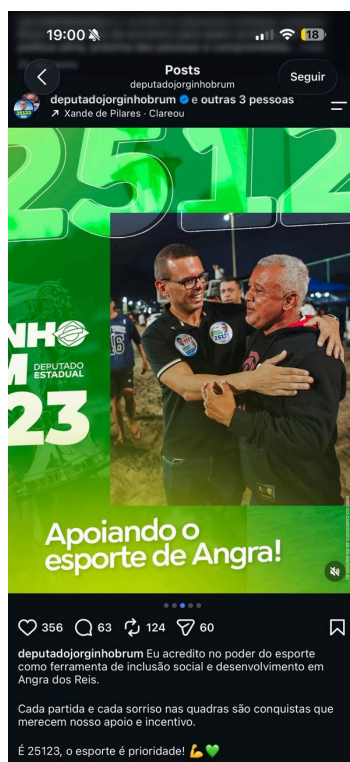
Figura 16 - Feed do Instagram do Dr. Luizinho (PP)



Fonte: Reprodução/Instagram.

O presidente da Câmara de Angra dos Reis e candidato a deputado estadual, Jorginho Brum (PRD), também tem um Instagram composto por postagens em reuniões políticas com aliados e em agendas de campanhas, como caminhadas. Para o Senado, ele apoia a candidatura de Pedro Paulo, do PSD, e, para o governo do estado, Eduardo Paes, também do PSD. Também possui dobrada com Dr. Luizinho, do PP.

Figura 17 - Postagem do Jorginho Brum (PRD)



Fonte: Reprodução/Instagram.

O atual deputado estadual e ex-secretário de Estado de Turismo do Rio de Janeiro, Gustavo Tutuca (PP), apoia para o governo do estado Douglas Ruas (PL). Ele não faz postagens com menção a nenhum candidato ao Senado, e tem a maioria de suas postagens ligadas a propostas na área de turismo, setor pelo qual foi secretário por quase cinco anos.

Figura 18 - Postagem do Gustavo Tutuca (PP)

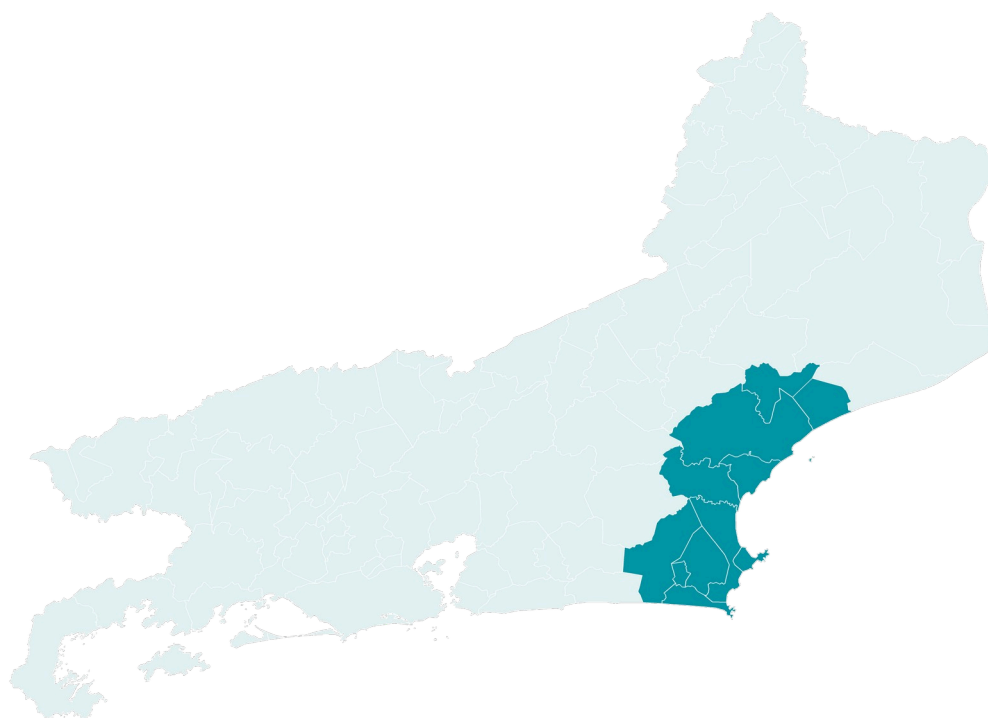


Fonte: Reprodução/Instagram.

2.5

Região Intermediária Macaé - Rio das Ostras - Cabo Frio

Figura 19 - Região Intermediária de Macaé - Rio das Ostras - Cabo Frio



Fonte: Elaboração própria.

Niara Melo Retana⁴⁶
João Pedro Alencar⁴⁷

⁴⁶ Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

⁴⁷ Graduando em Ciência Política pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

2.5.1 Demandas populacionais

Esta seção apresenta uma análise das publicações e interações nas redes sociais das principais páginas de notícias locais da região intermediária de Rio das Ostras, Macaé e Cabo Frio. O assunto que aparece com maior frequência é ligado à segurança pública; diariamente são noticiados casos de assaltos e violência em bairros – normalmente os que são menos turísticos –, das cidades da região. Há uma preocupação com o aumento da criminalidade e com a falta de segurança nesses locais, enquanto nas áreas turísticas reforça-se essa proteção, e problemas relacionados à atuação de grupos criminosos. A população pede aumento do policiamento e melhoria da segurança em todos os bairros, não apenas nos que são considerados turísticos.

Outra demanda muito presente está relacionada à saúde pública, pela demora no atendimento, falta de estrutura e necessidade de equipamentos e serviços especializados. Além disso, como muitos dos municípios da região possuem como uma de suas principais características o turismo, uma das demandas está ligada ao abastecimento de água e saneamento, principalmente durante a alta temporada, que é marcada pela falta de água e luz devido à falta de infraestrutura que acompanhe o crescimento econômico e populacional gerado pelo turismo. O grande fluxo de pessoas durante esses períodos também gera trânsito e hospitais cheios, o que afeta o dia a dia dos moradores.

No geral, a população também pede por melhorias na infraestrutura urbana, como na iluminação pública, devido à escuridão, e pavimentação, pelos buracos nas ruas. Muitas das cidades da região sofrem com enchentes e alagamentos durante eventos climáticos extremos.

Por adição, muitos cidadãos da região se locomovem para outras cidades todos os dias para trabalhar, e há reclamações sobre a frequência dos ônibus intermunicipais e os preços. Muitos moradores preferem pedir carro de aplicativo por acabar sendo mais eficiente, mesmo que bem mais caro, por essa falta de constância do transporte público, o que também colabora com o trânsito citado anteriormente.

Especificamente em Rio das Ostras, existe uma demanda por mercado de trabalho, enquanto em Macaé, por exemplo, essa já é uma questão que não é prioridade para os moradores, principalmente pela economia do petróleo e gás que gera muitos empregos.

2.5.2 Monitoramento das campanhas e candidaturas

Esta seção faz parte de um monitoramento dos principais candidatos da Região dos Lagos em 2026, realizado a partir do instagram dos atores políticos e buscando observar suas movimentações de campanha e relações com outros atores. Os candidatos em questão são, para Deputado Federal: Max Lemos (UNIÃO), Otoni de Paula (PSD), Soraya Santos (PL), Subtenente Bernardo (PSDB) e Marcio Rezende (PSD). E para Deputado Estadual: Chico Machado (PL) e Dra. Gabriela (PL).

Entre esses, Max Lemos, Otoni de Paula, Soraya Santos e Chico Machado estão tentando se reeleger; já o Subtenente Bernardo está atuando como profissional da Secretaria de Meio

Ambiente de Cabo Frio. A Dra. Gabriela, assim como Marcio Rezende, estão disputando sua primeira eleição, ela para Deputada Estadual e ele para Deputado Federal. Gabriela é médica cardiologista e presidente do PL Mulher de Cabo Frio desde março deste ano, além de ser irmã de Dr. Serginho (PL), prefeito da cidade. Já Marcio é empresário e irmão de Welberth Rezende (Cidadania), prefeito de Macaé.

No que diz respeito às publicações do deputado Max Lemos (UB), a grande maioria trata das obras de infraestrutura realizadas no Estado do Rio de Janeiro, tanto as implementadas durante a passagem do deputado como secretário de Estado de Infraestrutura e Obras, quando ainda era deputado estadual, quanto aquelas realizadas pela destinação de emendas parlamentares aos diferentes municípios fluminenses. Em maior parte, as postagens sobre infraestrutura e obras são em formato textual, mas de forma expositiva e de fácil compreensão por parte dos seguidores sobre o trabalho desempenhado.

Figura 20 - Postagem de Max Lemos em 20 de Agosto de 2026



Fonte: Reprodução/Instagram.

Em segundo plano, postagens esporádicas sobre segurança pública e os projetos de lei criados pelo mesmo, como o 3874/2023 (que dispõe sobre a proibição de aquisição de posse e porte de armas de fogo e munições por indivíduo que tenha registro de agressão contra mulher em inquérito e processo judicial), aparecem em formato de reels com um tom mais sério e combativo.

Otoni de Paula (PSD) mobiliza a temática evangélica, a defesa da democracia e a soberania nacional como pautas de campanha. Suas postagens são publicadas com um caráter

“intimista”, como se convidasse o potencial eleitor a uma conversa, sem pretensão de pedir voto para as eleições. Já a deputada Soraya Santos (PL) utiliza-se dos temas da violência contra as mulheres e a causa animal como principais mobilizadores das redes sociais. Suas postagens utilizam-se de um tom jovial e elétrico como forma de captar o interesse dos seguidores para o conteúdo.

Sobre a Região Intermediária Macaé–Rio das Ostras–Cabo Frio, o deputado Max Lemos (UB) realizou, até o momento da publicação deste Guia, dois encontros com atores políticos do território analisado. A presidente do AGIR-Mulher do Rio de Janeiro: Luciana Polati, de Araruama; o prefeito de São Pedro da Aldeia: Fábio do Pastel (PL) e o secretário de esporte da cidade: Ricardo Ramos.

Otoni de Paula (PSD) não realizou nenhum encontro, que tenha sido divulgado nas redes sociais, com figuras locais da região analisada. O deputado parece focar seus esforços na região de Madureira, na capital do estado, juntamente com seu filho e secretário de cidadania e família, Otoni de Paula Filho.

Soraya Santos (PL), juntamente com Chico Machado (PL), deputado estadual, foram responsáveis por organizar o primeiro ato de campanha com a presença do presidenciável, Flávio Bolsonaro (PL), na cidade de Macaé. Também realizou um encontro com a Dra. Gabriela (PL), candidata a deputada estadual e irmã do prefeito de Cabo Frio, Doutor Serginho (PL).

Sobre as relações públicas dos deputados federais analisados, Max Lemos (UB) declarou apoio publicamente, e realizou o lançamento de campanha conjunta, com Douglas Ruas (PL), candidato ao governo do Estado. O deputado tem boas relações com diversos vereadores do Partido Liberal, embora durante a campanha tenha realizado um único encontro com o prefeito de São Pedro da Aldeia: Fábio do Pastel (PL).

Otoni de Paula (PSD) é, até o presente momento, uma das únicas vozes da Câmara dos Deputados e do Estado do Rio de Janeiro que apoia e participa da agenda eleitoral de Ronaldo Caiado (PSD) na corrida presidencial. O deputado possui relações cordiais com o governo federal, saindo em defesa do Presidente Lula (PT) em algumas ocasiões e criticando-o em outras. É um opositor obstinado de Flávio Bolsonaro (PL) e o Partido Liberal como um todo, não poupando esforços para criticar as figuras proeminentes do partido no Estado do Rio de Janeiro. Por fim, declarou seu apoio ao Ex-Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro e candidato ao senado: Marcelo Crivella (Republicanos) por entender que também é um homem de fé e enxerga a possibilidade de associar os eleitores de Crivella com siglo para a reeleição à câmara dos deputados.

Soraya Santos (PL) é aliada a figuras de seu partido, além de figuras locais proeminentes na Região dos Lagos, como o prefeito de Cabo Frio, Dr. Serginho (PL), o deputado estadual Chico Machado (PL) e o presidente da Alerj e candidato ao governo do estado, Douglas Ruas (PL). Mais recentemente, tem se aproximado do prefeito de Teresópolis, Leonardo Vasconcelos (PSD), e de sua esposa e candidata a deputada estadual, Claudia Vasconcellos (PSD). A deputada federal entende que o apoio às figuras locais do seu partido seja benéfico para a manutenção da força

partidária e associação comum à todos no dia da eleição, na região intermediária analisada. Já a declaração de apoio aos quadros do Partido Social Democrata, representa uma tentativa de manter uma de suas mais importantes bases eleitorais na Região Serrana, assim como a angariação dos eleitores que aprovam o mandato do atual prefeito da cidade de Teresópolis.

No caso de Márcio Rezende (PSD), candidato a deputado federal, os principais temas mobilizados em seu perfil são relacionados a ter seu irmão como aliado para que juntos possam buscar recursos para a região, e principalmente para a cidade de Macaé.

Figura 21 - Postagem de Márcio Rezende em 06 de setembro de 2026



Fonte: Reprodução/Instagram.

Ele fala sobre a duplicação da BR-101 e da Amaral Peixoto, além de mais segurança, gás, petróleo, fábricas de fertilizantes e novos investimentos fortalecendo o agronegócio e trabalhando por mais saúde, educação e oportunidades, como maior qualificação profissional usando recursos gerados pelo petróleo para preparar mão de obra, e uma remuneração diferenciada pelo dia do desembarque, propondo valorizar o trabalho *offshore*.

Ele pretende defender os royalties de petróleo e manter sua distribuição justa. De acordo com ele, o recurso dos royalties ajuda a financiar saúde, educação, obras e serviços que chegam diretamente à população. Também participou da “Corrida Lilás” que ocorreu em Macaé pelo Agosto Lilás, movimento pelo enfrentamento da violência contra a mulher, que ele diz ser uma pauta que todos devem lutar. Ele deixa claro que a cidade foi destaque nacional no levantamento da VEJA Negócios em parceria com a Austin Rating e ficou em primeiro lugar entre

as cidades do Sudeste com mais de 200 mil habitantes em Indicadores Fiscais – Geral e também a primeira colocação em Capacidade de Pagamento.

Desde que começou o período de campanha eleitoral, ele vem fazendo postagens em atividades com outros políticos da região, como seu irmão Welberth Rezende (Cidadania), o vereador de Macaé e candidato a deputado estadual Alan Mansur (PSB), o prefeito de Carapebus, Bernard Tavares (Cidadania) que está apoiando Márcio, porém, em seu perfil demonstra apoio a Douglas Ruas (PL) e Flávio Bolsonaro (PL), que seriam de outro grupo político. Também fez postagens com os candidatos a deputado estadual, Dr. Lucas (PSD) e Cesinha com todo gás (PSB), ambos de Macaé, além do atual Senador, Romário (atualmente sem partido pois saiu do PL em agosto). No dia do lançamento de sua candidatura estiveram presentes: o ex-prefeito de Macaé, Riverton Mussi (PDT), o candidato a governador do estado, Eduardo Paes (PSD), o candidato ao Senado, Pedro Paulo (PSD), o presidente estadual do PSB, Comte Bittencourt (PSB), e Eduardo Cavalieri (PSD), atual prefeito da capital. Nesta ocasião, Eduardo Paes disse: “Eu gostaria que o estado do Rio de Janeiro fosse uma grande Macaé”, frase já dita por ele anteriormente, graças ao desenvolvimento da cidade, durante a sessão solene pelos 213 anos de Macaé, realizada em 29 de julho.

O candidato a deputado federal Subtenente Bernardo (PSDB) também movimenta o discurso de conseguir recursos para a cidade a partir de uma ponte, porém dessa vez no âmbito federal e ligada ao filho que é Secretário de Esportes em Cabo Frio, Rafael Bernardo (PL), sendo útil para conseguir recursos de Brasília para a cidade. Bernardo diz que, se for eleito, será um deputado que acredita e investe no esporte. Um feito que ele sempre menciona, de quando foi deputado estadual, é que foi o responsável por acabar com a “Máfia do Reboque”. Segundo o candidato, ele lutava para fechar depósitos particulares de veículos e agora reconhece que vai lutar contra os “abusos do pedágio”, principalmente na Via Lagos, que está com valor de pedágio caro e sem manutenção em dia. Mesmo não estando mais na Secretaria de Meio Ambiente, ele deixou claro que a população pode acioná-lo em casos, por exemplo, de maus-tratos aos animais, pois ele acionará os órgãos responsáveis.

Sobre suas menções a outros atores políticos, o Subtenente Bernardo raramente o faz, e foca em uma campanha mais centrada em sua imagem pessoal. As poucas vezes que mencionou alguém foi seu próprio filho ou Dra. Gabriela e Dr. Serginho, pois fizeram um ‘adesivaço’ juntos.

Chico Machado (PL) trás para suas propostas “tirar o país da mão do PT”; ele é presidente municipal do PL e sua esposa, Linandra Machado, é presidente do PL Mulher de Macaé. Seus jingles costumam ter falas contra a esquerda e o PT, reafirmando que quem é direita em Macaé, vota em Chico Machado. Ele relembra que implantou o Segurança Presente em Macaé e em Rio das Ostras, fez um novo calçadão e a Ponte da Barra em Macaé, nova estação de tratamento de água da CEDAE, construção da escola estadual Ziraldo em Rio das Ostras, e a luta pela duplicação da estrada Macaé-Rio das Ostras que já foi licitada e em breve

dará início às obras. Além disso, pretende conquistar sua solicitação antiga de uma Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM).

Sobre suas menções, em todas as oportunidades faz propaganda eleitoral para Flávio Bolsonaro (PL) e Douglas Ruas (PL); chegou a fazer, também, para Carlos Jordy (PL) e Carlos Portinho (PL), que estão concorrendo ao cargo de senadores, além de aparecer em comício em Queimados com o deputado federal Max Lemos (UNIÃO) e o vereador de Queimados, Felipe Carvalho (PSDB). O candidato também fez algumas postagens com a deputada Soraya Santos (PL) e com o general Pazuello (PL), que inclusive participaram de um vídeo de “bate-papo” em seu Instagram. Sua menção mais recente até o momento foi uma demonstração de apoio à candidatura para deputada federal de Laís Jordy (PL), esposa de Carlos Jordy.

A candidata a deputada estadual Dra. Gabriela (PL) foca em começar sua campanha eleitoral com muitas caminhadas e ‘adesivações’, raramente falando suas propostas, justamente por deixar claro que antes de ter respostas precisa primeiro entender quais são as perguntas e demandas da população, e por isso está sempre realizando eventos de campanha. A candidata fez postagem sobre o Agosto Lilás e seu compromisso com a vida das mulheres, prometendo políticas públicas de proteção, acolhimento e autonomia. Pedindo confiança por já ter trabalhado no SUS e saber o que precisa melhorar, também falou sobre as mães atípicas que precisam esperar meses por um laudo ou vaga de terapia, ela reforça que essas mães precisam de rede, acolhimento e escolas preparadas para incluir, além de ampliar o diagnóstico e o acesso às terapias na rede pública.

Também citou a Via Lagos, que é uma das portas de entrada da Região dos Lagos e está com pontos críticos, com falta de manutenção e segurança. Ela defende novas empresas em Cabo Frio para que os cabofrienses não tenham que sair da cidade para trabalhar, assim como, na área da saúde, luta por um centro de referência em oncologia para a Região, para que pacientes com câncer e moradores não tenham que ir muito longe para conseguir tratamento.

Ela realiza muitas postagens falando sobre seu irmão, Dr. Serginho (PL), dizendo está seguindo seu caminho. Eles prometem que Gabriela será uma ponte na Alerj para buscar recursos para a cidade, principalmente com a ajuda e orientação de Serginho, que tem experiência política. A candidata fez um post sobre os feitos do irmão na cidade, dizendo que aprendeu com ele a ser uma liderança e que agora também poderá ser.

Gabriela começou sua campanha com um vídeo de apoio do candidato à presidência Flávio Bolsonaro (PL), pedindo que os cidadãos de Macaé votassem nela. Ela teve Douglas Ruas (PL) presente no lançamento de sua candidatura em Cabo Frio, além de realizar caminhadas com o Dr. Serginho e a deputada federal Soraya Santos. Caminhadas e cavalgadas também foram realizadas em São Pedro da Aldeia, e reuniões com vereadores de Cabo Frio, como Wander do Celular (PSB) e Geovani Ratinho (PODE).

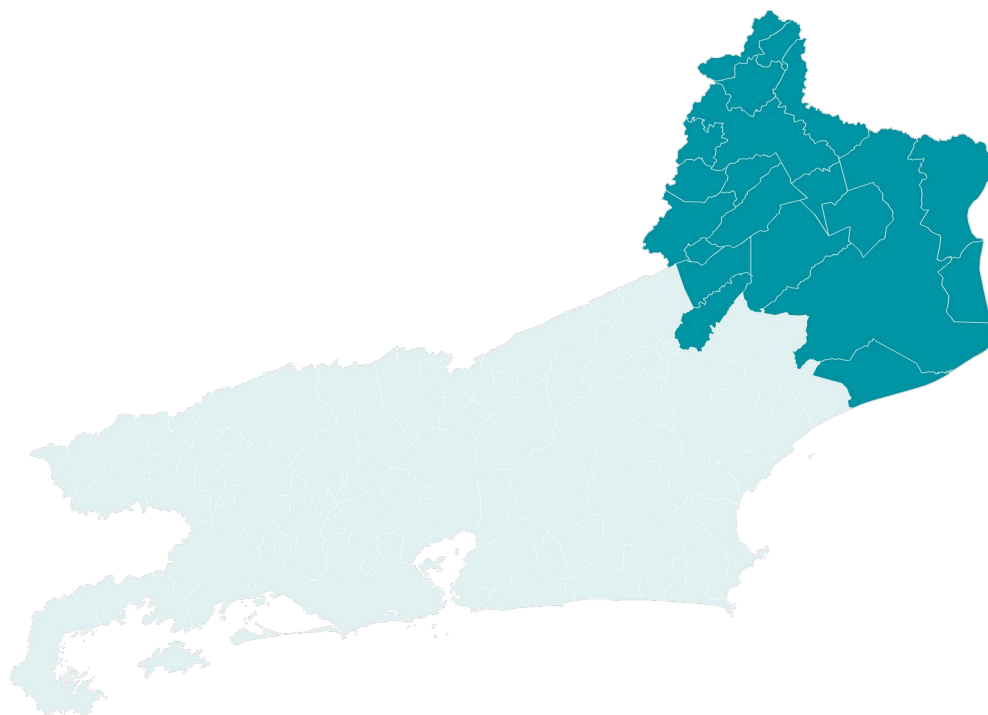
Tanto a Dra. Gabriela quanto o deputado estadual Chico Machado publicaram o mesmo vídeo de propaganda eleitoral de Douglas Ruas, e também divulgaram que no mesmo dia

Douglas e Flávio estariam presentes em eventos distintos, o primeiro evento em Cabo Frio e o segundo em Macaé, com apenas algumas horas de diferença.

2.6

Região Intermediária Campos dos Goytacazes

Figura 22 - Região Intermediária de Campos dos Goytacazes



Fonte: Elaboração própria.

Millena Dias⁴⁸
Silvana Telles⁴⁹

⁴⁸ Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

⁴⁹ Graduada em Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Mestra em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

2.6.1 As demandas dos cidadãos

Esta seção apresenta uma análise das publicações e interações nas redes sociais das principais páginas de notícias locais da região intermediária de Campos dos Goytacazes, buscando identificar as principais demandas e questões sociais presentes no debate público local. Em Campos, entre os temas mais recorrentes, destaca-se a segurança pública, expressa principalmente por notícias e manifestações relacionadas a assaltos, ocorrências criminais e à sensação de insegurança da população exposta nos comentários das publicações. Para além da ocorrência dos crimes, observa-se também uma demanda por maior atuação do poder público na prevenção e fiscalização, especialmente em relação à Guarda Municipal e Polícia Militar. Parte das manifestações questiona a atuação dos agentes, com críticas à percepção de pouca presença nas ruas e à permanência em determinados locais sem aparente atuação. Alguns comentários ironizam com o programa Segurança Presente, do Estado do Rio, focado no policiamento de proximidade, através de comentários como “segurança ausente”, indicando uma insatisfação da população com a capacidade de resposta do poder público diante dos problemas de segurança.

Outro tema de destaque é a saúde pública para os campistas, sobretudo em relação ao acesso e à qualidade dos serviços oferecidos pelo município. As publicações e manifestações analisadas evidenciam reclamações sobre a demora para conseguir consultas e atendimentos médicos, e também sobre o tempo de espera para a realização e a obtenção de resultados de exames. Essas demandas apontam para dificuldades relacionadas à oferta e à capacidade de atendimento da rede pública de saúde, fazendo com que o acesso aos serviços apareça como uma questão social relevante no debate local. Em menor frequência, também são observadas demandas relacionadas à infraestrutura urbana, como reivindicações por reformas e melhorias em espaços e equipamentos públicos, como pontes que estão interditadas pela defesa civil por risco de desabamento. Dessa forma, embora a segurança pública se apresente como uma das principais preocupações, as redes das páginas locais também revelam demandas significativas relacionadas ao funcionamento dos serviços públicos, especialmente nas áreas de saúde e infraestrutura.

Dentre as demandas sociais exploradas pelas principais páginas de notícias do município de São João da Barra, podemos destacar a discussão de temas como segurança pública, turismo e eventos, emergência climática, oportunidades de trabalho e capacitação, mobilidade urbana, educação e investimentos relacionados principalmente ao Porto do Açu. Enquanto na questão da segurança pública as páginas destacam assuntos pontuais como acidentes seguidos de morte, roubos e apreensão de drogas, em assuntos relacionados à temática de oportunidades de emprego também se destacam os eventos e anúncios de cursos de capacitação.

Com relação à exploração do potencial turístico da região, as páginas destacam eventos que buscam debater a temática, bem como apontá-la como um grande gerador de empregos,

renda e investimentos. Quanto à temática de emergência climática, diante dos recentes alertas de vendavais e em detrimento do fenômeno super El Niño, o aprimoramento do uso de ferramentas junto a Defesa Civil para avisar a população sobre a possibilidade de desastres naturais também é um dos destaques importantes. No que tange à mobilidade urbana, uma das páginas destaca a mudança de horários dos ônibus que circulam gratuitamente no município de São João da Barra.

Já na questão da educação, em uma das páginas postagens se debruçam sobre a importância da criação de um Plano Municipal de Educação cuja construção se dá pelo caráter da colaboração popular. Por fim, em relação ao Porto do Açu, as páginas de notícias destacam investimentos e o interesse por inovação, sobretudo pela capacidade do mesmo em produzir e gerar energia e ser um complexo importante na exportação de petróleo pela proximidade a região da Bacia de Campos e a Bacia do Espírito Santo.

As demandas de Itaperuna, cidade que fica localizada na parte noroeste do estado do Rio de Janeiro, remetem à carência na segurança pública, infraestrutura urbana, proteção do meio ambiente e saneamento. Entre todas as temáticas citadas, as enchentes e as queimadas, causam alvoroço entre a população, pois se sentem menosprezadas pelos atores locais que deveriam estar em prol da cidade como um todo. Quando há transbordamento do Rio Muriaé, consequentemente há uma série de fatores que corroboram com o "caos" urbano – ou seja, uma situação não resolvida gera mais problemas. Por exemplo, pelos constantes transbordamentos, há um déficit na drenagem pluvial, que acentua de forma crônica a deterioração no pavimento das ruas e, consequentemente, interfere na vida dos cidadãos.

Dessa forma, o município sofre repetidamente com isolamento de vias, invasão de águas nas residências e comércios, e transtornos na mobilidade urbana em geral. Notoriamente, os bairros mais afetados (Surubi, Cehab, Matadouro e João Bedim) são os que apresentam vulnerabilidades extremas entre as famílias itaperunenses; apesar de alguns contarem com o apoio de serviços públicos (assistência social, unidades de saúde e CRAS), os problemas relacionados à infraestrutura e saneamento básico não abrangem a todos da cidade. Por esse histórico, uma parcela da população que é ativa nas principais páginas de notícias, costuma satirizar o trabalho de exposição dos alertas pela Defesa Civil, afirmando que os mesmos erram nas previsões e agem com o intuito de “apavorar” os moradores locais. Além disso, alguns canais de comunicação preferem agir apenas como espaços de publicidade e marketing para o comércio local.

É imperioso destacar, também, que o município de Itaperuna registra um crescente número de conflitos entre grupos criminosos organizados em virtude de disputas por controle territorial (“guerras de facção”), cenário este que perpetua significativa sensação de vulnerabilidade pública e social na população – rompendo a expectativa fluminense de relativa “paz” no interior.

Considerando este enquadramento social, cabe analisar algumas das personas que compõem o cenário eleitoral itaperunense, considerando, principalmente, dados do IBGE, TSE e

Sebrae. A compreensão geográfica e os arranjos sociais decorrentes da dinâmica entre o município central e os distritos (Aré, Nossa Senhora da Penha, Comendador Venâncio, Retiro do Muriaé, Boa Ventura e Raposo) se faz de grande relevância, considerando que estas localidades, principalmente Raposo e Comendador Venâncio, retêm uma grande quantidade de votos e um potencial de articulação política hiperlocal.

Nesse sentido, é importante compreender o território de Itaperuna enquanto um relevante polo econômico e comercial da região Noroeste Fluminense, que também atrai diariamente a migração de inúmeros jovens estudantes de microrregiões ao redor devido ao seu eixo universitário de referência educacional. Ademais, o eleitorado feminino compõe cerca de metade do panorama total, que também conta com forte influência de um público cristão, principalmente evangélico – dinâmica favorecida a um consenso involuntário de sociabilidade constitutiva do cotidiano.

É válido destacar que, apesar de contar com uma população massivamente trabalhadora e de baixa renda, a configuração estrutural de papéis de influência alocam esta camada social em uma posição bastante singular frente ao cenário político eleitoral. De acordo com dados do IBGE, aproximadamente 70% dos habitantes situam-se nas classes mais baixas, enquanto o restante se enquadra em classes de A a C. Este estrato atua principalmente em serviços primários e essenciais nos eixos comerciais da saúde, educação privada e comércio de bens e serviços, enquanto o restante do objeto de análise está alocado nas posições mais estratégicas de tais negócios, sendo principalmente empresários e microempreendedores que, em algum nível, respondem a uma parcela de geração de empregos.

É importante destacar que, no arranjo supracitado, cria-se um alinhamento voluntário – ou, no limite, involuntário – entre as diferentes camadas sociais do eleitorado itaperunense, que pode explicar a homogeneidade ideológica da participação política destes cidadãos e, apesar de uma distância considerável em termos de classe social e renda, as agendas e os atores serem congruentes. O cenário molda a receptividade de candidaturas alinhadas a narrativas de “lei e ordem” de forma que os eleitores procuram, constantemente, certo apadrinhamento eleitoral de deputados estaduais e federais em expectativa de que a agenda solicitada seja apropriada por estes candidatos. Mais do que um alinhamento partidário e ideológico, a camada social desta região se atenta aos discursos morais, à agenda prioritária e ao capital relacional dos candidatos.

2.6.2 Monitoramento dos candidatos

Através de uma análise sobre o andamento de campanhas eleitorais, monitoramos os principais atores políticos e demais personalidades atuantes da esfera partidária. A região selecionada está situada no Noroeste do Estado do Rio de Janeiro, que segundo o IBGE, abrange municípios como: Campos dos Goytacazes, Itaperuna, Bom Jesus do Itabapoana, Cambuci, Italva, Natividade, Santo Antônio de Pádua e entre outros.

O Instagram foi a ferramenta utilizada em prol deste acompanhamento dos candidatos a deputado estadual e federal, suas respectivas páginas e os perfis de notícias locais foram igualmente levados em consideração para a construção deste texto. Os atores locais selecionados foram: Carla Machado (PSD), Bruno Dauarie (UNIÃO) e Jair Bittencourt (PL); todos se candidatam a deputado estadual, cargo que já foram preenchidos pelos mesmos anteriormente. Murillo Gouvêa (PSDB), Caio Vianna (PSDB) e Hugo Leal (PSD) estão se candidatando para deputado federal, buscando manter o exercício de seus mandatos anteriores.

O deputado estadual Jair Bittencourt (PL) adota um tom pró-ativo, comemorativo e fortemente enraizado na identidade regional do Noroeste Fluminense. O parlamentar mobiliza temas como produção agrícola, agropecuária, equinocultura, feiras de negócios (como a Merconoroeste), saúde pública e privada, além de pautar calamidades públicas ligadas a enchentes – apesar da ênfase recorrente em ações de reparação e não em políticas de fato preventivas. A comunicação equilibra a proximidade com o cotidiano do noroeste fluminense e a projeção institucional, com registros frequentes em haras, exposições equinas, festas de emancipação de municípios vizinhos e nos marcos culturais da localidade.

No tocante à capilaridade territorial, o deputado mantém forte presença física e digital em um conjunto expressivo de municípios do interior fluminense (como Italva, Itaperuna, Natividade, Bom Jesus do Itabapoana, Itaocara, Varre-Sai, Aperibé, Santo Antônio de Pádua, Campos dos Goytacazes, Miracema e São Fidélis). O ator menciona e interage diretamente com lideranças locais e regionais, ancorando sua atuação familiar no fato de seu filho, Jair Neto, ocupar a vice-prefeitura de Itaperuna. A articulação transcende os limites municipais ao impulsionar eventos de grande apelo regional, exemplificado pela promoção de um ato político no dia 12 de setembro com o candidato a presidência Flávio Bolsonaro (PL) em Itaperuna, reunindo grande público intermunicipal (incluindo caravanas de municípios capixabas e mineiros vizinhos).

Nas alianças e relações políticas, Bittencourt opera de forma pragmática na base partidária, articulando-se com quadros estaduais e federais – a exemplo da interlocução com Dani Cunha e Douglas Ruas (candidatos pelo mesmo partido), com quem divide agendas voltadas à saúde (utilizando o Hospital São Vicente de Paula, localizado em Bom Jesus do Itabapoana, como polo de incidência política) e à produção regional. Embora transite por apoios orgânicos da direita institucional e conservadora regional (com acenos históricos a figuras como Marcelo Crivella), o parlamentar mantém um crivo retórico cauteloso, evitando a verbalização extremada do núcleo duro ideológico nacional, optando por converter em rendimento eleitoral a entrega de infraestrutura, a gestão orçamentária, destacando-se na presidência de comissão voltada à contenção de gastos na Alerj, e a mediação de pleitos localistas do setor agro.

A deputada estadual Carla Machado (PSD) possui uma postura bastante atuante em torno da agenda da inclusão, principalmente na temática de direito de pessoas com deficiência e neurodivergentes. A parlamentar destaca em suas principais postagens no Instagram, sua luta

pelo acesso e garantia de direitos divulgando em suas redes compromissos e iniciativas relacionadas ao tema.

Entre algumas ações relacionadas à temática nas publicações de Carla Machado, podemos destacar ações como o projeto de Lei Complementar nº 64/2026 em tramitação na Alerj que cria o Fundo Estadual de Assistência e Desenvolvimento Integral da Pessoa Neurodivergente (FUNADIN). Em um vídeo publicado em sua rede, por exemplo, a deputada destaca a importância da criação do fundo para a captação de recursos e ampliação de direitos já existentes.

Figura 23 - Postagem de Carla Machado. 27/08/2026



Fonte: Reprodução/Instagram.

Já em relação à sua campanha de reeleição, a deputada segue cumprindo agenda nos municípios do Norte Fluminense. Entre os nomes e lideranças da região atuando junto a campanha parlamentar, podemos destacar o apoio da prefeita de São João da Barra Carla Caputi (UNIÃO) e da prefeita de São Francisco de Itabapoana Yara Cíntia (PSD). Já entre os vereadores da região podemos destacar os nomes de Patrícia Cherene (UNIÃO) e Eleno (SD).

Declarando apoio às candidaturas de Eduardo Paes (PSD) para governador e Pedro Paulo (PSD) para senador antes mesmo do início oficial da corrida eleitoral, nas postagens de Carla Machado (PSD) a figura do candidato ao Senado aparece com bastante frequência. Entre alguns dos eventos em que o candidato ao senado aparece na rede social da deputada, podemos destacar três: carreata do lançamento de sua candidatura em São João da Barra, reunião em Campos dos Goytacazes, e reunião em São Francisco de Itabapoana.

Relacionado às comemorações do 7 de setembro, a agenda de campanha de Carla Machado (PSD) acompanhou as atividades de desfiles cívicos da Semana da Pátria e participou do evento Caminhada da Independência em São João da Barra. Em vídeo publicado em seu Instagram sobre o evento, a deputada reafirma seu compromisso com a comunidade e a sua posição de liberdade e independência.

O candidato a deputado federal Caio Vianna (PSDB) possui uma forte estratégia de comunicação digital em suas redes sociais ao apresentar um tom que oscila entre a assertividade política combativa e uma possível proximidade afetiva. Os principais tópicos articulados englobam críticas à falta de insumos e medicamentos nos postos de saúde, falta de infraestrutura local, como o visível abandono do comércio no Centro de Campos, sucateamento e redução da frota dos transportes públicos. Ele costuma nas postagens apresentar angústia ao notar que parte do legado político de seu falecido pai, o ex-prefeito de Campos e médico, Arnaldo Vianna, não está sendo mais executado da maneira que antes foi. A família Vianna é comumente reconhecida pelo êxito em projetos como “Navegar é Preciso”, que visava garantir o acesso igualitário à internet para os campistas e a construção do Hospital Geral de Guarus (HGG).

Contudo, sua campanha apresenta um foco no município de Campos dos Goytacazes, não abrindo margem para conhecer o eleitor das demais regiões; suas raras aparições fora do meio campista ocorreram em eventos nas cidades de Itaboraí (Leste fluminense) e Petrópolis (região Serrana). Suas “correatas” – termo dado pelo candidato para se referir às carreatas – são uma de suas estratégias para alcançar o público jovem, pois nesses eventos costuma-se ter mais proximidade com os eleitores, além de possuir cobertura em tempo real, ao utilizar óculos inteligentes (modelo *Ray-Ban by Meta*) e contratar uma jornalista (Júlia Pinheiro) para entrevistar as pessoas em prol de criar conteúdos para suas redes sociais.

Seus posicionamentos à respeito dos projetos que pretende executar caso eleito, se estendem na defesa da erradicação das *Bets* no Brasil pois em sua opinião é o principal motor da ruptura familiar e da economia local; e aumento no amparo das mães de crianças atípicas (TEA), ao fornecer acesso público para cuidados médicos e uma nova leva de mediadores para as escolas da região. Em seguida, o parlamentar, apresentou projetos que anteriormente foram executados pelo mesmo, como a nova delegacia da Polícia Rodoviária Federal (PRF) em Campos, inaugurada em 2025, cuja viabilidade se concretizou através de uma “união de esforços” – palavras do deputado – com o ministro da justiça, na época, Flávio Dino e o ex-presidente da Alerj, André Ceciliano (PT). Além disso, expõe que houve incentivos para as áreas de segurança, saúde, turismo, agricultura e infraestrutura; porém, Caio afirma que o recurso não foi repassado de maneira idônea, pois estava destinado à Prefeitura de Campos, durante o mandato de Wladimir Garotinho (PL).

Seguindo as narrativas, o candidato classifica o mandato do ex-prefeito Wladimir Garotinho como “desleixo com a vida das pessoas” e essa afirmação ocasionou uma série de embates, incluindo outras figuras da família, como Rosinha Garotinho. Este cenário não é

inusitado para a população campista; apesar do ex-prefeito Arnaldo Vianna ter apoiado Wladimir nas eleições municipais de 2024, houve uma ruptura da relação “amistosa” entre a nova geração de políticos. Contudo, a animosidade deferida nas redes sociais não impediu que Caio expusesse apoio a sua base política representativa pelo Estado do Rio de Janeiro, ao promover caminhadas pelo Centro de Campos com a aparição do candidato a senador Pedro Paulo (PSD) e breves aparições com o candidato a deputado estadual Rodrigo Medeiros (PL). Caio Vianna não expôs, até o período das análises, quem apoiaria para os cargos de governador e presidente.

Wladimir afirmou que havia resolvido antigas divergências políticas com Caio Vianna. Segundo ele, os dois haviam estabelecido um acordo para evitar a divisão dos votos em Campos: caso Wladimir se candidatasse ao cargo federal, Caio disputaria uma vaga no âmbito estadual. No entanto, Caio manteve a candidatura à reeleição como deputado federal, o que teria provocado um novo desalinhamento na relação política entre os dois.

Até então, Wladimir não havia se manifestado publicamente sobre a situação. O cenário mudou após Caio publicar um vídeo cobrando explicações sobre nomeações feitas durante a gestão de Wladimir na Prefeitura, questionando a indicação de pessoas que, segundo ele, sequer residiam em Campos. Wladimir então acionou a Justiça contra o deputado. Em seguida, publicou um vídeo no qual afirmava que Caio Vianna era o terceiro deputado que mais faltava às sessões da Câmara dos Deputados, mas a publicação foi posteriormente apagada.

Em resposta, Caio afirmou que recorreria ao Ministério Público para solicitar a abertura de uma investigação sobre as mais de 2 mil nomeações realizadas por Wladimir durante seu governo, e alegou que ao perceber que promessas estavam sendo deixadas de lado por interesses pessoais, se afastou para seguir seu próprio caminho.

Figura 24 - Postagem de Caio Vianna. 01/09/2026



Fonte: Reprodução/Instagram.

Em contraposição às desavenças observadas no cenário político local, Campos também apresenta uma aliança marcada pela proximidade pessoal e política entre os amigos de infância Wladimir Garotinho e o candidato a deputado estadual Bruno Dauaire (PL). Os dois aparecem juntos em diferentes momentos da campanha, incluindo comícios no interior, campanhas de adesivação e eventos nos municípios, além de compartilharem um jingle de campanha. As falas de Bruno Dauaire, inclusive em eventos nos quais Wladimir não está presente, reforçam a articulação entre os dois candidatos. Nessas ocasiões, o candidato destaca as ações realizadas durante o período em que ocupou uma cadeira na Alerj, enquanto Wladimir estava à frente da Prefeitura de Campos, recorrendo também à comparação da dupla com Romário e Bebeto, em referência à seleção brasileira.

A dinâmica observada indica uma relação de apoio mútuo, também evidenciada nas redes sociais. O perfil de Wladimir apresenta diversas publicações conjuntas com Bruno Dauaire, além da utilização do jingle que associa os dois candidatos. Dessa forma, a campanha mobiliza não apenas a proximidade política entre ambos, mas também a trajetória compartilhada e a associação entre suas respectivas atuações políticas, reforçando a imagem de uma parceria eleitoral consolidada.

O candidato realiza frequentes publicações destacando sua atuação em políticas voltadas ao lazer e à infraestrutura nos municípios do Noroeste Fluminense, com ênfase na construção de arenas sociais e na pavimentação de estradas vicinais, além de mencionar sua

passagem pela Secretaria de Habitação. Essa atuação também é mobilizada em um de seus jingles, que o apresenta como “o homem da habitação e da arena social”, reforçando a associação de sua imagem a essas políticas. Entre as ações mencionadas em suas publicações, também aparecem iniciativas voltadas à segurança alimentar da população do interior, como o Café do Trabalhador e o Restaurante Popular.

No que se refere à presença territorial, observa-se uma forte ênfase na identificação do candidato com o interior do estado. Em suas falas, Bruno Dauaire destaca que, quem é do interior, compreende as demandas cotidianas da população. Essa identificação é reforçada pela frequência de sua presença em municípios do Norte e Noroeste Fluminense, como Campos dos Goytacazes, São João da Barra (município onde seu pai, Betinho Dauaire, foi prefeito), São Francisco de Itabapoana, Quissamã e Quixaba, entre outros. Esteve presente também municípios da Região dos Lagos, como Cabo Frio, Arraial do Cabo, Araruama e Rio das Ostras.

Observa-se, ainda que de maneira mais pontual, uma aproximação com o candidato a deputado federal Murillo Gouvêa (PSDB), que aparece em algumas de suas publicações e participou ao lado de Bruno do anúncio de suas candidaturas. Na articulação ao campo estadual, Bruno declarou apoio à candidatura de Anthony Garotinho (Republicanos) ao governo do estado, pai de seu aliado político. Em relação à disputa presidencial e ao Senado, por outro lado, não foram identificadas, nas publicações analisadas, nenhuma manifestação de apoio a candidatos específicos.

Outro grupo político de peso na região, especialmente em Campos dos Goytacazes, é a família Bacellar. Rodrigo Bacellar (UNIÃO), principal nome do grupo político familiar, permanece preso, enquanto seu irmão, Marquinhos Bacellar (UNIÃO), que havia sinalizado anteriormente a possibilidade de disputar uma vaga como deputado estadual, acabou declinando da candidatura. Em seu lugar, Marquinhos passou a declarar apoio ao candidato a deputado estadual Dr. Lucas (PSB) e ao candidato a deputado federal Rueda (UNIÃO). A manifestação de apoio foi sintetizada em uma publicação na qual afirma “Família Bacellar é”, seguida dos nomes dos dois candidatos, associando-os diretamente ao grupo político familiar.

As publicações analisadas sobre o deputado federal, Murillo Gouvêa (PSDB), há um tom focado em entregas setoriais e visibilidade executiva, mobilizando temas como apoio à saúde pública, obras de infraestrutura em estradas, atenção a famílias autistas, expansão de telefonia, proteção animal, cultura audiovisual, entretenimento e turismo de entretenimento voltado à movimentação econômica e prestígio eleitoral. O parlamentar posiciona-se criticamente em relação às *Bets* e apresenta PLs para destinação de percentual mínimo de recursos ao tratamento do TEA e à APAE, ancorando forte parte de sua narrativa na premissa de ser o único representante genuíno do Noroeste Fluminense em Brasília.

No tocante à capilaridade territorial, a presença digital e física abrange municípios como São Pedro da Aldeia, Teresópolis, Natividade (onde mantém relação próxima com o prefeito Taninho), São João de Meriti, Valença, Barra Mansa, São Francisco de Itabapoana, Itaguaí e Cardoso Moreira. A estratégia de projeção ganha densidade com a realização de um megaevento

estratégico no início de 2026 em Itaperuna (o Funn Arena), reunindo cerca de 20 mil pessoas com a presença de artistas famosos, o que gerou forte repercussão e apelo de massa no interior.

Nas alianças e relações políticas, prioriza forte interlocução com o candidato à governador Eduardo Paes (PSD), não se posicionando a respeito do apoio presidencial – seguindo o *mainstream* de seu partido (PSDB)–, mantendo um diálogo setorial com o senador Romário (Sem partido) – que também possui significativa atuação regional ancorada em seu capital de notoriedade e pelo discurso em apoio ao desenvolvimento do setor de esportes – e articulação pragmática alinhada à projeção regional do mandato sem centralizar o perfil em um núcleo ideológico rígido nacional.

Entre os apoiadores destacam-se a deputada estadual Carla Machado (PSD), a prefeita de São Francisco de Itabapoana, Yara Cínthia (PSD), a candidata a deputada estadual Helem Cristina (PSDB), a candidata a deputada estadual Mirian Porto (PSD), o vereador de Mangaratiba, Gabriel Alves (Solidariedade), o deputado estadual Luiz Martins (PSDB) e o prefeito de Natividade, Taninho Toledo (UNIÃO).

O deputado conta também com uma página no Instagram chamada “@juventudedepmurillogouvea”, cujo objetivo é atrair os eleitores mais jovens, utilizando *trends* de redes sociais como o TikTok. Recentemente, começaram a divulgar apoio para a candidata a deputada estadual Cris Kaizer (PSD) e para o candidato a prefeito nas eleições suplementares de Itaguaí, Haroldinho de Jesus (PDT).

O deputado federal Hugo Leal (PSD) possui uma atuação bastante ativa em diversas frentes, sobretudo com relação à Lei Seca. De autoria do deputado no ano de 2008, algumas das postagens em sua conta oficial do Instagram se dedicam a destacar a importância e o impacto da lei desde sua promulgação. Na mesma temática, o deputado, através da autoria de outro projeto de lei que ainda aguarda tramitação, propõe punir motociclistas que executam manobras perigosas em vias públicas, reafirmando sua posição e o compromisso com a segurança no trânsito.

Já com relação a outras pautas, a atuação de Hugo Leal (PSD) também se destaca ativamente: na inclusão de pessoas com deficiência; na luta pelo reconhecimento da fibromialgia como deficiência; e em iniciativas ligadas aos produtores no campo, com o projeto Solo Vivo, entre outros. Ainda no tocante da luta por inclusão, algumas das principais postagens do deputado se destacam pela defesa da manutenção do recebimento do Benefício de Prestação Continuada (BCP), através do projeto de Lei nº 4.341/2025 que segundo o mesmo é uma importante iniciativa para a manutenção do recebimento do benefício.

Quanto à sua campanha de reeleição, Hugo Leal (PSD) não se limita a cumprir agenda de campanha apenas na região do Norte Fluminense, mas sim em toda extensão do estado do Rio de Janeiro. Bastante atuante em todos os municípios, o parlamentar, conforme observado em sua página oficial no Instagram, conta com apoio de prefeitos, vereadores e deputados, sobretudo na região de Petrópolis e Itaipava.

Entre os atores da região de Petrópolis apoiando o deputado destacam-se os nomes de vereadores como Júnior Coruja (PSD), Thiago Damasceno (PSDB) e Gilda Beatriz (PP); na cidade do Rio de Janeiro, entre seus principais apoiadores está o candidato a deputado estadual Flávio Valle (PSD) e o atual prefeito Eduardo Cavaleri (PSD). Apoiando as candidaturas de Eduardo Paes (PSD) para governador e Pedro Paulo (PSD) para o Senado, Hugo Leal também conta com apoios políticos importantes, como o do candidato à presidência do Partido Social Democrático (PSD), Ronaldo Caiado, e do presidente nacional da agremiação e candidato a vice-presidente, Gilberto Kassab (PSD).

Quanto ao posicionamento ligado às comemorações de 7 de setembro, em sua conta do Instagram, Hugo Leal (PSD) limitou-se apenas a uma postagem falando sobre a data, sua importância e reafirmando a sua posição e compromisso com a população. Quanto à crise no Supremo Tribunal Federal (STF) na primeira semana de setembro, o parlamentar usou sua rede social para se posicionar pedindo por uma apuração sobre os fatos relatados com isenção, transparência e respeito ao processo legal.

Figura 25 - Postagem de Hugo Leal. 05/09/2026

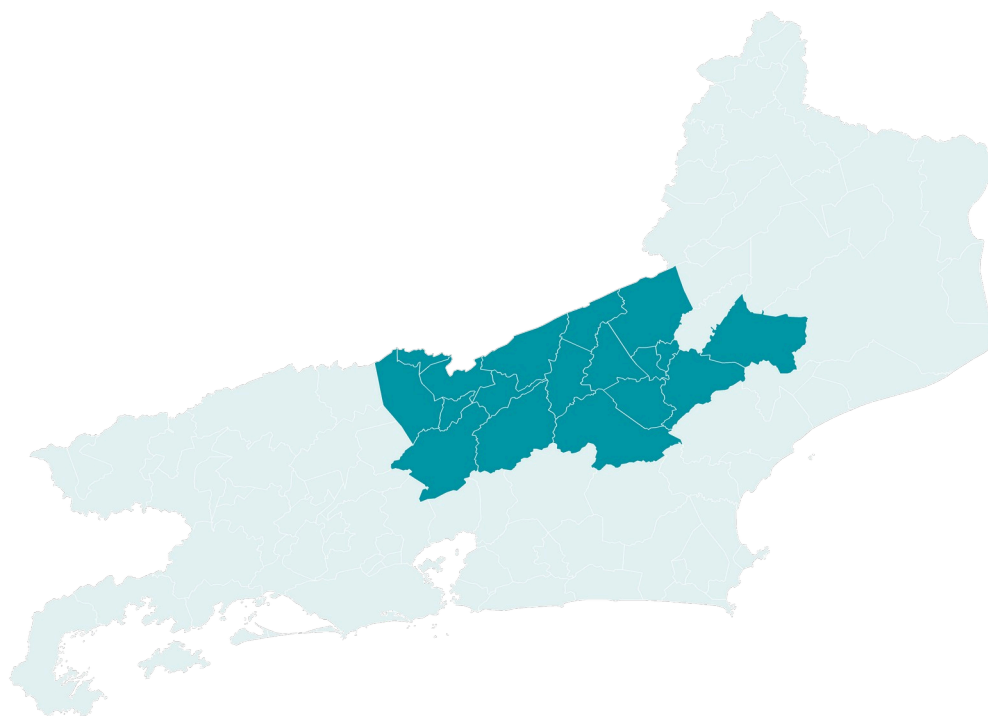


Fonte: Reprodução/Instagram.

2.7

Região Intermediária Petrópolis

Figura 26 - Região Intermediária de Petrópolis



Fonte: Elaboração própria.

Priscila Schmitz⁵⁰

Lara Reis⁵¹

Gabriel Meneguete⁵²

⁵⁰ Doutora em Ciência Política (IESP-UERJ).

⁵¹ Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

⁵² Mestrando em Sociologia Política (IUPERJ - UCAM).

Neste capítulo, destacamos Petrópolis, Teresópolis e Três Rios como os municípios de maior relevância analítica na Região Serrana. Atualmente, Hingo Hammes (PP) é prefeito de Petrópolis, Leonardo Vasconcellos (UNIÃO), de Teresópolis, e Jonas Dico (PODE), de Três Rios.

Nas últimas eleições municipais, os vereadores mais votados foram Júnior Coruja, Júnior Paixão e Octavio Sampaio, em Petrópolis; Marcos Rangel, Fidel Faria e Fabinho Filé, em Teresópolis; e Anderson Muriçoca, Jonas Dico - posteriormente eleito prefeito - e Flávio Duarte, em Três Rios. Esses atores locais da esfera municipal são fundamentais para entender as alianças e a correlação de forças políticas na região, além disso possuem participação fundamental na dinâmica eleitoral tanto na composição das alianças, como puxando o voto para a legenda. Optamos por dissertar sobre aqueles que disputarão cargos para as eleições gerais de 2026, Júnior Paixão e Otávio Sampaio.

Junior Paixão (PSDB) atualmente é vereador por Teresópolis e pleiteia o cargo de deputado estadual no Rio de Janeiro. Esteve presente junto com candidatos como Douglas Ruas (PL) e Bernardo Rossi (UNIÃO), contudo um apoio tímido sem marcações ou compartilhamento de postagens. Em sentido oposto, gravou vídeo com o senador e proponente à reeleição, Carlos Portinho (PL), trocando apoio mútuo em vídeo. Suas propostas como candidato dialogam de forma estrita com as demandas da cidade de Petrópolis, destoando de outros candidatos com propostas mais abrangentes para o Estado do Rio de Janeiro.

Figura 27 - Postagem de Otávio Sampaio em 26/04/2026



Fonte: Reprodução/Instagram.

Otávio Sampaio (PL), vereador por Petrópolis, é apoiador de primeira hora da família Bolsonaro, usando em seus vídeos camisas de Jair Bolsonaro e declarando apoio a Flávio Bolsonaro (PL). Sua imagem é constantemente atrelada ao presidenciável e posiciona-se fortemente em pautas federais como a crise institucional do STF para mobilização de sua base. Na postagem acima⁵³, o candidato aparece sentado com uma bandeira do império atrás de si e fala sobre a proibição do uso do banheiro feminino por pessoas trans. A comunicação é pautada no tensionamento, a partir da exposição da imagem de terceiros e a gravação de uma resposta.

Também são monitorados os deputados federais Dr. Luizinho (PP), Hélio Lopes (PL), Glauber Braga (PSOL), Vinícius Farah (UNIÃO) e Luiz Lima (NOVO). Todos concorrem nas eleições de 2026. Hélio Lopes é o único que pretende disputar um cargo diferente e em outro estado, candidatando-se ao Senado por Roraima; os demais buscam a reeleição para a Câmara dos Deputados pelo Rio de Janeiro.

O prefeito de Teresópolis, Leonardo Vasconcellos (UNIÃO), eleito suplente de deputado estadual em 2022, não concorre a nenhum cargo nas eleições de 2026. No entanto, manifestou publicamente apoio à candidatura de sua esposa, Cláudia Vasconcellos (PSD), a deputada estadual. Em suas redes sociais, ambos também declararam apoio a Eduardo Paes (PSD), candidato ao governo do Estado do Rio de Janeiro; Pedro Paulo (PSD), candidato a uma das duas vagas do estado no Senado; e Ronaldo Caiado (PSD), candidato à Presidência da República. Todos esses candidatos pertencem ao mesmo partido de Cláudia Vasconcellos.

Antes do lançamento oficial de sua candidatura, André Corrêa (PSD) manifestou, em seu perfil oficial no Instagram, apoio ao candidato a deputado federal Severino Dias (PSDB). Até o momento analisado, não havia declarado apoio a nenhum candidato à Presidência da República.

Yuri Moura (PSOL), por sua vez, manifestou publicamente apoio ao pastor Henrique Vieira (PSOL) e à vereadora de Petrópolis, Júlia Casamasso (PSOL), ambos candidatos a deputado federal. Também declarou apoio a Lula (PT) na disputa presidencial e mantém, em suas redes, conteúdo especialmente crítico a Flávio Bolsonaro (PL).

Bruno Boaretto (PL) e Bernardo Rossi (UNIÃO) manifestaram apoio ao candidato ao governo do Estado do Rio de Janeiro Douglas Ruas (PL) e ao candidato à Presidência Flávio Bolsonaro (PL).

2.7.1 Demandas e temas das páginas de notícias locais

Esta seção analisa publicações e interações nas redes sociais das principais páginas de notícias locais da Região Serrana, utilizadas para identificar demandas e temas de maior repercussão entre a população. Na área de segurança pública, destacam-se o combate ao tráfico de drogas, os alertas sobre novas modalidades de golpes na internet e irregularidades em sites de apostas, além de operações policiais, apreensões e conteúdos que dão visibilidade

⁵³ A postagem é datada de 28 de abril de 2026, mas a legenda do imagem foi editada no dia 13/09/2026, quando foi fixada no feed do candidato.

ao trabalho das forças de segurança. Também são frequentes os alertas sobre roubos e outras ocorrências em bairros e municípios da região.

Para além das ocorrências criminais, aparecem com destaque os acidentes automobilísticos na serra de Petrópolis e a insatisfação com obras inacabadas ao longo do percurso. A corrupção também mobiliza o debate nas páginas monitoradas, inclusive por meio de referências a atores que não disputam cargos eletivos, como os ministros do STF Alexandre de Moraes e André Mendonça. Transporte público e saúde, por sua vez, costumam aparecer sob a perspectiva dos problemas cotidianos enfrentados pela população e das deficiências na prestação dos serviços.

O setor de serviços recebe atenção recorrente, sobretudo em publicações que destacam condições precárias de trabalho relacionadas ao manejo e ao descarte inadequado de resíduos contaminantes. Petrópolis se sobressai pelo número de denúncias de crimes ambientais envolvendo maus-tratos e abandono de animais, ao mesmo tempo que as páginas valorizam ações do Corpo de Bombeiros em resgates. Em relação aos serviços públicos, surgem demandas sobre a qualidade do fornecimento de energia e sobre a qualidade e o preço do transporte coletivo. Também aparecem conteúdos ligados à saúde infantil, com destaque para campanhas de vacinação, além de preocupações com assédio sexual e abuso de menores.

2.7.2 Monitoramento das campanhas nas redes sociais

A seguir, apresentamos a análise do monitoramento das redes sociais dos candidatos a deputado federal e estadual anteriormente mencionados. O acompanhamento considera as publicações realizadas desde o início oficial da campanha eleitoral de 2026, em 16 de agosto, até o dia 11 de setembro.

Vinícius Farah estrutura sua campanha de reeleição para deputado federal pelo Rio de Janeiro em torno do lema “quem fez, simplesmente fará(h)”, associando seu sobrenome à ideia de continuidade das realizações de seu mandato. A estratégia mobiliza um recurso lúdico para apresentar o desempenho anterior como credencial para a continuidade de sua atuação. Desde o início do período oficial de campanha, predominam postagens ao lado de apoiadores, registros de atos eleitorais e conteúdos que recuperam realizações do mandato.

Nesse período, Farah manifestou apoio à candidata a deputada estadual Cris Kaizer (PSD) e a seu esposo, o prefeito de Queimados, Glauco Kaiser (UNIÃO), além da vereadora Bia Bogossian (PSD) e dos candidatos ao Senado e ao governo do Rio de Janeiro, Pedro Paulo (PSD) e Eduardo Paes (PSD). Sua comunicação não se concentra em ataques diretos a adversários. O deputado realizou atividades de campanha em Santa Cruz, Duque de Caxias e em um clube de Três Rios. Em 7 de setembro, participou do desfile na cidade de Três Rios, distribuindo material de campanha e conversando com eleitores, ao mesmo tempo que retomou referências ao período em que esteve à frente da prefeitura do município. O lançamento oficial de sua

candidatura contou com a presença e o apoio de Pedro Paulo (PSD) e Eduardo Paes (PSD), além de candidatos a deputado estadual, como Bia Bogossian (PSD).

Figura 28 - Postagem de Vinicius Farah



Fonte: Reprodução/Instagram.

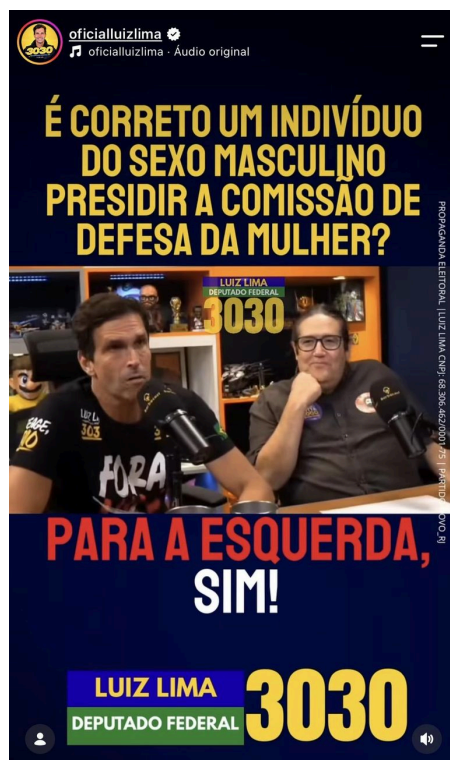
Em contraste com a estratégia de Vinicius Farah, mais centrada na valorização de alianças e realizações, Luiz Lima (NOVO) estrutura sua campanha em forte oposição a adversários políticos. O lema “Fora Lula” ocupa posição central em sua comunicação, na qual o candidato se apresenta como “o maior opositor do PT no Rio de Janeiro”. Temas relacionados a impostos e corrupção também aparecem com frequência em suas postagens.

Em uma visita às proximidades da Cidade de Deus, Luiz Lima questionou a relação entre a avaliação da qualidade de vida dos moradores e a elevada votação obtida por Eduardo Paes nas zonas eleitorais da região, sugerindo a existência de pressão sobre o voto e relações de corrupção. Nos primeiros dias da campanha, o candidato também destacou uma iniciativa de deputados do NOVO voltada à inelegibilidade de Lula, elogiando a atuação dos deputados federais Marcel Van Hattem, Gilson Marques e Adriana Ventura.

Luiz Lima manifestou ainda apoio ao candidato a deputado estadual Welbert Pedro, também do NOVO, com quem realizou o lançamento oficial de sua candidatura em Nova Friburgo. Em suas redes, divulgou cortes de um podcast no qual protagonizou embates com o deputado federal Tarcísio Motta (PSOL). Em um dos trechos, declarou apoio a Débora do Batom e criticou a pena aplicada à condenada por depredação de patrimônio tombado. Em outro,

criticou a deputada federal Erika Hilton (PSOL-SP) por presidir a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, utilizando, nesse contexto, o nome de registro anterior da parlamentar.

Figura 29 - Postagem de Luiz Lima



Fonte: Reprodução/Instagram.

As investigações envolvendo o empresário Fábio Luís Lula da Silva, filho do presidente Lula (PT), também aparecem nas postagens de Luiz Lima, assim como conteúdos que atribuem ao governo Lula responsabilidade por dificuldades enfrentadas por grandes empresas, como Ponto Frio e Casas Bahia. O candidato também publica registros em sinais de trânsito, nos quais busca demonstrar apoio de motoristas e transeuntes à campanha “Fora Lula” por meio de buzinas de carros e motos.

Luiz Lima declarou apoio ao senador Flávio Bolsonaro, candidato à Presidência pelo PL, e criticou a condução da entrevista feita pela jornalista Renata Vasconcellos durante sabatina na Rede Globo. Em 7 de setembro, participou, em Copacabana, de um ato de apoio a Flávio Bolsonaro. No evento, referiu-se aos condenados pelos atos de 8 de janeiro como “patriotas” e relembrou os 115 mil votos que afirma ter obtido em 2018 com o apoio de Jair Bolsonaro, declarando que não o abandonaria. A fala reforça, em sua comunicação de campanha, a associação política entre Jair e Flávio Bolsonaro.

Figura 30 - Postagem de Luiz Lima



Fonte: Reprodução/Instagram.

Glauber Braga (PSOL) adota uma campanha que combina confronto com adversários e valorização de alianças políticas. O candidato manifesta apoio a nomes do PSOL em diferentes estados, como Jones Manoel, em Pernambuco, e Sâmia Bomfim e Luiza Erundina, em São Paulo, além de Marina Silva, da Rede Sustentabilidade. Embora Sâmia Bomfim seja sua esposa, o apoio à parlamentar é apresentado nas redes sobretudo a partir de sua atuação política e das pautas que defende, sem ênfase no vínculo familiar.

Grande parte da campanha de Glauber se organiza em torno do contato direto com eleitores, por meio de eventos em espaços públicos, como a Feira da Glória e o Largo da Carioca, no Centro do Rio de Janeiro, além de caminhadas por bairros e municípios como Papucaia, Nova Friburgo, Trajano, Conceição de Macabu, Quissamã, Campos dos Goytacazes, Itaocara, Macuco, Guapimirim, Magé e Bangu. Nessas atividades de panfletagem, costuma estar acompanhado de candidatos do PSOL a deputado estadual. As aparições conjuntas ocorrem principalmente com Clarice Chacon e Professor Josemar, mas também há conteúdos de apoio às candidaturas de Alexandre Fonseca e Anderson Ribeiro. Glauber também manifesta apoio às candidaturas de Benedita da Silva (PT) e Mônica Benício (PSOL) ao Senado pelo Rio de Janeiro e à reeleição de Lula (PT) à Presidência da República.

Parte de seu conteúdo também se estrutura a partir de embates com atores políticos de direita. Arthur Lira (PP), Nikolas Ferreira (PL), Marcel Van Hattem (NOVO), Eduardo Cunha (PP), Eduardo Girão (NOVO), Eduardo Bolsonaro (PL) e Gilvan da Federal (PL) aparecem em postagens

nas quais Glauber responde a críticas, provocações ou iniciativas contra seu mandato, como pedidos de cassação. Outros atores são mencionados de forma negativa, entre eles Sérgio Moro, Flávio Bolsonaro (PL), Eduardo Bolsonaro e o ex-governador Cláudio Castro (PL). Nessas publicações, o candidato aborda temas como corrupção, investigações, privatização dos serviços de abastecimento de água e relações entre agentes políticos e grupos criminosos. Também houve menção à cantora Ana Castela em conteúdo sobre financiamento de shows e participação de políticos do PL.

De forma geral, a campanha de Glauber articula a ideia de força popular com a defesa da educação crítica, o fim da escala 6 x 1, críticas ao chamado orçamento secreto e oposição às privatizações. Em diferentes publicações, o deputado se posiciona em defesa da Palestina, manifesta solidariedade aos povos cubano, iraniano e venezuelano e associa soberania nacional à defesa da reestatização. Também são recorrentes as críticas ao orçamento secreto, apresentadas pelo candidato como parte de uma agenda anticorrupção.

Em 7 de setembro, Glauber participou do Grito dos Excluídos e do Samba do Trabalhador, no Centro do Rio de Janeiro, defendendo a construção da soberania popular por meio de organização e mobilização. Os encontros promovidos durante a campanha são apresentados como espaços de diálogo e prestação de contas, vinculados à defesa de uma política participativa. Nesse contexto, o deputado divulga como uma de suas marcas a destinação participativa de suas emendas parlamentares.

Figura 31 - Postagem de Glauber Braga



Fonte: Reprodução/Instagram.

A campanha de Dr. Luizinho (PP) utiliza o jingle “Faz o L do Luizinho”, mas, no período analisado, não apresentava apoio público a nenhuma candidatura à Presidência da República. Sua comunicação também evita concentrar-se em embates diretos com adversários. O deputado aparece ao lado de candidatos e lideranças de diferentes campos partidários, do vereador Oseias Rodrigues (PV) a deputados, prefeitos e vereadores do PL. Entre os nomes mais associados à sua campanha estão os deputados estaduais Felipinho Ravis (PP) e Carlinhos BNH (PP). Ao lado de Felipinho Ravis, Luizinho também participou de um encontro em Nova Iguaçu com o pastor Daniel Ferreira.

Desde o início oficial da campanha, o deputado manifestou apoio a diversos candidatos e lideranças municipais. Entre os deputados estaduais ou candidatos à Assembleia Legislativa aparecem Felipinho Ravis (PP), Felipe Michel (PP), Dionísio Lins (PP), Carlinhos BNH (PP), Vaguinho Neguinho (PP), Dra. Gabriela (PL), Felipe Pampolha (PP), Gustavo Tutuca (PP), Neto (PL) e Rodrigo Drable (SDD). Entre prefeitos e vice-prefeitos, aparecem Antonio Neto (PP), Dra. Roberta (PL), Dr. Serginho (PL), Dudu Reina (PL), Júlio Canelinha (UNIÃO), Luiz Furlani (PL), Marquinho da Vaca (REPUBLICANOS) e Rogério Lisboa (PL).

Também aparecem em sua rede de apoios os vereadores Aluisio Barbosa (PP), Celso Birro (MDB), Douglas Nades (SDD), Jeferson Ramos (AVANTE), Jorge Felipe (PP), Jorginho Brum (PRD), Kelven da Saúde (PP), Lea Gama (UNIÃO), Marcio Guerreiro (PP), Marcio Simpatia (SDD), Mauricio Moraes (PP), Oseias Rodrigues (PV), Paulinho Bernardo (PDT), Pepe do Basquete (PODEMOS), Rayane Braga (PL), Roberto Pezão (PSB), Thadeu Marcos (PDT), Thiago Vasconcellos (AVANTE) e Vinicius Pereira (UNIÃO), além do primeiro suplente de vereador Xodó da Ótica (AVANTE), do ex-vereador Marcos Rocha (PDT) e do ex-governador Pezão (MDB). O conjunto dessas aparições reforça uma campanha marcada pela circulação entre atores políticos de diferentes partidos.

A maior parte das publicações de Luizinho no período analisado registra eventos de campanha, como lançamentos de candidaturas, carreatas e visitas a comitês. Nessas ocasiões, o candidato aparece acompanhado de outras figuras políticas e frequentemente associa sua atuação ao tema da saúde. Os atos também são utilizados para produzir vídeos com eleitores e divulgar o jingle da campanha; são recorrentes as imagens de Luizinho e apoiadores fazendo o “L”, apresentado como referência ao nome do candidato. Apesar da participação frequente em carreatas e eventos populares, não foram identificadas, no período analisado, publicações sobre sua presença em desfiles cívicos ou manifestações políticas no Dia da Independência.

Figura 32 - Postagem de Dr. Luizinho



Fonte: Reprodução/Instagram.

Todos os deputados estaduais da Região Serrana analisados neste guia concorrem à reeleição: Bruno Boaretto (PL), Yuri Moura (PSOL), André Corrêa (PSD) e Bernardo Rossi (UNIÃO).

Bruno Boaretto (PL) assumiu o mandato como suplente e, no período analisado, ocupava o cargo de deputado estadual havia um ano e oito meses. Esse dado é mobilizado em sua comunicação para enfatizar a quantidade de realizações alcançadas em um intervalo relativamente curto. Sua campanha adota um perfil predominantemente institucional e moderado. O candidato costuma aparecer vestido de maneira formal e, em vídeos gravados ao final do dia, utiliza sinais de cansaço como recurso para reforçar uma imagem de trabalho intenso. Também são frequentes as menções às emendas parlamentares destinadas durante o mandato.

O jingle e o slogan “O interior conhece. O Rio precisa.” aparecem de forma recorrente nas publicações. A campanha constrói Boaretto como um representante do interior do Estado do Rio de Janeiro, alguém que conhece diretamente as demandas dessa população, com destaque para sua ligação com Cachoeiras de Macacu.

Boaretto manifestou apoio explícito a Flávio Bolsonaro (PL) em poucas publicações, enquanto o apoio a Douglas Ruas (PL) aparece de maneira mais frequente. Ainda assim, esse apoio é apresentado de forma predominantemente pragmática, sendo mais comum nas

legendas e em eventos partidários do que em manifestações verbais ou conteúdos dedicados exclusivamente aos candidatos.

No plano federal, sua rede de apoios inclui Altineu (PL), para deputado federal, e Carlos Portinho (PL) e Carlos Jordy (PL), para o Senado. Esses apoios aparecem sobretudo em legendas com os números dos candidatos. Altineu recebeu maior destaque no período observado após a publicação de um discurso de apoio a Bruno Boaretto, posteriormente compartilhado nas redes sociais do candidato. Embora a campanha não apresente um eixo temático único, a representação do interior funciona como linha condutora: Boaretto procura construir a imagem de alguém que viveu essa realidade e, por isso, conhece as necessidades dos moradores do interior fluminense. Essa estratégia é complementada pela presença em grandes eventos municipais e comícios eleitorais.

Yuri Moura (PSOL) apresenta um perfil mais combativo, com pautas claramente delimitadas. Sua comunicação explora a polarização política e procura posicioná-lo como um ator atento a problemas municipais, estaduais, nacionais e internacionais. Entre as principais bandeiras aparecem o fim da escala 6x1, a defesa da educação e o posicionamento sobre a situação na Palestina. Durante o mandato, o deputado também construiu uma imagem de fiscalização de obras, serviços e contas estaduais, com críticas recorrentes às falhas na prestação de serviços públicos.

Seu conteúdo confronta diretamente atores que o candidato responsabiliza por problemas de Petrópolis e do Estado. Entre os alvos de suas críticas aparecem o prefeito Hingo Hammes (PP), Cláudio Castro (PL) e Flávio Bolsonaro (PL), além de outros integrantes da família Bolsonaro. Yuri também afirma, em suas redes, sofrer perseguição e processos em razão da fiscalização que exerceu sobre o governo estadual.

Em seu perfil oficial no Instagram, manifesta apoio frequente a Henrique Vieira (PSOL), Júlia Casamasso (PSOL) e Marcelo Freixo (PT), apresentados no material monitorado como candidatos a deputado federal. Bandeira de Mello (PV) e Elias Jabour (PCdoB) aparecem pontualmente em trocas de apoio. Guilherme Boulos também gravou um vídeo em apoio à candidatura de Yuri. Embora não dispute cargo no pleito analisado, sua participação na campanha presidencial de Lula amplia sua presença como apoiador. Yuri, por fim, manifesta apoio enfático à candidatura de Lula (PT) à Presidência.

A comunicação de André Corrêa (PSD) com seus eleitores, tanto no Instagram quanto nos comícios, mantém características já observadas na pré-campanha. O candidato aparece de forma animada, bem-humorada e espirituosa em vídeos e postagens. Em visitas a municípios, por exemplo, seus aliados recorrem a uma brincadeira recorrente: afirmam que André viajou de longe para uma reunião importante e que “não veio ninguém”; em seguida, o vídeo revela um auditório cheio de apoiadores.

Esse estilo de comunicação antecede o período eleitoral e contribui para uma estratégia de continuidade na construção de sua imagem pública. A campanha procura transmitir

proximidade, familiaridade e confiança, elementos já presentes na forma como André se relacionava com seus seguidores antes do início oficial da disputa.

Figura 33 - Postagem de André Corrêa em 10/09/2026



Fonte: Reprodução/Instagram.

A campanha de André Corrêa é fortemente associada à de seus aliados, especialmente Severino Dias (PSDB), candidato a deputado federal. Os dois atuam de forma coordenada, com identidade visual semelhante, compartilhamento de publicações, aparições conjuntas e participação nos mesmos comícios. Essa parceria já podia ser observada antes do período oficial de campanha. Em algumas imagens, ambos vestem camisas semelhantes, compartilham elementos gráficos e ocupam espaços equivalentes nos respectivos perfis do Instagram.

Entre os apoios destacados estão o vereador de Volta Redonda Paulinho do Raio-X (Republicanos), o prefeito de Sumidouro Galileu de Freitas (PL), o vereador de Barra Mansa Dr. Eduardo Pimentel (PV) e o vereador de Búzios Felipe Lopes (DC). Essas lideranças aparecem recebendo Corrêa ou manifestando apoio durante suas visitas aos respectivos municípios.

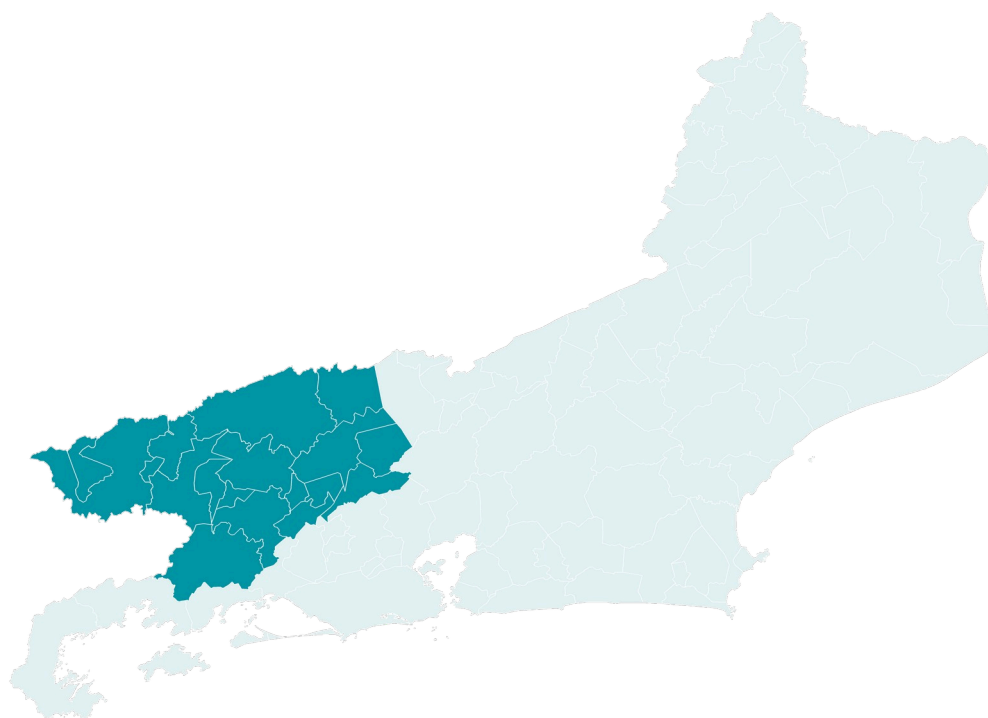
Ex-secretário de Meio Ambiente, Bernardo Rossi (UNIÃO) adotou o verde como cor predominante de campanha e mobiliza sua experiência administrativa e sua atuação na área ambiental como parte de sua comunicação. No período analisado, porém, deixaram de aparecer referências frequentes a Cláudio Castro, que anteriormente estava presente de forma mais natural em seu perfil. A campanha assume um caráter pragmático, com poucos vídeos em que Rossi menciona verbalmente outros candidatos ou lideranças.

O senador Romário (PL), por exemplo, declarou apoio a Bernardo Rossi e participou ativamente de uma passeata de campanha. Flávio Bolsonaro não é citado nominalmente nas publicações analisadas até o momento, embora imagens suas e de Jair Bolsonaro apareçam ao fundo em registros de comícios e atos de apoio. Também se destacam na rede de alianças o candidato a deputado estadual Jorge Felipe Neto (PL) e o candidato ao governo do Estado Douglas Ruas (PL).

2.8

Região Intermediária Volta Redonda – Barra Mansa

Figura 34 - Região Intermediária de Volta Redonda - Barra Mansa



Fonte: Elaboração própria.

Esther Barros⁵⁴
Giovanna Farias⁵⁵
Caio Vaz⁵⁶

⁵⁴ Graduanda em Administração pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e técnica em Telecomunicações pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE).

⁵⁵ Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

⁵⁶ Graduando em Administração pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

2.8.1 As demandas dos cidadãos

Nesta seção, busca-se analisar e compreender como os residentes da região Sul Fluminense do estado do Rio de Janeiro, incluindo os municípios de Volta Redonda e Barra Mansa, se posicionam nas redes sociais acerca de alguns debates mencionados nas páginas locais dentre essas regiões. As requisições que marcam maior presença que se concentram no Sul Fluminense são: segurança pública; combate à violência; preservação do meio-ambiente; e melhoria na mobilidade urbana. A segurança pública e a criminalidade são as principais demandas e reclamações em cidades como Volta Redonda, Barra Mansa e Resende. Grande parte das notícias que circulam envolve a prisão de criminosos. Nesse sentido, os argumentos usados nas redes sociais, como o Instagram, são a falta de ação do Governo, que se porta como omissa e que não busca cessar a vulnerabilidade urbana. De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (23/08/2026), Barra Mansa ocupa a segunda posição em maior taxa de homicídio no Estado do Rio de Janeiro, enquanto Volta Redonda ocupa a décima oitava. Assim, dentro da segurança pública, a maior alegação e preocupação vista nos portais locais são dos assassinatos e violência persistente nas cidades.

Sob a mesma órbita, outra queixa constante da população diz respeito à mobilidade urbana nas rodovias entre as cidades e a falta de infraestrutura. A omissão do governo ao não realizar investimentos nesses locais gera cada vez mais insatisfação e insegurança. A Rodovia Presidente Dutra (Via Dutra/BR-166), que liga os estados do Rio de Janeiro e São Paulo, e que passa por cidades como Barra de Piraí e Itatiaia, possui altos índices de acidentes, como atropelamentos e batidas entre carros. Os municípios reiteram a urgência de manutenções a serem feitas, em busca de uma melhor qualidade rodoviária. No que se refere ao meio-ambiente, Volta Redonda é o município em que mais circula a pauta. Por ter uma concentração de atividade siderúrgicas associadas à Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), sua ampla industrialização acaba por resultar em poeira oriunda dos resíduos industriais, que interfere não só no meio-ambiente, como na saúde respiratória dos residentes de Volta Redonda.

Em suma, as demandas dos cidadãos vagueiam entre muitas pautas. Enquanto a saúde e a educação são menos requeridas, a segurança, mobilidade urbana, infraestrutura, violência e até mesmo o meio-ambiente são as questões que mais o preocupam e os afetam diariamente, especialmente entre os principais municípios, como Volta Redonda, Barra Mansa e Barra do Piraí.

2.8.2 Monitoramento dos candidatos

Esta seção firma-se em analisar os principais atores políticos da região de Volta Redonda-Barra Mansa, através do Instagram, ao longo do período oficial de campanha eleitoral, buscando observar de forma analítica a movimentação digital, as pautas prioritárias de engajamento e a dinâmica de relacionamento com outras lideranças e esferas de poder. O acompanhamento concentra-se na atividade digital de figuras de destaque que pleiteiam cargos

no pleito corrente. Os principais a serem monitorados são: os deputados estaduais Munir Neto (Solidariedade), Jari Oliveira (PSB) e Gustavo Tutuca (PP); o deputado federal Lindbergh Farias (PT); Marcelo Cabeleireiro (UNIÃO) – que não exerce nenhum cargo no momento atual; e o Delegado Antônio Furtado (UNIÃO), que também não ocupa nenhum cargo no momento atual. O atual prefeito de Resende, Tande Vieira (PP), não irá disputar por um cargo.

Na análise da atuação do candidato Jari Oliveira, com base no conteúdo que manifesta em suas redes sociais, observa-se que suas principais preocupações são a infraestrutura, o saneamento básico e a defesa dos trabalhadores. Esta última é evidenciada por diversas citações, em suas publicações, a secretários estaduais, ao ex-governador Cláudio Castro e ao governador em exercício, Ricardo Couto, nas quais menciona solicitações ou reuniões realizadas para tratar do atraso no pagamento de servidores públicos. No que diz respeito à infraestrutura e ao saneamento básico, o candidato aparece em fiscalizações de intervenções materiais, como obras em rodovias importantes para o comércio da região. Também atua junto ao Detran-RJ em busca de melhorias e cobra dos atores competentes a redução de tarifas de serviços básicos, de responsabilidade de empresas concessionárias.

Outro ponto que cabe destacar é o interesse do candidato pela participação popular. Ele possui um projeto chamado “Deputado na sua cidade”, no qual utiliza uma tenda amarela para se reunir com cidadãos e ouvir propostas ou reclamações. Em suas postagens, repete com frequência a frase: “Perto do povo, a chance de acertar é maior”. Dentre as menções do candidato a deputado estadual Jari Oliveira, destacam-se nomes como Gisele Lopes Klingler (PSB), vereadora do município de Volta Redonda; Eduardo Bandeira de Mello (PV), candidato a deputado federal pelo Rio de Janeiro; Cláudio Castro (PL), ex-governador do Estado do Rio de Janeiro; e Ricardo Couto, governador interino do Estado do Rio de Janeiro. Entre esses nomes, o único citado em teor de ataque, de forma reiterada em diversas publicações, é Cláudio Castro. Nessas publicações, são mencionados acontecimentos como, por exemplo, a “Operação Sem Refino”, da Polícia Federal, que teve como um dos alvos o ex-governador.

Quanto à vereadora Gisele Klingler e ao candidato a deputado federal Bandeira de Mello, as publicações são positivas e apresentam tom de apoio, sendo ambos, por vezes, referidos como amigos e acompanhando o candidato Jari Oliveira em eventos e ações políticas em Volta Redonda. Após o início do período de campanha, os dois declararam apoio ao candidato. Jari Oliveira também declarou apoio a Bandeira de Mello. Por fim, Ricardo Couto é citado no contexto de solicitações feitas pelo candidato Jari Oliveira por ações de interesse da população de sua região de atuação, em tom neutro.

Marcelo Cabeleireiro, que já foi deputado estadual entre 2019 e 2023, retorna ao cenário político pleiteando novamente o mesmo cargo. Suas propostas para a região incluem obras de mobilidade urbana, como viadutos e mergulhões, dentro dos limites de sua atuação como agente fiscalizador. Além disso, manifesta-se em favor da melhoria da segurança pública, defendendo o aumento do efetivo policial na região.

Os atores políticos identificados em suas postagens são Eduardo Paes (PSD), candidato ao Governo do Estado do Rio de Janeiro; Pedro Paulo (PSD), candidato ao Senado pelo Estado do Rio de Janeiro; e Daniel Soranz (PSD), candidato a deputado federal pelo Estado do Rio de Janeiro. Esse destaque parece refletir uma estratégia de alinhamento político-partidário, associando sua candidatura às de Eduardo Paes para o governo estadual e Pedro Paulo para o Senado. Nesse contexto, Marcelo Cabeleireiro posiciona-se como uma liderança local vinculada a esse grupo político.

O candidato a deputado federal Lindbergh Farias, autodeclarado “o federal do Lula”, apresenta uma candidatura marcada por pautas ideológicas alinhadas aos princípios e valores de seu partido e de sua classe política, como o fim da escala 6x1, a adoção da escala 14x21 para trabalhadores embarcados e outras defesas de políticas públicas relacionadas ao trabalho. Além disso, apresenta uma atuação marcada pelo combate a seus opositores políticos: mais de um terço de suas publicações analisadas no intervalo de um mês menciona Flávio Bolsonaro de forma negativa.

Do restante das publicações, a maior parte trata de manifestações de apoio à candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República. Em diversas publicações, utiliza-se de um antagonismo entre Flávio Bolsonaro e Lula, mencionando também Jair Messias Bolsonaro e Eduardo Bolsonaro. Entre as frases recorrentes nas postagens de ataque a Flávio Bolsonaro estão “Lacaio de Trump”, “Cadê os R\$ 61 milhões” e “Dark Horse”, entre outras, em sua maioria fazendo referência aos escândalos relacionados ao Banco Master e às relações da família Bolsonaro com Donald Trump. Abaixo, um exemplo desse antagonismo utilizado nas publicações do candidato Lindbergh Farias:

Figura 35 - Postagem de Lindbergh Farias em 6 de julho de 2026



Fonte: Reprodução/Instagram.

Além das menções supracitadas a Flávio Bolsonaro, no que diz respeito ao Governo do Estado de São Paulo, seu enfoque está mais concentrado em ataques a Tarcísio de Freitas do que no apoio a qualquer outro candidato, como Fernando Haddad, o candidato de seu partido (PT). Outras menções comuns, desta vez em tom de apoio, são as feitas a Gleisi Hoffmann (PT), candidata ao Senado pelo Paraná, e a Lula (PT), candidato à Presidência da República. Recentemente, Lindbergh Farias também declarou apoio à candidatura de Jones Manoel (PSOL) para deputado federal por Pernambuco.

Quanto ao cenário geral, Lindbergh Farias demonstra apoio aos candidatos de seu partido, como, por exemplo, Benedita da Silva, candidata ao Senado pelo estado do Rio de Janeiro. Também participa de eventos e carreatas no Rio de Janeiro ao lado de candidatos a deputado estadual. Seu partido (PT) oficializou recentemente apoio a Eduardo Paes para o Governo do Estado do Rio de Janeiro.

Munir Neto, atual deputado estadual, foi eleito por maioria de votos (35.677) em Volta Redonda pela ALERJ em 2022 pelo Partido Social Democrático (PSD). Todavia, através da Janela Partidária em 2026, se desvinculou do PSD e se filiou ao Solidariedade. Extremamente ligado à assistência social e políticas públicas favoráveis para, principalmente, idosos e pessoas em situação de vulnerabilidade, desde antes a sua candidatura, o deputado lança a sua reeleição reforçando a melhoria de qualidade de vida dessas pessoas, sendo um dos tópicos citados referidos são as Instituições de Longa Permanência para Pessoas Idosas (ILPIS). Neto

busca sempre frisar sua garantia em proteção e dignidade aos PCDs, as mulheres e idosos, como o mesmo menciona.

Ademais, o candidato da mesma forma se movimenta ao falar de saúde, segurança, educação, cultura e infraestrutura, afirmando ouvir as demandas da população, mas sem fornecer alguma política pública efetiva. O mesmo realiza muitos encontros com os cidadãos do Sul Fluminense para escutá-los, em conjunto com demais políticos locais. Um dos seus projetos mais recentes foi o Estatuto do Motoboy, ainda não aprovado, que consiste em garantir mais direitos, mais segurança e melhores condições para a categoria no estado do Rio de Janeiro. Observa-se, então, que o deputado direciona suas demandas mais ligadas à assistência social, meio do qual possui mais familiaridade e uma participação mais ativa no município de Barra Mansa.

Sob esse pretexto, o deputado possui o apoio de alguns atores políticos no Sul Fluminense. Tanto dentro quanto fora das redes sociais, Munir conta com a colaboração de figuras como Luiz Furlani (PL), prefeito de Barra Mansa; Kátia Mikii (Cidadania), prefeita de Barra do Piraí e Antônio Francisco Neto (PDT), atual prefeito de Volta Redonda e irmão do candidato. Furlani é um grande apoiador, alegando acreditar nas demandas do deputado e na sua eficiência para se manter no pleito. Já o prefeito do município de Volta Redonda, da mesma forma, declara seu apoio ao seu irmão não só no Instagram, como acompanhando-o em eventos de campanha. Na mesma linha, Kátia se apresenta adepta a reeleição do candidato, haja vista as visitas que ele fez ao município durante a campanha com o intuito de ouvir os cidadãos.

Além disso, alguns vereadores demonstram aprovação na candidatura de Munir e as suas perspectivas para a região. Renan Cury (PP), Luciano Mineirinho (PSD) e Carla Duarte (PSD) são alguns dos que, assim como o prefeito Antônio Neto, se mantêm presentes em eventos para promover o pretendente. Em uma reunião de campanha realizada e organizada pelo vereador Jefferson Mamede (PL) para Neto, os citados estiveram presentes e reafirmaram seu apoio e gratidão pelos feitos do mesmo enquanto mandato.

Figura 36 - Postagem de Munir Neto em 9 de Setembro de 2026



Fonte: Reprodução/Instagram.

Portanto, compreende-se que Munir Neto é um candidato que possui uma base consolidada com demais atores políticos ao seu lado. Em busca da luta de direitos a pessoas idosas, crianças e PCDs, ele reafirma seu compromisso com a assistência social e com as demandas requeridas pelos municípios e conta com o apoio de personagens como Jefferson Mamede (PL) e Antônio Francisco Neto (PDT).

Proveniente de uma família com trajetória consolidada na política regional, Gustavo Tutuca ganhou notoriedade ao atuar como secretário de Governo e Esporte da Prefeitura de Pirai e, mais recentemente, como secretário de estado de Turismo do Rio de Janeiro, cargo do qual se desincompatibilizou em março de 2026 para retornar às suas atividades parlamentares e disputar o pleito. Atualmente, ocupa o cargo de deputado estadual e concorre à reeleição para uma cadeira na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ). Em suas redes, o candidato utiliza um tom propositivo e institucional, fortemente escorado na imagem de gestor e idealizador técnico. Os temas mais recorrentes em suas publicações são infraestrutura, turismo e desenvolvimento econômico. Sua experiência prévia no Poder Executivo estadual é frequentemente instrumentalizada como uma credencial de competência, estruturando uma narrativa que vincula de forma direta a expansão da atividade turística à atração de investimentos e à melhoria das condições estruturais dos municípios da região.

No campo das alianças políticas manifestas no Instagram, Tutuca busca construir uma teia de apoios recíprocos de caráter multipartidário. Identificou-se a promoção conjunta de

agendas com Douglas Andrade, candidato a deputado federal pelo Podemos, e uma sinalização de alinhamento estratégico com a candidatura de Douglas Ruas (PL) ao governo do estado do Rio de Janeiro, evidenciando sua capacidade de trânsito em diferentes frentes partidárias da base governista.

Tutuca constrói uma rede de apoios de caráter multipartidário, promovendo em suas publicações agendas conjuntas com Douglas Andrade, candidato a deputado federal pelo Podemos, e chancelando de forma pública a candidatura de Douglas Ruas (PL) ao governo do estado do Rio de Janeiro, o que reforça a sua forte interlocução com o núcleo do governo estadual. Tendo a sua base política fortemente ligada ao seu capital econômico político familiar, ele é filho de umas figuras mais tradicionais e influentes da região Fluminense: Arthur Henrique Gonçalves Ferreira, o “Tutuca” original, falecido em 2022. As suas publicações são estruturadas e coesas para a população observar as suas ações governamentais, no qual, os Turismo é bastante “publicado” em sua rede social e as alianças políticas, juntamente com a religião.

O Delegado Antônio Furtado é ex-delegado titular da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro e candidato ao cargo de deputado federal pelo Partido Liberal (PL). Ao longo do período analisado, constatou-se que o eixo central de sua estratégia de comunicação digital girava em torno da pauta da segurança pública, apresentada em suas publicações como o pilar estrutural para o desenvolvimento social e político. Furtado imprime um tom enérgico, combativo e moralizador em suas redes sociais, frequentemente recorrendo a elementos confessionais e de fé religiosa como vetores de identificação e diálogo direto com o eleitorado conservador da região. As publicações do candidato priorizam registros de interações diretas com a população e vídeos de cunho pedagógico, nos quais adota uma postura de enfrentamento a adversários políticos e orienta o eleitorado sobre o voto “consciente”.

No que se refere às articulações políticas regionais apresentadas na plataforma, Furtado concentra seus esforços no impulsionamento de parcerias com lideranças estaduais integradas à sua coligação. Destaca-se, nesse cenário, o apoio mútuo registrado com Rafael Picciani, ex-secretário de Esporte e Lazer do Rio de Janeiro e candidato à reeleição para o cargo de deputado estadual, desenhando uma dobradinha eleitoral competitiva e complementar no Sul Fluminense. Por tratar-se de sua primeira disputa para o cargo de deputado federal, observa-se uma trajetória política distinta dos demais atores monitorados. Durante o período analisado, suas publicações concentraram-se principalmente na pauta da segurança pública, temática recorrente entre lideranças vinculadas ao Partido Liberal (PL). Nesse contexto, a segurança é mobilizada não apenas como uma questão social, mas também como um importante recurso de construção política e eleitoral.

Outro candidato dentro do cenário político é o atual vereador Raone Ferreira, que no ano de 2026 irá disputar o cargo para deputado estadual, pelo Partido dos Trabalhadores. Raone foi eleito como vereador de Volta Redonda no ano de 2024 através do PSB e, em abril de 2026, durante o período da Janela Partidária, se desincompatibilizou do partido e se filiou ao PT. O

mesmo está descrito como vereador do PT, todavia, passa por uma ação pedida pelo Partido Socialista Brasileiro de perda de mandato, que ainda está em andamento.

As publicações de Raone Ferreira em suas redes sociais abordam temas como tarifa zero, saúde, meio ambiente e educação pública. Entre esses assuntos, destaca-se a defesa da ampliação da tarifa zero e da integração do transporte público no Sul Fluminense, apresentada pelo candidato como uma medida voltada à melhoria da mobilidade regional. Entretanto, durante o período monitorado, observou-se que parte significativa de suas publicações também é dedicada ao debate político nacional, com menções frequentes a lideranças como Lula e Jair Bolsonaro. Dessa forma, além de mobilizar pautas relacionadas às políticas públicas, o candidato constrói sua comunicação a partir da contraposição entre diferentes projetos políticos. Nesse contexto, suas publicações reforçam uma identidade associada ao campo político da esquerda e ao Partido dos Trabalhadores, articulando temas sociais e posicionamentos ideológicos como elementos centrais de sua atuação e de sua campanha.

Suas redes, enquanto veículo para sua candidatura, demonstra forte apoio ao presidente Lula em sua reeleição. O candidato utiliza o Instagram para divulgar entrevistas, momentos e feitos do presidente, em forma de aprovação. Outras figuras que fazem parte do PT e que estão se candidatando estão da mesma forma, presentes. Lindbergh Farias, que concorre ao cargo de Deputado Federal e Benedita da Silva, que concorre a Senadora pelo estado do Rio de Janeiro. Além disso, conta com Eduardo Paes, do PSD, atual candidato a governador do estado do Rio de Janeiro. Por outro lado, o atual vereador faz uso de suas redes para se posicionar contra o atual e principal concorrente de Lula, Flávio Bolsonaro (PL), e Renan Santos (Missão). Em forma de notícias, ele divulga vídeos e notícias polêmicas dos mesmos, em grande parte comparando-os com o atual presidente.

Análises das eleições

Os textos desta seção não correspondem às posições compartilhadas pelo Lappcom, sendo de inteira responsabilidade de seus idealizadores.



Gramática conspiracionista em ação: primeiros achados do monitoramento NIEJ-Lappcom nas eleições de 2026

Ana Caroline P. Lourenço⁵⁷

Beatriz Monteiro Lemos⁵⁸

Da moldura teórica aos primeiros dados

O volume anterior deste Guia apresentou os fundamentos teóricos e metodológicos da parceria entre o Laboratório de Partidos, Eleições e Política Comparada (Lappcom-UFRJ) e o Núcleo Interdisciplinar de Estudos Judaicos (NIEJ-UFRJ) para o monitoramento das redes sociais de candidatos nas eleições fluminenses de 2026. Aquele texto apresentou a gramática conspiracionista como um dispositivo retórico cujo objetivo não é descrever uma realidade oculta, mas identificar ameaças, produzir inimigos e a necessidade de salvação⁵⁹. Estabeleceu também que o antissemitismo, na perspectiva adotada pelo NIEJ, não é definido a partir de uma essência do grupo perseguido, mas a partir da construção que o discurso persecutório faz desse grupo, o que permite reconhecer a mesma estrutura de linguagem operando sobre alvos distintos em contextos históricos distintos⁶⁰.

Este artigo retoma esse quadro de referência para aplicá-lo no contexto eleitoral de 2026. Ao longo dos primeiros meses de monitoramento, a equipe do Lappcom identificou, entre as postagens de Instagram de deputados estaduais e federais acompanhados nas cinco regiões do estado, um conjunto de publicações com potencial conteúdo sensível, que foi encaminhado à equipe do NIEJ para classificação segundo a taxonomia de trinta e duas categorias já

⁵⁷ Doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHIS/UFRJ).

⁵⁸ Doutoranda e mestre no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), na linha de pesquisa de História das Práticas e das Culturas Políticas.

⁵⁹ Cf. o artigo publicado no volume anterior deste Guia, seção "O discurso conspiratório como ferramenta política".

⁶⁰ Cf. o artigo publicado no volume anterior deste Guia, seção "O discurso conspiratório como ferramenta política", com base em GHERMAN, Michel. Op. cit., p. 91-92.

apresentada no volume anterior⁶¹. O que se oferece aqui é uma leitura qualitativa de um recorte desse material, organizada não pela ordem cronológica das postagens, mas pelos padrões discursivos que a leitura conjunta dos casos permite identificar.

A narrativa de perseguição institucional como padrão dominante

Entre os casos analisados, nenhum padrão se repete com tanta frequência e consistência quanto o que descreve as instituições da República como instrumentos de perseguição contra atores e eleitores de direita. Um exemplo representativo é a publicação do deputado federal Hélio Lopes (PL) sobre a decisão da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal que tornou o deputado estadual Gustavo Gayer réu por injúria contra o presidente Lula, publicada em 28 de abril de 2026⁶². O texto que acompanha a peça, atribuída à *Revista Oeste*, não discute o mérito jurídico da decisão e sim converte-a diretamente em prova de um padrão mais amplo: "essa é mais uma prova de que a perseguição contra a direita não tem limites. Estão rasgando a Constituição para proteger o 'principal'".

A expressão "o principal" opera como um eufemismo hostil que evita a nomeação direta do adversário ao mesmo tempo em que presume familiaridade com o leitor, uma estratégia de linguagem que, como observou Klemperer, filólogo alemão, a propósito de outro contexto histórico, revela mais sobre quem fala do que sobre quem é nomeado⁶³.

O mesmo candidato produziu, ao longo de abril e maio de 2026, ao menos outras seis publicações com estrutura equivalente, todas classificadas provisoriamente sob a categoria "ataque conspiratório a instituições"⁶⁴. A recorrência corresponde ao que Donatella Di Cesare, filósofa italiana, descreve como a lógica interna do conspiracionismo: a ausência de um culpado identificável no funcionamento ordinário das instituições democráticas é substituída pela hipótese de uma perseguição coordenada, e cada decisão institucional isolada, seja ela judicial, administrativa ou legislativa, é reabsorvida como nova evidência dessa hipótese, em vez de ser avaliada em seus próprios termos⁶⁵. O padrão observado no *corpus* fluminense sugere que essa lógica não permanece no plano da especulação abstrata; ela se converte em vocabulário eleitoral cotidiano, repetido com variações mínimas ao longo de semanas.

⁶¹ As categorias de conteúdo sensível mapeadas pelo NIEJ incluem, entre outras: antimídia conspiratória; ideologia de gênero; antifeminismo hostil; narrativas sobre pedofilia; hostilidade contra direitos de pessoas trans; hostilidade contra orientações sexuais dissidentes; racismo; xenofobia; islamofobia; antissemitismo; intolerância religiosa; narrativa de perseguição religiosa; criminalização de grupos sociais; segurança pública punitivista extrema; conspiração sanitária e científica; negacionismo climático conspiracionista; conspiração sobre políticas sociais; ataque a instituições democráticas; e demonização moral da política.

⁶² Instagram, perfil @depheliolopes, postagem de 28 de abril de 2026. Planilha de monitoramento Lappcom-NIEJ, Petrópolis, registro Reg_Petrópolis_346.

⁶³ KLEMPERER, Victor. Op. cit., p. 37-40.

⁶⁴ Planilha de monitoramento Lappcom-NIEJ, Petrópolis, registros Reg_Petrópolis_346, 355, 711, 738 e 771, abril-maio de 2026.

⁶⁵ DI CESARE, Donatella. Op. cit., p. 41-46.

A transposição internacional como prova

Uma variante recorrente do padrão institucional descrito acima consiste em importar casos ocorridos fora do Brasil como evidência indireta de um fenômeno supostamente global. Em 14 de abril de 2026, Helio Lopes publicou uma peça, também atribuída à *Revista Oeste*, sobre uma investigação do Departamento de Justiça dos Estados Unidos envolvendo grupos pró-vida durante o governo de Joe Biden, com a legenda "impressionante como agem da mesma forma em qualquer lugar do mundo! A esquerda sempre querendo acabar com os valores conservadores e cristãos"⁶⁶. Dois dias depois, publicou peça semelhante, desta vez citando a *Gazeta do Povo* sobre a denúncia de um bispo acerca de perseguição religiosa na Nicarágua, acompanhada de uma fotomontagem que aproxima visualmente o presidente Lula do ditador nicaraguense Daniel Ortega, sob o título "a cristofobia está no DNA da esquerda"⁶⁷.

Em ambos os casos, episódios políticos específicos e localizados, ocorridos em países com estrutura institucional, histórico e correlação de forças distintas do brasileiro, são apresentados como prova direta de uma essência compartilhada. A formulação "está no DNA da esquerda" mostra esse mecanismo, pois desloca a acusação do terreno político - onde poderia ser contestada com argumentos e dados - para o terreno biológico, onde se apresenta como um traço imutável e anterior a qualquer ação concreta do adversário.

Esse deslocamento ilustra a capacidade da gramática conspiracionista de traduzir angústias difusas em narrativas simples: a complexidade de sistemas judiciais e políticos distintos é substituída por um enunciado único, repetível e emocionalmente eficaz⁶⁸. A citação sistemática de veículos com filiação editorial explícita ao campo político do próprio deputado, tratados na legenda como fontes de apuração neutra, constitui um dado adicional sobre a construção desse discurso, que merece atenção em análises futuras do *corpus*.

Porta-vozes contra as próprias pautas

Um terceiro padrão observado no *corpus* opera por um mecanismo distinto. Em vez de descrever uma minoria como ameaça externa, mobiliza a fala de um integrante desse mesmo grupo para desqualificar reivindicações coletivas associadas a ele. Em uma publicação de 8 de abril de 2026, Helio Lopes compartilhou um trecho de entrevista em que uma mulher, apresentada como ativista negra, é questionada sobre se aceitaria que qualquer pessoa se auto declarasse negra para acessar políticas de cotas raciais; ao responder que "iria rir" da hipótese, a entrevistada é levada pela entrevistadora a validar, por analogia, a ridicularização da

⁶⁶ Instagram, perfil @depheliolopes, postagem de 14 de abril de 2026. Planilha de monitoramento Lappcom-NIEJ, Petrópolis, registro Reg_Petrópolis_194.

⁶⁷ Instagram, perfil @depheliolopes, postagem de 16 de abril de 2026. Planilha de monitoramento Lappcom-NIEJ, Petrópolis, registro Reg_Petrópolis_213.

⁶⁸ GHERMAN, Michel. Op. cit., p. 89-90.

autoidentificação de gênero de pessoas trans⁶⁹. A analogia entre os dois casos não resiste a exame: políticas de cotas raciais e o reconhecimento da identidade de gênero respondem a históricos, marcos legais e debates internos absolutamente distintos, e a equivalência entre eles é construída pela edição da entrevista, não pela natureza dos fenômenos comparados.

Cinco dias depois, o mesmo deputado publicou um vídeo em que se descreve como um homem negro que rejeita qualquer associação entre sua identidade racial e uma posição política de esquerda, afirmando que a esquerda impõe à população negra uma "senzala ideológica" da qual ele e outros "pretos de direita" teriam se libertado⁷⁰.

A imagem da senzala, mobilizada para descrever adesão política e não relação de propriedade sobre pessoas, esvazia o peso histórico do termo ao mesmo tempo em que se apropria de sua carga simbólica para produzir efeito retórico. Os dois casos, aplicados a eixos identitários diferentes (gênero e raça), compartilham a mesma arquitetura: a voz de um integrante do grupo é apresentada como prova de que a reivindicação coletiva desse grupo é ilegítima ou manipulada por terceiros, o que permite ao emissor da mensagem transferir a autoridade enunciativa para uma fonte aparentemente interna ao próprio grupo visado.

Os amiúdes do discurso conspiracionista

Um fator que caracteriza-se como fundamental entre os candidatos aos cargos legislativos foi o do pragmatismo político, algo bem semelhante ao que se refletia nas políticas da primeira década do século XXI, nos primeiros anos de redemocratização. Esse pragmatismo político, por muitas vezes, pode confundir os eleitores - atentos ou não à desinformação - e assim, suscitar um *sentimento* geral de continuidade dos trabalhos executados, sendo eles oposição ou base dos governos executivos.

Contudo, as recentes questões políticas ocorridas no estado do Rio de Janeiro, desde o afastamento do ex-governador Cláudio Castro (PL) e a impugnação de sua tentativa de candidatura ao Senado, a prisão do ex-presidente da Alerj Rodrigo Bacellar e a forma como a política estadual desenhou-se em torno do então governador interino Ricardo Couto (TJRJ) e a sua legitimidade ou não ao cargo sem os ritos de passagens adequados.

Nesse sentido, em 24/04/2026, o então deputado estadual Jair Bittencourt (PL), ao pedir a palavra na tribuna da Assembleia Legislativa, tratando sobre a decisão do STF na manutenção do cargo de governador interino à Couto, discursou sobre a necessidade em manter os ritos democráticos instituídos na Constituição, no que concerne aos deputados eleitos realizarem a eleição do novo presidente da Alerj e, ao chamamento das eleições diretas antes do pleito de Outubro.

⁶⁹ Instagram, perfil @depheliolopes, postagem de 8 de abril de 2026. Planilha de monitoramento Lappcom-NIEJ, Petrópolis, registro Reg_Petrópolis_156.

⁷⁰ Instagram, perfil @depheliolopes, postagem de 13 de abril de 2026. Planilha de monitoramento Lappcom-NIEJ, Petrópolis, registro Reg_Petrópolis_186.

Em um primeiro momento, o discurso de Bittencourt à mesa diretora e aos deputados presentes no dia foi fortemente amparado num espírito republicano de manutenção da ordem institucional e à aplicação dos ritos democráticos, assim, apoiando que o presidente eleito, dias atrás, Douglas Ruas (PL), assumisse o cargo *tampão*.

Contudo, no caráter subjetivo, percebe-se o uso de determinadas palavras ou jargões que caracterizam uma eventual descrença da capacidade do STF em julgar o caso ou de decidir sobre os rumos políticos do Estado. Nesse sentido, ao implicar uma suspeita sobre as decisões dos ministros, Bittencourt destoa do pragmatismo ao qual o próprio habitou-se em sua política institucional e em suas redes sociais.

Em um segundo momento de seu discurso, ao tecer críticas sobre o ex-deputado Rodrigo Bacellar (UNIÃO), e seus *erros*, fez um duplo movimento: o de defender-se do seu voto a favor do mesmo com a justificativa de que sempre foi da base do governo de Castro, implicou os deputados oposicionistas que votaram em conjunto com a base governista.

Bittencourt seguiu sua colocação ambígua ao questionar as possíveis motivações políticas ou eleitorais destes *votos envergonhados* à Bacellar pelos oposicionistas, como também imputou-os com dúvidas sobre seus atuais posicionamentos à favor da manutenção de Couto no exercício do cargo.

Sendo assim, é preciso manter uma atenção a um certo pragmatismo político de certos atores políticos como Jair Bittencourt, um deputado que sempre afirmou-se como base do governo de Castro, de um partido com viés extremista como o PL, em não esboçar um discurso virulento para seus eleitores, mas acenar nas entrelinhas.

Na região de Goytacazes, a então polarização política não é tão aberta e de fácil reconhecimento. Murillo Gouveia (PSDB) ao mesmo tempo que presta apoio à Eduardo Paes na corrida pelo governo do Estado, mantém sua narrativa política focada para a região em si.

A gramática conspiracionista nesta região não encontra um grande campo de disputa de afetos eleitorais, há pouquíssimas menções às disputas nacionais ou às narrativas moralizantes e conservadores. Contudo, a defesa da família como o centro da vida social surge, no decorrer do projeto político, de forma coadjuvante, mas sempre presente.

Considerações finais

Os padrões discutidos neste artigo, a saber, a narrativa de perseguição institucional, a transposição de casos internacionais como prova, a mobilização de porta-vozes contra as próprias pautas de seu grupo e os amiúdes da gramática conspiracionista, não esgotam o corpus reunido pelo monitoramento Lappcom-NIEJ, nem substituem a análise quantitativa que os próximos volumes deste Guia apresentarão. O que oferecem é uma primeira demonstração de que o quadro teórico estabelecido no volume anterior, construído a partir de Klemperer, Gherman, Di Cesare, Girardet e Moraes, encontra correspondência concreta e recorrente no discurso eleitoral fluminense de 2026.

O objeto deste projeto não é a intolerância de indivíduos isolados, mas uma gramática política disponível e mobilizável por diferentes atores, segundo suas próprias necessidades de campanha. Compreender essa gramática em sua estrutura, e não apenas em suas manifestações pontuais, é o que a continuidade do monitoramento e a aplicação sistemática do protocolo de classificação do NIEJ permitirão fazer com o rigor que o objeto exige.

A reforma política no programa das candidaturas presidenciais em 2026

Theófilo Rodrigues⁷¹

A reforma política constitui um tema recorrente na esfera pública brasileira, mobilizando debates sobre representação, funcionamento dos partidos, sistema eleitoral, financiamento de campanhas, relação entre os Poderes e participação social. Nesse campo, as posições políticas são diversas e o consenso está longe de ser alcançado⁷². O presidente deve poder se reeleger? Deputados devem ser eleitos por voto majoritário em pequenos distritos ou deveríamos votar exclusivamente em listas formadas pelos partidos? O presidencialismo deveria ser substituído pelo parlamentarismo? Essas são apenas algumas das questões que, de forma recorrente, alimentam o debate público sobre os rumos do sistema político brasileiro.

Para analisar como essa agenda se apresenta nas eleições presidenciais de 2026, selecionamos os programas registrados no TSE das candidaturas que aparecem com maior frequência nas pesquisas nacionais de intenção de voto e registram pontuação nesses levantamentos. Entre os programas analisados estão os de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Flávio Bolsonaro (PL), Augusto Cury (Avante), Ronaldo Caiado (PSD) e Romeu Zema (Novo). A comparação dos programas permite observar diferenças tanto na centralidade atribuída à reforma política quanto no grau de detalhamento das medidas propostas, abrangendo desde mudanças no sistema eleitoral e partidário até reformas institucionais, mecanismos de participação social e alterações no financiamento político.

O programa de governo de Lula propõe fortalecer a democracia por meio de uma reforma política e eleitoral destinada a aproximar a representação política da composição da sociedade brasileira e recuperar a confiança no sistema político. A proposta enfatiza o aprofundamento da democracia participativa, com a retomada dos conselhos de políticas públicas, das conferências nacionais e do Sistema de Participação Social, além da ampliação da participação popular na elaboração do PPA e no ciclo orçamentário federal. No âmbito das relações entre Executivo e Legislativo, o programa propõe discutir com a sociedade o atual sistema de emendas parlamentares, apontando seus efeitos sobre a gestão e a alocação dos recursos públicos. O documento inclui ainda, como dimensão do fortalecimento democrático, a

⁷¹ Theófilo Rodrigues é professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política do IUPERJ UCAM.

⁷² Sobre a forma como a ciência política brasileira encara o tema, ver RODRIGUES, Theófilo. Propostas de reforma do sistema eleitoral no Brasil: o que pensa a ciência política brasileira? *Revista Brasileira De Estudos Políticos*, 124, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.9732/2022.V124.879>

regulação das redes sociais e das plataformas digitais para enfrentar a desinformação e campanhas de ódio, associando essa agenda à preservação de uma opinião pública plural e da liberdade de expressão. Por fim, defende o aperfeiçoamento do sistema de Justiça, o diálogo entre os Poderes e uma concepção de democracia que combine representação eleitoral, participação social, liberdade de opinião e cooperação institucional.

O programa de Flávio Bolsonaro apresenta a reforma política como uma prioridade e defende mudanças destinadas a ampliar a representatividade, aproximar eleitores e eleitos e fortalecer a nitidez programática e a densidade dos partidos. O texto, contudo, não detalha quais mudanças seriam implementadas nesses aspectos. Essa defesa é curiosa na medida em que parte de um ator político que sempre desprezou as estruturas partidárias e que transitou, nas últimas duas décadas, por ao menos 7 legendas: PP, PFL, PSC, PSL, PATRIOTA, REP e PL. Entre as propostas concretas, destaca-se o fim da reeleição para a Presidência da República, associado à ideia de modificar a relação entre representantes e eleitores e fortalecer a representação política. O programa menciona, inclusive, uma PEC já protocolada no Senado com essa finalidade, de autoria do próprio senador Flávio Bolsonaro.

O programa de Augusto Cury propõe uma reforma política e institucional voltada à redução da fragmentação partidária, ao fortalecimento da governabilidade e à modernização do sistema político. Entre as principais medidas estão a adoção do semipresidencialismo, com divisão da condução do governo entre o Presidente e um Primeiro-Ministro apoiado pela maioria parlamentar, o estabelecimento de regras mais rigorosas de desempenho partidário e o aumento da transparência das organizações políticas. O que Cury não explica ao seu eleitor é que, na prática, sua proposta de semipresidencialismo terá como resultado premiar o tão criticado “Centrão”, conferindo-lhe legitimidade para governar. Embora o documento mencione o “aprimoramento do sistema eleitoral” como uma das medidas propostas, não detalha quais mudanças concretas seriam implementadas nessa área. O programa também defende uma reforma institucional do Supremo Tribunal Federal, a modernização e digitalização do Estado e a ampliação de mecanismos de participação popular por meio de consultas públicas, plataformas digitais e instrumentos de transparência.

O programa de Ronaldo Caiado é o que apresenta maior detalhamento, entre as candidaturas analisadas, quanto às medidas concretas de reforma do sistema eleitoral e partidário. A proposta parte do diagnóstico de que o atual modelo de lista aberta produz fragmentação, personalização das campanhas e baixa conexão entre representantes e eleitores, e defende a adoção do sistema distrital misto, combinando representantes eleitos territorialmente e por listas partidárias. O programa também propõe fortalecer a democracia interna dos partidos, aperfeiçoar cláusulas de desempenho e federações para reduzir a fragmentação, ampliar a transparência e a rastreabilidade do financiamento político, dar maior publicidade às emendas e à atuação parlamentar e criar mecanismos de participação e controle

cidadão⁷³. Assim como Bolsonaro, Caiado defende o fim da reeleição consecutiva no Poder Executivo. Como na casa de ferreiro o espeto é de pau, Caiado não praticou nos últimos anos aquilo que agora defende em seu programa: afinal, em 2022, ele buscou a sua reeleição como governador de Goiás. O mesmo pode ser dito de Flávio, que apoiou a tentativa de reeleição de seu pai, Jair Bolsonaro, como presidente da República em 2022.

O programa de Romeu Zema propõe mudanças no sistema político e eleitoral com o objetivo de aproximar representantes e eleitores e alterar mecanismos de representação e financiamento das campanhas. Entre as medidas apresentadas estão a redistribuição das cadeiras da Câmara dos Deputados de acordo com a população de cada estado, sem ampliar o número total de deputados, e a adoção do voto distrital misto, com dois votos - um para o representante do distrito e outro para a representação de ideias no Parlamento. O programa também propõe a extinção do Fundo Partidário e do Fundo Eleitoral e sua substituição por financiamento privado de campanhas, sujeito a regras de transparência, rastreabilidade e limites de doação. Por fim, Zema defende a possibilidade de candidaturas independentes, permitindo que cidadãos concorram às eleições sem filiação partidária. A consequência mais previsível desse tipo de medida seria o aumento da personalização e da fragmentação na política. De que maneira essa mudança poderia ser positiva para a democracia é algo que o programa não consegue explicar.

O quadro abaixo sistematiza todas essas propostas em torno de alguns eixos como sistema eleitoral, sistema de governo, reeleição, financiamento e participação.

⁷³ Sobre as federações partidárias, ver RODRIGUES, Theófilo; VELLOZO, Julio. O que sabemos sobre as federações partidárias no Brasil? Reforma eleitoral, contexto, formação e resultados. *Rev. Bras. Ciênc. Polít.*, n. 45, 2026. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-3352.2026.45.294063pt>

Quadro 1 - Reforma política nos programas das candidaturas presidenciais — 2026

Candidato	Sistema eleitoral	Sistema de governo	Reeleição	Partidos	Financiamento	Participação
Lula	Não especifica mudança	Presidencialismo	Não detalha	Reforma política; representação	Debate sobre emendas	Ênfase na democracia participativa
Flávio Bolsonaro	Não detalha mudança	Presidencialismo	Fim da reeleição presidencial	Maior nitidez programática e densidade	Não detalha	Não detalha
Augusto Cury	“Aprimoramento” não detalhado	Semi-presidencialismo	Não detalha	Cláusulas de desempenho; transparência	Não detalha	Consultas e plataformas digitais
Ronaldo Caiado	Distrital misto	Presidencialismo	Fim da reeleição consecutiva no Executivo	Democracia interna; desempenho; federações	Transparência e rastreabilidade	Controle cidadão
Romeu Zema	Distrital misto	Presidencialismo	Não detalha	Candidaturas independentes	Fim dos fundos; financiamento privado	Não detalha

Fonte: Elaboração própria a partir dos programas de governo analisados. Quadro produzido com auxílio de I.A.

Essa análise revela uma lacuna importante na agenda apresentada pelos programas analisados: nenhuma das candidaturas aborda de forma específica a redução das assimetrias de gênero e raça na representação política. Não aparecem, nos documentos examinados, propostas voltadas à ampliação da presença de mulheres e da população negra nos espaços de representação, à revisão das regras de financiamento e distribuição de recursos partidários com esse objetivo ou à criação de mecanismos destinados a enfrentar a sub-representação desses grupos⁷⁴. A ausência dessas questões pode ser relacionada também ao próprio cenário da disputa presidencial de 2026, marcado, entre as principais candidaturas analisadas, pela ausência de mulheres na corrida à Presidência da República e pela limitada presença de candidaturas que expressem a diversidade racial da população brasileira. Ou seja, a reforma política aparece nos programas como uma discussão sobre regras institucionais e funcionamento do sistema, sem incorporar de maneira explícita a dimensão das desigualdades sociais que também condicionam o acesso à representação política.

Em síntese, os programas analisados apresentam concepções distintas sobre os caminhos para reformar o sistema político brasileiro⁷⁵. Flávio Bolsonaro tem como principal proposta concreta o fim da reeleição para a Presidência da República, medida que também aparece no programa de Ronaldo Caiado, embora este a combine com uma agenda mais ampla

⁷⁴ Sobre as cotas de gênero no financiamento de candidaturas, ver ARAÚJO, Clara; RODRIGUES, Theófilo. Judicialização da competição política e gênero: ação afirmativa nos Fundos Partidário e Eleitoral no Brasil. *Rev Bras Ciênc Polít.* n. 40, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-3352.2023.40.260812>

⁷⁵ Sobre as diferentes posições dos partidos políticos no espectro político brasileiro, ver RODRIGUES, Theófilo. *Partidos, classes e sociedade civil no Brasil contemporâneo*. Curitiba: Appris, 2021.

de reforma eleitoral e partidária. Caiado e Romeu Zema convergem na defesa do sistema distrital misto, ainda que apresentem formulações distintas sobre sua implementação e funcionamento. Augusto Cury, por sua vez, propõe uma mudança mais ampla no desenho institucional, tendo como principal inovação a adoção do semipresidencialismo, com a divisão da condução do governo entre o Presidente e um Primeiro-Ministro apoiado pela maioria parlamentar. Já o programa de Lula atribui maior ênfase à democracia participativa, destacando a ampliação dos mecanismos de participação social, os conselhos de políticas públicas, as conferências nacionais e a participação popular no planejamento e no orçamento. Desse modo, embora a reforma política esteja presente nos cinco programas analisados, ela assume conteúdos, prioridades e graus de detalhamento distintos em cada candidatura.

A fábrica, a estação e a urna

Miguel do Rosário⁷⁶

À memória do professor Wanderley Guilherme dos Santos.

O Rio que ficou na memória

Em 1907, quase um terço da produção da indústria de transformação brasileira saía da cidade do Rio de Janeiro. Somada à do antigo estado do Rio, a produção da capital elevava a participação fluminense a quase 40% do total nacional.

O Rio conservaria grande peso econômico nas décadas seguintes. Em 1949, capital e antigo estado ainda reuniam 19,5% do PIB brasileiro, quase o dobro dos 10,72% que o estado teria em 2023.

Em 1950, a cidade contava com 5.693 estabelecimentos industriais e 171.463 operários, numa população de 2,38 milhões de habitantes. Um em cada catorze moradores, contando crianças e idosos, trabalhava numa fábrica.

Entre esses estabelecimentos estava a fábrica de tecidos de Bangu, inaugurada em 1893 pela Companhia Progresso Industrial do Brasil. As moradias operárias, escolas e hospitais construídos em seu entorno fizeram crescer o bairro e permitiram que parte dos trabalhadores vivesse perto do emprego.

Para Wanderley Guilherme dos Santos, esse operário tinha mais que um salário. Em *Cidadania e Justiça* (1979), ele chamou de cidadania regulada o sistema em que os direitos sociais chegavam pela profissão reconhecida em lei e pela carteira assinada, e a fábrica servia de porta por onde o trabalhador entrava na cidadania.

A riqueza que a fábrica produzia e a vida de quem a operava cabiam no mesmo bairro. O Rio perdeu essa proximidade, mais que a fatia da economia nacional, e a distância que a substituiu se vive hoje na estação e chegou às urnas.

A coincidência entre produção e vida aparecia nas urnas. Na eleição presidencial de 1950, Getúlio Vargas recebeu aproximadamente 65% dos votos nominais tanto no antigo Distrito Federal quanto no antigo estado do Rio, diante de 48,73% no Brasil.

Em 1962, Leonel Brizola foi eleito deputado federal pela Guanabara, correspondente à cidade do Rio, com 269.384 votos. Sua candidatura reuniu 31,25% dos votos nominais e de legenda daquela disputa, quase um em cada três.

⁷⁶ Jornalista e editor do site O Cafezinho.

A riqueza que ficou

A participação do Rio no PIB brasileiro caiu de 19,5% em 1949 para 10,72% em 2023 porque o país cresceu para além de seus centros históricos, não porque o estado tenha deixado de produzir. Entre 2002 e 2023, Norte e Centro-Oeste ampliaram sua fatia do PIB nacional e o Sudeste inteiro perdeu espaço.

A riqueza, porém, continua no estado. Em 2023, o Rio ocupava o segundo lugar entre as economias estaduais, com 10,72% do PIB nacional, atrás apenas de São Paulo.

No mesmo ano de 2023, o PIB por habitante fluminense chegou a R\$ 73.053, o quarto maior do país, contra R\$ 53.887 na média brasileira.

A capital sozinha gerava 3,8% do PIB brasileiro, segunda maior participação entre os municípios. São Paulo tinha 9,7%, Brasília 3,3% e Belo Horizonte 1,2%, e Recife ocupava a 20ª posição.

O petróleo sustenta essa riqueza. Em 2025, o Rio produziu 87,8% de todo o petróleo brasileiro, e em Angra dos Reis ficam as duas únicas usinas nucleares do país. São atividades cuja renda circula por fornecedores, royalties e cofres públicos antes de chegar, quando chega, ao bairro.

Os indicadores sociais do estado, ao contrário dos econômicos, ficam abaixo da média nacional. No segundo trimestre de 2026, a taxa de desocupação fluminense chegou a 7,1%, contra 5,4% no Brasil, a oitava mais alta entre as 27 unidades da Federação.

Em 2025, a taxa de roubos registrados no estado alcançou quase o dobro da nacional. Em 2024, a mortalidade infantil fluminense registrou 13,4 óbitos por mil nascidos vivos, contra 12,3 no país.

A distância medida em minutos

A distância começou quando o emprego mudou de lugar e a população não o acompanhou. Segundo Juliana Trece, com dados da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), os empregos formais na indústria de transformação caíram 51,1% na cidade do Rio entre 1985 e 2024, 18% no estado inteiro, enquanto no Brasil cresceram 65,1%.

A população se espalhou pela metrópole, e o emprego formal ficou concentrado. Segundo Juciano Martins Rodrigues, em 2016 a cidade do Rio reunia 74,2% dos empregos formais da região metropolitana, três em cada quatro, com polos no Centro, na Zona Sul e na Barra da Tijuca.

Quem mora longe desses polos depende de uma viagem diária para receber salário. Lúcio Kowarick deu nome a esse custo em *A espoliação urbana* (1979). Tudo o que a cidade deixa de entregar corrói o salário que a periferia recebe, e a viagem longa concentra essa perda no cotidiano.

O tempo dessa viagem cresceu. Segundo o Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), a ida ao trabalho na Região Metropolitana do Rio levava em média 43,6 minutos em 1992 e 47 minutos em 2012, somados todos os meios de transporte.

Um levantamento mais recente, com método diferente, aponta um tempo maior. O Relatório Global Moovit 2024 registrou 58 minutos por trajeto planejado no aplicativo, o pior resultado entre as dez regiões metropolitanas brasileiras examinadas.

O trilho, que deveria encurtar essa viagem, é pouco usado. Em 2024, metrô, SuperVia e VLT somaram cerca de 31 viagens por ano para cada morador dos doze municípios atendidos. Xangai registrou 152 viagens por habitante e Pequim 166, cinco vezes mais.

Uma rede pouco usada e mal mantida é a distância em forma física. Em junho de 2026, a Agetransp, agência reguladora dos transportes do estado do Rio de Janeiro, multou a SuperVia por pendências no ramal Guapimirim, com dormentes deteriorados, lixo, drenagem falha e barreiras de acessibilidade. Em 17 de setembro de 2026, já sob a operação da TrensRJ, a vistoria da estação do Méier encontrou seis escadas rolantes fora de operação. Para um passageiro com dificuldade de andar, uma escada rolante que não funciona é a diferença entre viajar e ficar em casa.

O Rio tem conexões desenhadas, como as do VLT com o aeroporto Santos Dumont, a Rodoviária, a Praça XV e o metrô. A integração desenhada no mapa só existe no dia a dia com frequência, tarifa e manutenção.

Por que a distância persiste

A riqueza existe, e a pergunta passa a ser por que ela não se converte em serviços públicos para o cidadão, como um sistema de mobilidade urbana que funcione, escolas melhores e políticas de fomento à geração de empregos. A resposta passa pelo orçamento, mas não termina nele.

O estado tem receita própria. Em 2023, arrecadou R\$ 43,092 bilhões de ICMS, seu principal imposto, além de royalties e participação especial do petróleo, repartidos com os municípios.

Tem também uma dívida que estreita a margem. Ao final de 2025, a dívida consolidada líquida equivalia a 217% da receita corrente líquida, segundo o Tesouro Nacional, acima do teto de 200% da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O orçamento explica uma parte. Entre a receita arrecadada e o serviço entregue existem contratos, prioridades, equipes, fiscalização e articulação entre órgãos, e nada disso se compra com PIB.

Roberto Pires e Alexandre Gomide chamam esse conjunto de capacidades estatais. Elas envolvem recursos técnicos e administrativos e também a relação entre instituições e sociedade, e explicam por que dois estados com receita parecida entregam serviços diferentes.

A Agetransp, a mesma agência que multou a SuperVia em Guapimirim e vistoriou o Méier, julgou em 2026 um processo sobre a operação dos trens em junho de 2025. Reconheceu que a SuperVia cumpriu as metas de qualidade fixadas no contrato de concessão e registrou que essas metas não refletiam a qualidade devida aos passageiros.

A distância chega à urna

O eleitor fluminense apostou repetidas vezes na democracia à espera de mudanças. Frustrado por sucessivos governos, passou a buscar resposta na religião e na força, e não em projetos políticos de médio e longo prazo.

A euforia com as soluções de força tem medida recente. Em 28 de outubro de 2025, a Operação Contenção, nos complexos da Penha e do Alemão, deixou 121 mortos, a ação policial mais letal da história do país, condenada pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

Pesquisa Genial/Quaest feita nos dias 30 e 31 de outubro de 2025 registrou 64% de aprovação à operação entre os moradores do estado, contra 27% de desaprovação. Outros 73% queriam ações iguais em outras áreas.

No segundo turno presidencial de 2002, Lula recebeu 78,97% dos votos válidos no estado do Rio, contra 61,27% no Brasil. O estado superou o país em quase 18 pontos.

Em 2018, Bolsonaro recebeu 67,95% no estado, contra 55,13% no Brasil. Em 2022, manteve a maioria fluminense com 56,53% enquanto perdia no país com 49,10%. Em duas décadas, o Rio passou de mais lulista que o Brasil a mais bolsonarista que o Brasil.

A virada aconteceu enquanto a distância entre riqueza e vida persistia. A pergunta é como os moradores interpretaram essa distância e a levaram à avaliação de governos que haviam prometido encurtá-la.

A urbanista Ermínia Maricato ofereceu uma resposta numa entrevista de 2017 ao IHU (Instituto Humanitas Unisinos) sobre a política urbana dos governos Lula e Dilma. Ela reconheceu que o Minha Casa, Minha Vida ampliou o acesso à moradia e sustentou que o investimento sem reforma fundiária manteve as barreiras ao acesso à cidade.

Na leitura de Maricato, o subsídio conviveu com a valorização dos imóveis e com o deslocamento dos mais pobres para áreas mais distantes. Ganhar uma casa resolvia o teto e não garantia emprego, transporte nem serviço público por perto. A família melhorava de vida e continuava presa a uma rotina que devorava parte do que conquistou.

Rosana Pinheiro-Machado e Lucia Mury Scalco estudaram outra face do mesmo processo numa etnografia iniciada em 2009 no Morro da Cruz, em Porto Alegre. Seguiram a aposta na ascensão pelo consumo, sua fragilidade na crise e a adesão de parte dos pesquisados a Bolsonaro.

Em texto de 2018, as autoras consideraram insuficiente explicar essa adesão só pelos limites dos governos petistas ou só pelos acontecimentos posteriores a 2016. Sua interpretação

combina esperanças frustradas, desigualdades persistentes e relações sociais anteriores à crise.

A insegurança mostra outra face da mesma ausência do Estado no bairro. Num experimento realizado no Brasil e na Argentina em 2021, Isabel Laterzo encontrou, no grupo de participantes progressistas, associação entre percepção de insegurança, descrença nas políticas sociais e apoio a candidatos com propostas punitivas, o que sugere que a distância, quando vira medo, também muda o voto.

A objeção mais forte a essa hipótese está na própria cronologia. As fábricas do Rio fechavam desde 1985 e, mesmo assim, o estado deu a Lula 78,97% em 2002, o que impede tratar a desindustrialização como motivo suficiente para 2018.

A virada veio depois disso. Entre 2003 e 2016, os governos do PT prometeram encurtar a distância entre a riqueza do estado e a vida dos moradores, e o tempo de viagem ao trabalho no Rio, medido pelo Ipea, continuou subindo até 2012.

A promessa não cumprida, e não o fechamento das fábricas, é o que o eleitor cobrou em 2018.

Recuperar o Rio, nessa leitura, dispensa devolver ao estado a fatia que tinha numa economia brasileira muito menor. Exige encurtar a distância, com continuidade administrativa, fiscalização e controle social capazes de cobrar as promessas depois da eleição.

A fábrica, a estação e a urna medem a mesma distância em três momentos. O futuro do Rio está no que seus habitantes conseguem fazer com os recursos, os serviços e o tempo de que dispõem, e começa numa escada rolante que volta a funcionar.

Notas e fontes

Memória industrial e eleições históricas. A soma que leva a quase 40% em 1907 e a razão de um operário para catorze habitantes em 1950 são cálculos deste artigo sobre os números citados a seguir. As parcelas industriais de 1907 vêm de Sobral (2010, tabela 2, p. 72), e a participação no PIB de 1949, de Sobral (2009, tabela 1, p. 135), considerando capital e antigo estado conjuntamente. Os 5.693 estabelecimentos e 171.463 operários de 1950 constam na tabela XXVIII de *O Brasil em números*, do IBGE (1960, p. 42–43), consultada em reprodução textual, e a população vem de Carneiro (2001, p. 6). A fábrica de Bangu foi inaugurada em 1893, enquanto a companhia havia sido fundada em 1889 (Rio Memórias), e a referência não identifica o início de toda a ocupação da região. As duas medidas de participação (indústria de transformação em 1907 e PIB em 1949) têm denominadores diferentes e não formam uma única série. Vargas em 1950 permanece apoiado numa reprodução secundária, cuja linha do Distrito Federal agrega Fernando de Noronha, com percentuais calculados sobre votos nominais. Lopes (2013, tabela 1) registra 269.384 votos para Brizola, equivalentes a 31,25% de 862.057 votos nominais e de legenda, ou 26,35% quando se incluem brancos e nulos. As votações registram momentos de mobilização política, sem identificar individualmente

a escolha dos operários; “quase um em cada três votos” refere-se aos 31,25% de Brizola sobre votos nominais e de legenda.

Cidadania regulada e espoliação urbana. Santos (1979) e Kowarick (1979) entram como referências conceituais, sem citação literal. O primeiro descreve a vinculação dos direitos sociais à profissão regulamentada no Brasil pós-1930; o segundo, a corrosão do salário periférico pela ausência de serviços urbanos. A aplicação de ambos ao Rio de hoje é interpretação deste ensaio.

PIB e condições sociais. CEPERJ/IBGE, referência 2023, sustenta o PIB estadual, o valor adicionado por setor e o PIB por habitante (R\$ 73.052,55 no Rio, quarto do país, contra R\$ 53.886,67 no Brasil, Contas Regionais 2023 do IBGE divulgadas em 14 de novembro de 2025); a divulgação PIB dos Municípios 2022-2023 do IBGE, de 19 de dezembro de 2025, documenta a participação da capital e das demais capitais no PIB nacional (São Paulo 9,7%, Rio 3,8%, Brasília 3,3%, Belo Horizonte 1,2%, Recife na 20ª posição), e a Agência Gov documenta a redistribuição regional da economia. Desocupação, roubos e mortalidade infantil preservam, respectivamente, a tabulação do IJSN da PNAD Contínua do segundo trimestre de 2026 (ver também Agência Brasil), o FBSP (2026, p. 102) e a Secretaria de Saúde fluminense (2026, figura 18, p. 14), sem formar uma série homogênea de um único ano. A variação anual da taxa de roubos (queda de 7,9% entre 2024 e 2025, FBSP) não foi utilizada no corpo do texto.

Energia. A ANP registra 87,8% na consolidação anual da produção de petróleo de 2025, página 6 do boletim de dezembro, sem somar gás convertido em barris equivalentes. A Eletronuclear informa 640 MW em Angra 1 e 1.350 MW em Angra 2, enquanto Angra 3 é tratada no marco documental do TCU de 3 de fevereiro de 2026, não como atualização de um cronograma de conclusão.

Trabalho e território. Trece (2025), a partir da RAIS, calcula a mudança dos vínculos formais na transformação entre 1985 e 2024 e registra crescimento de 8,5% nos municípios metropolitanos fora da capital. Rodrigues (2017) informa a concentração de 74,2% dos postos formais metropolitanos na capital em 2016, próxima à de 2006, não uma transferência uniforme de todo emprego periférico para o Centro.

Duração e utilização dos trilhos. Ipea (2013, tabela 6, p. 11) registra a ida direta ao trabalho na região metropolitana por diferentes meios, com 43,6 minutos em 1992 e 47 em 2012. Os 58 minutos do Moovit pertencem aos trajetos planejados no aplicativo em 2024, cujo universo não representa todos os moradores, e não foram emendados à série da PNAD. O índice ferroviário de 2024 utiliza ANPTrilhos e os governos municipais chineses, dividindo viagens anuais pela população dos recortes explicitados. As entradas são 322,1 milhões/10,35 milhões para o Rio, 10,27 milhões por dia × 366/24,8026 milhões para Xangai e 3,62 bilhões/21,832 milhões para Pequim, com coberturas modais e territoriais diferentes e sem medir pessoas únicas, conforto ou pontualidade.

Estações e fiscalização. A Agetransp documenta as pendências de Guapimirim em 17 de junho de 2026 e as seis escadas rolantes paradas no Méier em 17 de setembro, sem

generalizar os achados para todas as estações. As conexões do VLT vêm das páginas operacionais da Motiva.

Receitas e capacidade estatal. O ICMS de 2023 utiliza os demonstrativos da Sefaz fornecidos pelo autor, com denominador de R\$ 43.091.833.006,18 e preservação das divergências, sem incorporar FECF, dívida ativa, multa, mora e receitas petrolíferas. Os 217% correspondem à dívida consolidada líquida sobre a receita corrente líquida ao final de 2025, no comunicado do Tesouro de 26 de fevereiro de 2026; o teto de 200% é o limite fixado para os estados pela Lei de Responsabilidade Fiscal e pela Resolução 40/2001 do Senado. A composição setorial do ICMS de 2023 (comércio, indústria de transformação e eletricidade e gás somando 79,03%) e a composição do valor adicionado estadual (serviços 61,1%, indústria 38,5%, CEPERJ/IBGE) foram retiradas do corpo por não sustentarem a tese e ficam registradas aqui. Pires e Gomide (2016, p. 126–127) fundamentam a distinção entre capacidades técnico-administrativas e político-relacionais. O processo Agetransp SEI-100003/001153/2025 reconhece metas cumpridas em junho de 2025 e registra a insuficiência dos indicadores para refletir a qualidade ofertada aos usuários.

Resultados eleitorais recentes. Os percentuais de 2002, 2018 e 2022 se referem ao segundo turno presidencial, aos votos válidos e ao estado inteiro, conforme as totalizações documentadas no projeto e a consulta do [TRE-RJ]; os percentuais nacionais de comparação (Lula 61,27% em 2002, Bolsonaro 55,13% em 2018 e 49,10% em 2022) são os resultados oficiais do TSE para o segundo turno(<https://www.tre-rj.jus.br/institucional/memoria/eleicoes-2002/resultados>).

Política urbana e expectativas. Maricato, na entrevista de 7 de fevereiro de 2017 ao IHU, especialmente na seção sobre reforma fundiária, reconhece a ampliação do acesso à habitação e critica seus limites territoriais. É a interpretação da urbanista sobre políticas e processos urbanos, não uma avaliação causal deste ensaio de toda a atuação da esquerda no Rio.

Experiência etnográfica. Pinheiro-Machado e Scalco (2018), especialmente nas considerações finais da versão publicada pelo IHU em 4 de outubro, discutem consumo, expectativas e adesão a Bolsonaro. O campo é o Morro da Cruz, em Porto Alegre, e suas conclusões não representam automaticamente o eleitorado fluminense; as autoras tratam como incompletas as explicações exclusivas pelos limites do lulismo ou pelos acontecimentos posteriores a 2016.

Operação Contenção. Os 121 mortos (117 civis e 4 policiais) e a condenação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos vêm do relatório da Justiça Global de 7 de novembro de 2025 e da nota da CIDH de outubro de 2025; a operação de 28 de outubro de 2025 ocorreu nos complexos da Penha e do Alemão. Os percentuais de aprovação (64%), desaprovação (27%) e apoio a ações semelhantes (73%) são da pesquisa Genial/Quaest com moradores do estado, entrevistas domiciliares de 30 e 31 de outubro de 2025, conforme

divulgação do Correio Braziliense de 2 de novembro de 2025. A frase sobre a busca de resposta na religião é interpretação do autor, sem dado próprio neste artigo.

Insegurança e interpretação política. Laterzo (2024), nas seções de métodos, resultados e discussão, utiliza um experimento com candidaturas hipotéticas, realizado em painel online de conveniência em março de 2021, com 1.512 participantes no Brasil e 1.521 na Argentina. O estudo examina preferências punitivas e suas relações com percepções, não a origem da criminalidade nem uma conversão retrospectiva dos votos cariocas em 2018; a frase que liga insegurança à “mesma ausência de serviço” é interpretação deste artigo, não conclusão da autora.

A conexão entre frustração urbana e desgaste da representação no Rio permanece uma hipótese interpretativa, não uma cadeia causal demonstrada. Indicadores de 2024 a 2026 descrevem condições posteriores e não foram utilizados como provas retrospectivas dos motivos do voto em 2018.

Violência política de gênero: o silenciamento das mulheres e os limites da democracia

Giulia Gouveia⁷⁷

Vanilda Souza Chaves⁷⁸

A decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que condenou, por violência política de gênero, o vereador de Nova Friburgo (RJ) José Sebastião Rabello, conhecido como Zezinho do Caminhão (Solidariedade), candidato ao cargo de deputado estadual nas eleições 2026, constitui um marco na interpretação e na aplicação das normas que criminalizam a violência política contra a mulher. O caso evidencia como condutas praticadas em espaços de representação política podem ultrapassar os limites do conflito político e produzir efeitos sobre o exercício dos mandatos e da participação das mulheres na política.

O artigo 326-B do Código Eleitoral define como crime:

“Assediar, constranger, humilhar, perseguir ou ameaçar, por qualquer meio, candidata a cargo eletivo ou detentora de mandato eletivo, utilizando-se de menosprezo ou discriminação à condição de mulher ou à sua cor, raça ou etnia, com a finalidade de impedir ou de dificultar a sua campanha eleitoral ou o desempenho de seu mandato eletivo”. (Brasil, 2021)

Em agosto de 2026, o TSE reconheceu, pela primeira vez, a ocorrência do crime previsto nesse dispositivo e declarou o ex-parlamentar inelegível por oito anos. Posteriormente, o Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ) indeferiu o registro de sua candidatura ao cargo de deputado estadual nas eleições de 2026. A literatura sobre violência política contra as mulheres permite compreender esses episódios. Krook e Restrepo Sanín (2016) defendem que a violência contra as mulheres deve ser compreendida em sua dimensão de gênero, pois funcionam como mecanismos de deslegitimação e de restrição da participação feminina.

Mais do que um caso individual, a decisão evidencia uma dimensão das desigualdades de gênero na política não se manifestam apenas nas barreiras de acesso aos espaços de representação. Elas também se expressam nas formas de violência e constrangimento que

⁷⁷ Doutoranda e mestre em Ciências Sociais (PPGCS/UFRRJ).

⁷⁸ Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP) e mestra em Políticas Públicas pela Universidade Federal do ABC (UFABC).

podem afetar a permanência das mulheres nesses espaços e limitar a capacidade de exercer plenamente os mandatos conquistados.

O caso de Nova Friburgo

O processo envolvendo Zezinho do Caminhão (Solidariedade-RJ) teve origem em episódios ocorridos em 2022, na Câmara Municipal de Nova Friburgo, durante uma discussão política na Comissão de Saúde. Na ocasião, o vereador, então líder do governo, dirigiu ofensas à então vereadora Priscilla Teixeira Pitta Muniz, eleita pelo PSB, chamando-a de “vagabunda” e “escrota”. Também declarou que ela “ficasse em casa” e afirmou que buscava promover seu isolamento político.

Com trajetória política concentrada em Nova Friburgo, Zezinho exerceu três mandatos consecutivos como vereador. Foi eleito pela primeira vez em 2012, pelo PSB, e reeleito em 2016, pelo PSOL, e em 2020, novamente pelo PSB. Em 2024, ocupou o cargo de secretário municipal de Serviços Públicos na gestão do prefeito Johnny Maycon (PL) e não concorreu à vereança. Nas eleições de 2022, disputou uma vaga de deputado estadual pelo Republicanos e conquistou a suplência.

Priscilla, por sua vez, estava em seu primeiro mandato. Antes de conquistar essa cadeira na Câmara Municipal, havia disputado eleições para vereadora em 2012 e 2016, chegando a ocupar a posição de primeira suplente. Em 2019, assumiu por oito meses a Subprefeitura de Olaria, um dos bairros mais populosos de Nova Friburgo. Nas eleições de 2024, voltou a disputar uma vaga no Legislativo municipal, mas não foi eleita.

Em um primeiro momento, o TRE-RJ entendeu que as manifestações estavam inseridas no contexto do conflito político e absolveu o vereador. O Ministério Público Eleitoral recorreu da decisão, e o caso chegou ao TSE, que, por unanimidade, reconheceu a caracterização da violência política de gênero. Na avaliação da Corte, as condutas não poderiam ser compreendidas exclusivamente como manifestações próprias do debate político.

O relator, ministro Dias Toffoli, destacou que a ameaça de isolamento político extrapolava os limites da retórica própria do embate político, na medida em que poderia restringir a atuação e a participação da vereadora na Câmara. Nesse sentido, a posição de liderança ocupada pelo agressor teria sido mobilizada como instrumento para dificultar a atuação política da parlamentar. A condição minoritária da vereadora no Legislativo municipal conferia à ameaça uma dimensão adicional de constrangimento e de restrição à sua participação política.

O ministro também ressaltou que os efeitos da conduta não permaneceram apenas no plano discursivo. Após as ofensas, Priscilla Pitta deixou a reunião da comissão, interrompendo sua participação em um espaço de exercício do mandato e de tomada de decisões políticas. Para o relator, o fato de o item da pauta em discussão ter sido posteriormente aprovado não é suficiente para afastar os efeitos da violência ou descaracterizar a conduta praticada. O ministro

observou, ainda, que as expressões empregadas contra a vereadora não encontravam correspondência no modo como o parlamentar historicamente se dirigia a seus colegas homens, embora também tivesse protagonizado embates políticos mais acirrados com eles. Essa distinção foi considerada relevante para identificar a dimensão de gênero da conduta do vereador.

Segundo o relator, a agressividade dirigida à vereadora assumiu um caráter qualitativamente distinto justamente por mobilizar estigmas e estereótipos historicamente associados à presença das mulheres nos espaços públicos. As ofensas e ameaças não foram compreendidas apenas como manifestações de um conflito político, mas como instrumentos utilizados para humilhar, constranger e ameaçar a adversária em razão de sua condição de mulher.

A condenação resultou na inelegibilidade do ex-parlamentar pelo período de oito anos. A decisão também estabeleceu pena de um ano de reclusão em regime aberto, posteriormente convertida em prestação de serviços à comunidade, além do pagamento de multa correspondente a um salário mínimo.

O aspecto central da decisão, portanto, reside na relação estabelecida entre a conduta praticada e o exercício do mandato parlamentar. O que estava em discussão não era apenas a ocorrência de ofensas dirigidas individualmente à vereadora, mas os efeitos dessas condutas sobre as condições concretas de sua participação na vida política. Ao constranger, ameaçar e buscar isolar uma parlamentar no espaço institucional em que exercia seu mandato, a violência ultrapassa a dimensão interpessoal e passa a incidir sobre o próprio exercício da representação política.

Essa distinção, que se aproxima da literatura especializada, é fundamental para compreender a especificidade da violência política de gênero. A agressão não se limita ao ataque à integridade ou à dignidade da mulher que ocupa um cargo público; ela pode também produzir efeitos sobre sua capacidade de participar das deliberações, de ocupar espaços de decisão, de exercer suas prerrogativas e de permanecer politicamente atuante. Nesse sentido, a violência opera simultaneamente em duas dimensões: atinge a mulher enquanto indivíduo e enquanto membro de um grupo historicamente sub-representado. Ao mesmo tempo, procura restringir sua atuação enquanto representante política.

O caso de Rodrigo Amorim (União Brasil - RJ)

O caso de Rodrigo Amorim (UNIÃO), deputado estadual eleito pelo Rio de Janeiro em 2022, permite ampliar essa reflexão. Em maio de 2024, o parlamentar foi condenado pelo TRE-RJ por violência política de gênero contra a então vereadora de Niterói Benny Briolly (PSOL). A condenação decorreu de declarações proferidas em discurso na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), em maio de 2022, nas quais utilizou expressões pejorativas para se referir à parlamentar. A pena de um ano e quatro meses de reclusão foi convertida em

prestação de serviços à comunidade e pagamento de 70 salários mínimos. Posteriormente, o TSE manteve a condenação. Em 2024, o TRE-RJ indeferiu o registro de candidatura de Amorim à Prefeitura do Rio, em razão de sua inelegibilidade decorrente da condenação por crime eleitoral.

Os dois casos apresentam um elemento comum: em ambos, a Justiça Eleitoral reconheceu que condutas dirigidas a mulheres no exercício da política poderiam ultrapassar os limites do conflito ou da crítica política e configurar violência política de gênero. As decisões evidenciam, assim, que a proteção jurídica não se restringe ao momento eleitoral, mas alcança também as condições concretas de exercício dos mandatos e de participação nas instituições.

A violência política de gênero como mais uma barreira à igualdade

A violência política de gênero constitui uma barreira à igualdade substantiva entre homens e mulheres. Casos como os de Rodrigo Amorim e Zezinho do Caminhão evidenciam que a violência política de gênero pode ser utilizada como instrumento de intimidação e silenciamento. Ao atingir mulheres no exercício de suas funções públicas, essas práticas não comprometem apenas sua dignidade e sua liberdade de atuação, mas também o direito da sociedade de ser representada por instituições plurais.

Nesse contexto, a presença de Marielle Franco na política brasileira permanece como referência da importância de ampliar os espaços de poder para mulheres negras, periféricas e historicamente excluídas, ao mesmo tempo em que evidencia as resistências e os riscos que acompanham essa transformação.

Os efeitos da violência política de gênero, além de provocarem impactos físicos e psicológicos sobre as mulheres que ocupam cargos públicos, também prejudicam a qualidade da representação democrática. Ao desestimular candidaturas, restringir a atuação institucional e reforçar a ideia de que determinados espaços de decisão não pertencem às mulheres, esse tipo de violência contribui para a reprodução das desigualdades políticas.

O enfrentamento desse fenômeno exige tanto a responsabilização dos agressores, quanto o fortalecimento de mecanismos de prevenção, proteção e fiscalização capazes de garantir que mulheres possam disputar eleições, exercer seus mandatos e participar da vida pública em condições de igualdade.

Desse modo, os casos evidenciam que a violência política de gênero não pode ser compreendida apenas a partir da intensidade ou do conteúdo isolado de uma manifestação. O desafio colocado às instituições está justamente em reconhecer quando práticas apresentadas como parte do conflito político passam a operar como mecanismos de deslegitimação e restrição da participação de mulheres. A distinção é relevante porque o debate político pressupõe conflito, divergência e, inclusive, críticas contundentes entre seus atores. O que não pode ser naturalizado como parte desse conflito são condutas que mobilizam a condição de mulher como instrumento para constranger, silenciar ou limitar a atuação política de uma adversária.

Neste sentido, a decisão do TSE no caso de Nova Friburgo possui relevância que ultrapassa a responsabilização individual do condenado. Ao reconhecer que a ameaça de isolamento político e as ofensas dirigidas à vereadora estavam relacionadas às condições concretas de exercício de seu mandato, a Corte reforçou uma compreensão da violência política de gênero que considera não apenas a agressão em si, mas sua função dentro das relações de poder. Esse entendimento é particularmente importante em um contexto no qual a presença de mulheres nas instituições políticas ainda permanece desigual, pois estabelece que a conquista de um espaço de representação não pode ser acompanhada pela imposição de obstáculos informais destinados a restringir sua permanência ou sua capacidade de atuação.

A violência política de gênero, portanto, deve ser situada no debate mais amplo sobre as condições de produção da representação democrática. A igualdade política não se esgota na possibilidade formal de votar, candidatar-se ou conquistar um mandato. Na realidade, pressupõe que diferentes grupos possam ocupar e disputar os espaços de poder sem que determinadas identidades sejam utilizadas como fundamento para sua deslegitimação. Sob essa perspectiva, enfrentar a violência política de gênero não significa eliminar o conflito próprio da política, mas estabelecer os limites necessários para que o conflito democrático não se converta em instrumento de exclusão. A proteção da participação política das mulheres, nesse sentido, não constitui uma questão apartada da democracia: é parte das condições que tornam possível uma representação efetivamente plural.

O veto à milícia armada e o risco do critério: o alerta do caso Salvino

Italo Nogueira⁷⁹

A Justiça Eleitoral empreende nas eleições de 2026 um esforço nacional para impedir a candidatura de políticos com vínculos com o crime organizado. O salutar movimento exige atenção e seus primeiros passos de aplicação acendem alertas para a avaliação dos critérios usados nos julgamentos.

A tese definida no TSE teve como origem quatro registros de candidaturas julgados nas eleições municipais de 2024 no Rio de Janeiro. Eles tratavam de pessoas formalmente acusadas pelo Ministério Público, alguns condenados em primeira instância, de envolvimento com crimes cometidos por milícias ou facções criminosas.

O primeiro julgamento deste ano no TRE-RJ, do deputado Val Ceasa (PRD), foi usado para definir os padrões das análises de registros de candidaturas que seguiram. Nos termos do voto da desembargadora Tathiana de Carvalho Costa, analisou-se “a) o standard probatório de indícios robustos, precisos e concordantes (não mera denúncia ou fama pública); (b) exigência de decisão judicial de vínculo orgânico (não bastando simples menção em investigação); (c) contraditório prévio na ação de registro/AIJE; (d) reserva a hipóteses de integração/vinculação orgânica, excluindo apoio difuso ou coincidência territorial”.

Ou seja, não houve necessidade, como nos casos referendados pelo TSE em 2024, de denúncia do Ministério Público. Bastaria uma decisão judicial de medida cautelar, como prisão, busca e apreensão ou quebra de sigilo. Val Ceasa, suspeito de atuar para impedir uma operação policial contra a facção Terceiro Comando Puro, teve a candidatura indeferida sem ter sido ainda denunciado criminalmente.

A variedade de casos julgados este mês mostra o desafio na aplicação do critério. Mariana de Souza, casada com um homem foragido sob suspeita de ser líder do Comando Vermelho em Alagoas, teve a candidatura indeferida apesar de não ser alvo sequer de investigação. O vínculo matrimonial, sua atuação política no Complexo do Alemão e doações de campanha em pleito anterior consideradas suspeitas foram as bases para o veto a sua postulação a uma vaga na Câmara dos Deputados. O vereador Junior da Lucinha (PSD), por sua vez, teve o registro deferido apesar da atuação conjunta, inclusive em seu nome de urna, com a

⁷⁹ Repórter da Folha de S. Paulo no Rio de Janeiro, formado em Jornalismo pela ECO/UFRJ, mestrando do FGV CPDOC.

mãe. A deputada Lucinha é acusada de atuar como “braço político” de uma milícia. Ele não é alvo de qualquer investigação.

O deputado Renato Machado (PT), por sua vez, teve a candidatura indeferida com base nos indícios descritos num relatório final de inquérito da Polícia Civil. A investigação gerou três denúncias, sendo duas vinculadas a supostas fraudes na Prefeitura de Maricá e a terceira, imputando ao parlamentar a ordem de homicídio de um jornalista. A defesa apontou que o deputado foi impronunciado pela Justiça. Ou seja, considerou-se que não havia elementos indiciários suficientes para levá-lo ao julgamento do Tribunal do Júri. Apesar disso, os elementos do inquérito foram usados para indeferir sua candidatura.

Não se ignora que as decisões do TSE fazem referência à identificação de “elementos denotativos de participação em milícia armada”. Nem que os critérios da Justiça Eleitoral sejam distintos da Criminal, permitindo juízos com elementos denotativos, como postulou o TSE. Contudo, a valoração dos indícios, tradicionalmente coletados em inquéritos policiais, não pode ignorar a possibilidade de uso político do aparato de segurança pública para inviabilizar candidaturas. Essa ressalva não decorre de nenhum dos registros analisados neste ciclo eleitoral, mas de evidências já documentadas de politização das forças de segurança, com o envolvimento direto de inspetores e delegados no processo eleitoral.

Evidencia este cenário a recente investigação contra o vereador Salvino Oliveira (PSD), atualmente candidato a deputado federal. O político foi preso preventivamente em março sob suspeita de envolvimento com o Comando Vermelho, sendo apontado pelo então governador Cláudio Castro (PL) “braço direito” da facção “dentro da Prefeitura”. Após questionamentos sobre a ação, a Polícia Civil divulgou nas redes sociais dados sigilosos da investigação para reforçar suas suspeitas.

O vereador foi solto e, um mês depois, a Justiça considerou que a investigação era uma “perseguição política” e encerrou o inquérito. Salvino contou com uma forte estrutura jurídica e política, por sua aliança com o ex-prefeito Eduardo Paes (PSD), que viabilizou a rápida reversão do caso. É cenário que não encontra paralelo em municípios médios ou pequenos, em que o aparato de segurança é ainda mais vulnerável ao uso político. Nestes casos, o controle do Ministério Público e do Judiciário, órgãos à parte do Executivo, pode servir como contrapeso.

Assim, o atual esforço na contenção do crime organizado nas instituições políticas deve buscar critérios seguros, sob pena de estimular outro grave desafio na segurança pública. O uso de relatórios policiais para inviabilizar políticos, atacando-os diretamente ou seus parentes, é uma variável a ser analisada pela Justiça Eleitoral com base na mesma realidade que a fez abrir os olhos para evitar a infiltração do crime na política.

Violência política e eleitoral no estado do Rio de Janeiro: balanço e reflexão à luz do ciclo eleitoral estadual de 2026

Pedro Bahia⁸⁰

A violência política e eleitoral não é uma novidade nas eleições brasileiras. Episódios de violência contra eleitores, candidatos e outras lideranças políticas sempre fizeram parte dos ciclos eleitorais do país. Assim sendo, iniciativas recentes da academia e da sociedade civil organizada buscam não só investigar as características do fenômeno, mas também coletar informações e registrar episódios de violência contra lideranças políticas. Entre elas, destacam-se a Terra de Direitos, o Observatório de Violência Política contra a Mulher e o Observatório da Violência Política e Eleitoral (OVPE) do GIEL-Unirio. Além de reunir dados sobre a violência na política brasileira, essas iniciativas permitem observar padrões de comportamento do fenômeno e identificar quais atores e tipos de violência aparecem com mais frequência.

O fenômeno da violência política e eleitoral pode se manifestar de diferentes formas e ser praticado por diferentes atores. O Observatório da Violência Política e Eleitoral (2026), por exemplo, organiza os episódios registrados no Brasil em cinco principais modalidades: violência física, como homicídios, sequestros e agressões físicas; violência psicológica, que envolve sobretudo as ameaças; violência econômica, como roubos e furtos; violência sexual, como assédios sexuais e estupro; e violência semiótica, que atinge a imagem das lideranças⁸¹.

As consequências da violência política e eleitoral

Os episódios de violência contra lideranças políticas não afetam apenas a integridade física ou psicológica das vítimas. A perpetração desses episódios tem consequências mais profundas, que atingem a participação e a representação políticas e, em um sentido mais amplo, a própria democracia brasileira. A primeira grande consequência é o comprometimento do exercício político e social das lideranças, especialmente daquelas eleitas. Tendo em vista que,

⁸⁰ Cientista político e doutorando em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP-UERJ). É pesquisador do Observatório da Violência Política e Eleitoral (OVPE).

⁸¹ Mais informações sobre a metodologia implementada no Observatório podem ser acessadas em: <http://giel.uniriotec.br/?file=metodologia>

na democracia representativa, os políticos são eleitos para representar uma agenda política demandada pela população, a prática da violência pode provocar a interrupção das atividades parlamentares ou a retirada ilegítima de um candidato da disputa. Isso, por sua vez, representa uma afronta à parte do eleitorado e às suas respectivas demandas.

Uma segunda consequência é o desestímulo às candidaturas eleitorais. A presença da violência no meio político e eleitoral pode criar um sentimento de insegurança e medo de vitimização criminal, o que, por sua vez, pode levar ao desestímulo e à desistência da candidatura. Esse efeito é ainda mais sensível para as minorias sociais e representativas. Do ponto de vista da violência política de gênero e racial, a violência é mais um entrave à ocupação dos espaços políticos por lideranças mulheres e lideranças negras e indígenas, historicamente sub-representadas nos espaços de poder da política brasileira.

Por que é particularmente importante pensar o fenômeno da violência no estado do Rio de Janeiro?

Em se tratando de eleições e de violência política e eleitoral, o estado do Rio de Janeiro ocupa uma posição central nas discussões. O estado é o segundo maior colégio eleitoral do Brasil. Isso, portanto, está relacionado à frequência de episódios violentos. Tendo em vista a maior oferta de candidaturas e, conseqüentemente, de cadeiras em cargos eletivos locais disponíveis, há uma concentração de episódios de violência política e eleitoral no estado. A título de exemplo, dados do OVPE revelam que, historicamente, o Rio de Janeiro é uma das unidades da federação com maior frequência de casos (GIEL, 2026).

Uma outra justificativa envolve um problema de segurança pública: o avanço do controle territorial por organizações criminosas e paramilitares. Em plena expansão sobre o território fluminense (Hirata; Couto, 2025), a interseção entre o crime organizado e a política local pode estimular os episódios de violência. Essa interseção pode ocorrer de duas formas: por meio de aliança, a partir do financiamento de candidaturas, por exemplo; ou por meio da violência, inibindo a participação política e eleitoral de lideranças que, por algum motivo, contrariam seus interesses.

Ainda que nem todos os casos de violência política e eleitoral sejam cometidos pelo crime organizado, o avanço dessas organizações sobre o território é uma ameaça não só à vida social dos habitantes dessas regiões, mas também à realização e à livre circulação de candidaturas políticas.

O controle territorial exercido pelas organizações criminosas se manifesta, sobretudo, no controle de quem pode entrar nesses territórios para fazer campanha política. A título de exemplo, mais recentemente, no dia 21 de setembro, a candidata a deputada federal Tatiana Roque (PSB-RJ) declarou em sua rede social que foi ameaçada a se retirar de uma comunidade enquanto realizava um comício na casa de apoiadores⁸². O episódio ilustra uma das diversas

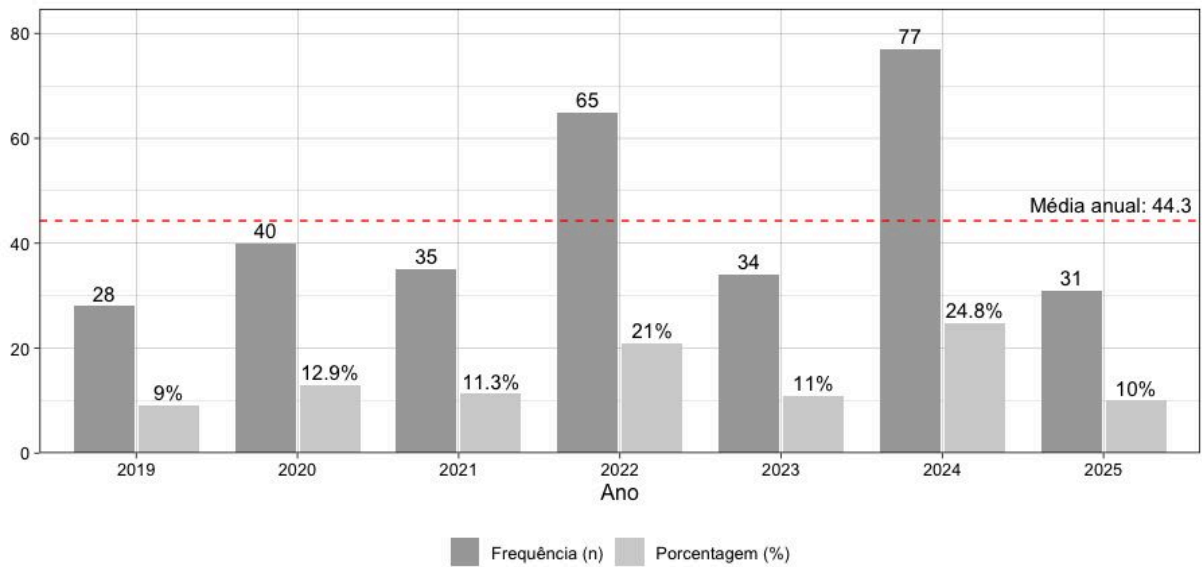
⁸² <https://www.instagram.com/tatianaroque.official/reel/Ddg9SIjzJJ9/>

consequências da influência e do impacto do controle territorial em processos eleitorais no estado.

O histórico de violência política e eleitoral no estado do Rio de Janeiro

A literatura coloca que a proximidade do ciclo eleitoral está associada ao aumento da frequência de casos de violência contra lideranças políticas, sobretudo candidatos (Borba et al., 2022). O estado do Rio de Janeiro, por sua vez, acompanha este prognóstico: em anos eleitorais, especialmente quando as eleições são municipais, o aumento numérico de casos pode ser mais expressivo (Bahia, 2025). A imagem 1 expõe esse crescimento ao longo dos anos. De forma sumária, os anos eleitorais registram maior frequência de casos. No ciclo de 2024, com as eleições municipais, o Rio de Janeiro registrou, por exemplo, a marca de 77 episódios naquele ano.

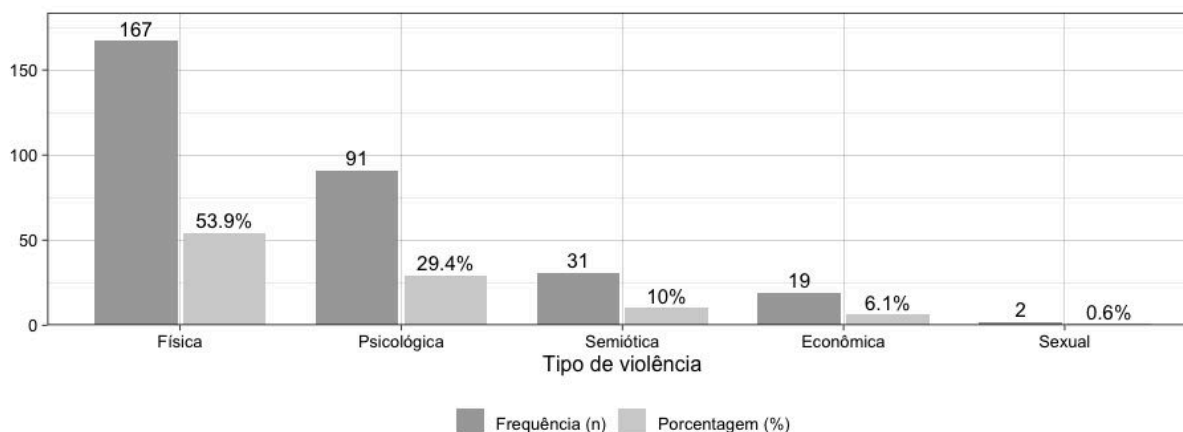
Figura 37 - Episódios de violência política no estado do Rio de Janeiro (2019–2025)



Fonte: Observatório da Violência Política e Eleitoral (GIEL, 2026).

Em relação às modalidades da violência investigadas pelo OVPE, a imagem 2 expõe os principais tipos de violência que ocorreram no estado do Rio de Janeiro entre 2019 e 2025. Os episódios de violência física se destacam como uma das modalidades mais frequentes – mais da metade de todos os casos no recorte temporal analisado. Vale mencionar que, dentro desta categoria, encontram-se, por exemplo, os homicídios tentados e consumados. Dados recentes também mostram uma concentração desse tipo de violência política e eleitoral no estado, em especial nos municípios da Baixada Fluminense (Bahia, 2025).

Figura 38 - Distribuição por modalidades violentas (2019-2025)



Fonte: Observatório da Violência Política e Eleitoral (GIEL, 2026).

Considerações finais: O que se espera desse ciclo eleitoral

Embora grande parte dos casos ocorra em âmbito municipal, em que os atores da política local são, em número absoluto, os mais vitimados (vereadores e candidatos à vereança, em especial) (GIEL, 2026), há episódios contra lideranças de diferentes níveis de atuação institucional. Além disso, é preciso lembrar também que a campanha estadual e nacional envolve a participação de atores locais, importantes "puxadores" de voto.

Neste ciclo eleitoral de 2026 especificamente, alguns episódios de violência se destacam – e demandam atenção das instituições e órgãos de controle. Um deles foi o assassinato do vereador da Câmara Municipal de Tanguá, Alexsandro Gusmão (PP-RJ), mais conhecido como "Sandrino do som". O vereador foi assassinado a tiros enquanto frequentava um bar da cidade no último dia 20 de agosto⁸³.

No que tange à interseção entre crime organizado, controle territorial e política local, duas ações institucionais valem menção. Assim como em eleições anteriores, o Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ) realizou mudanças em endereços de seções eleitorais localizadas em regiões classificadas como de "risco" – ou seja, onde há uma dominância criminal mais presente⁸⁴. O objetivo é evitar a possível influência do crime organizado no processo eleitoral. Além disso, o mesmo tribunal indeferiu diversas candidaturas políticas que possuíam algum vínculo com o crime⁸⁵. Tais ações ilustram as consequências do avanço da criminalidade, bem como de sua entrada na polícia local.

No mais, ressalta-se que essas iniciativas têm um caráter fundamental no combate e na prevenção da violência política, mas também são importantes respostas institucionais à

⁸³ <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2026/08/21/vereador-de-tangua-e-morto-a-tiros.ghtml>

⁸⁴ <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/eleicoes/2026/noticia/2026/08/03/tre-rj-muda-locais-de-votacao-por-cao-da-violencia.ghtml>

⁸⁵ <https://www.tre-rj.jus.br/comunicacao/noticias/2026/Setembro/tre-rj-chega-a-10-indeferimentos-de-candidatos-motivados-por-vinculos-com-organizacao-criminosa-paramilitar>

manifestação do fenômeno no estado do Rio de Janeiro. Somadas ao trabalho de pesquisa e de caráter científico desenvolvido pelos observatórios, elas contribuem para o entendimento da violência política e eleitoral e nos ajudam a pensar formas de atenuação desse fenômeno, tão nocivo para a democracia no estado do Rio de Janeiro e no Brasil como um todo.

O parlamento que já se anuncia: a república brasileira depois das urnas

Paulo Baía⁸⁶

Uma multidão atravessa a Avenida Paulista no fim da tarde. Outra se comprime nos vagões do metrô do Rio de Janeiro, enquanto Belo Horizonte, Salvador, Porto Alegre, Fortaleza e Recife repetem, cada uma à sua maneira, o ritual urbano das grandes cidades brasileiras. Automóveis quase imóveis, ônibus cheios, motocicletas procurando centímetros entre as faixas, bicicletas surgindo pelos corredores estreitos, milhares de pessoas tentando chegar a algum lugar.

As motos avançam como agulhas por dentro do tecido congestionado da cidade. As bicicletas disputam espaço entre ônibus, carros, caminhões e calçadas ocupadas. Apitos estridentes pedem passagem. Buzinas respondem. Motores aceleram sem sair do lugar. Entregadores equilibram nas costas o peso invisível da urgência de uma sociedade que deseja receber tudo imediatamente. Ciclistas levantam os braços, desviam de portas abertas, contornam buracos e reivindicam o direito de existir numa cidade desenhada para veículos maiores e mais protegidos.

Visto de longe, o trânsito parece desordem. Observado com atenção, revela direção, fluxo, disputa, hierarquia e convergência. Há os que ocupam as pistas centrais, os que circulam pelas margens, os que controlam os sinais e os que precisam apitar para não serem atropelados. A política também é assim. O futuro raramente aparece diante de nós como uma estrada vazia. Ele se anuncia no movimento aparentemente confuso do presente, nos corredores que se abrem, nas faixas que se fecham e nos grupos que conseguem transformar velocidade em poder.

É dessa maneira que observo o Congresso Nacional que poderá nascer das urnas de outubro de 2026. Não faço uma previsão eleitoral, muito menos reivindico a certeza impossível dos profetas. Procuro perceber uma tendência formada ao longo de onze anos, desde 2015, quando o Parlamento brasileiro começou a revelar de maneira mais nítida uma alteração de perfil político, social e institucional.

Naquele ano, o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar descreveu o Congresso recém-eleito como economicamente liberal, socialmente conservador e o mais conservador desde a redemocratização. Também em 2015, a Emenda Constitucional 86 tornou

⁸⁶ Sociólogo, cientista político, ensaísta e professor da UFRJ.

obrigatória a execução de determinadas emendas parlamentares individuais, inaugurando uma transformação que ultrapassaria em muito a técnica orçamentária. O Legislativo começava a conquistar uma autonomia material que modificaria sua relação com o Executivo.

Desde então, eleições, crises econômicas, impeachment, Lava Jato, ascensão do bolsonarismo, governos de Michel Temer, Jair Bolsonaro e Luiz Inácio Lula da Silva, conflitos com o Supremo Tribunal Federal e sucessivas batalhas pelo orçamento acrescentaram novas camadas a essa transformação. O Parlamento brasileiro de setembro de 2026 já não é aquele Congresso que aguardava o Palácio do Planalto distribuir recursos para somente então construir maiorias.

Deputados e senadores aprenderam a controlar parcelas crescentes do orçamento. Descobriram, de maneira prática, que orçamento significa território. Significa município, prefeito, vereador, obra, hospital, posto de saúde, estrada, ambulância, associação, contrato, visibilidade, voto e permanência. Cada emenda abre uma rua política. Cada transferência cria uma rota. Cada recurso liberado acende um sinal verde numa cidade ou numa base eleitoral.

Minha percepção do futuro próximo nasce dessa trajetória. Independentemente do nome que vencer a eleição presidencial de outubro, considero provável que o Congresso de 2027 tenha maioria formada por diferentes tonalidades da direita, da centro-direita, da extrema direita e pelo imenso território pragmático que convencionamos chamar de Centrão.

Não serão necessariamente forças homogêneas. Muito menos formarão uma identidade ideológica única. Poderão divergir sobre costumes, economia, meio ambiente, relações internacionais, segurança pública e sobre o próprio presidente da República. Ainda assim, poderão convergir quando estiverem em jogo a autonomia do Legislativo, o controle do orçamento, as prerrogativas parlamentares e a redefinição das relações entre o Congresso Nacional e o Poder Judiciário.

A extrema direita precisa ser incluída nessa cartografia sem eufemismos. Sua representação no Congresso Nacional cresceu significativamente desde as eleições de 2018 e chegou a setembro de 2026 como força parlamentar, eleitoral, comunicacional e cultural impossível de ser tratada como fenômeno periférico. Ela possui partidos, bancadas, lideranças nacionais, redes digitais, bases religiosas, estruturas territoriais e capacidade de mobilização. O que antes circulava como uma motocicleta solitária pelo acostamento passou a ocupar faixas inteiras da avenida política brasileira.

No outro extremo do espectro existem partidos de extrema esquerda, mas eles não possuem, em setembro de 2026, representação própria no Congresso Nacional. Essa fragilidade eleitoral, contudo, não equivale à inexistência social. Sua presença é expressiva e, em determinados ambientes, hegemônica nos movimentos estudantis, em setores dos movimentos identitários, em segmentos ativos dos movimentos sociais e em parcelas do movimento sindical.

Essa influência precisa ser compreendida dentro de uma transformação histórica mais ampla. Movimentos sociais e organizações sindicais já não possuem a mesma centralidade

política, social e cultural que alcançaram nos séculos XIX e XX. As mudanças no mundo do trabalho, a fragmentação das identidades coletivas, a precarização dos vínculos profissionais, a economia de plataformas e a comunicação organizada pelas redes digitais reduziram o poder das antigas estruturas de representação. Isso não significa que tenham desaparecido. Significa que agora disputam a rua com novos veículos, novas linguagens e novos condutores.

Nas universidades públicas federais e estaduais e nos Institutos Federais de todo o Brasil, a presença organizada da extrema esquerda permanece intensa. Em muitos desses espaços existe uma hegemonia política e cultural construída em entidades estudantis, centros acadêmicos, diretórios, coletivos, sindicatos e movimentos identitários. Trata-se, porém, de uma força muito mais capaz de ocupar assembleias, corredores universitários e manifestações do que de conquistar cadeiras nas câmaras municipais, nas assembleias legislativas e no Congresso Nacional.

Seus partidos apresentam candidatos e candidatas em praticamente todos os pleitos, mas continuam eleitoralmente frágeis. Produzem palavras de ordem, quadros militantes e interpretações críticas da sociedade, mas raramente convertem essa energia em mandatos. Apitam com força, pedem passagem, ocupam as ruas laterais da vida pública, mas encontram grandes dificuldades para atravessar os cruzamentos controlados pelas estruturas partidárias mais poderosas.

Nos últimos anos, partidos de extrema esquerda e movimentos identitários também passaram a disputar eleições para os conselhos tutelares. Entraram, assim, numa arena que as igrejas evangélicas ocupam de maneira planejada desde o final dos anos 1990. Os conselhos tutelares deixaram de ser percebidos apenas como órgãos locais de proteção da infância e passaram a integrar uma disputa nacional sobre família, gênero, educação, religião, direitos e presença territorial. Mais uma vez, a política mostra que as grandes avenidas dependem de inúmeras ruas pequenas.

O Congresso brasileiro lembra menos um exército marchando em formação do que uma arquibancada num Fla-Flu, num Palmeiras e Corinthians, num Cruzeiro e Atlético Mineiro ou num Internacional e Grêmio. Paixões diferentes, identidades poderosas, antagonismos verdadeiros. Entretanto, existe uma compreensão comum das regras, do território e daquilo que está em disputa. Adversários ferozes numa terça-feira podem votar juntos na quarta quando percebem que determinada matéria aumenta o poder da própria instituição.

É nesse ponto que as emendas parlamentares assumem significado sociológico maior do que seus valores contábeis. Elas representam a territorialização do poder congressional. O parlamentar deixa de ser apenas legislador e fiscalizador para tornar-se também distribuidor de recursos públicos em sua base eleitoral. Seria ingênuo imaginar que um Congresso que levou anos construindo esse poder simplesmente decidirá devolvê-lo ao Executivo. A manutenção das emendas impositivas tende, por isso, a permanecer no centro da arquitetura política de 2027, qualquer que seja o presidente eleito.

O segundo movimento dirige-se ao Supremo Tribunal Federal. O impeachment de ministros do STF tornou-se parte do vocabulário de setores da direita e da extrema direita e aparece com frequência na mobilização eleitoral para o Senado. Isso não significa que haverá afastamentos. Um processo dessa natureza depende de requisitos jurídicos, decisão política e maioria qualificada. O fato sociologicamente relevante é outro. Aquilo que durante muito tempo habitou a periferia do discurso político atravessou a porta do Parlamento e sentou-se à mesa das disputas institucionais.

Ao mesmo tempo, a discussão sobre uma reforma do Poder Judiciário ganha materialidade. Mandatos para ministros, mudanças nos critérios de indicação, limites para decisões monocráticas, regras de impedimento, códigos de conduta e mecanismos de controle entram no debate público. São propostas diferentes e, por vezes, contraditórias, mas reveladoras da atmosfera institucional deste momento.

Talvez seja exatamente aí que direita, centro-direita, extrema direita e parcelas pragmáticas do Centrão encontrem uma avenida comum. Alguns desejarão confrontar ministros específicos. Outros rejeitarão o impeachment, mas aceitarão discutir mudanças institucionais. As motivações poderão ser distintas. A convergência parlamentar poderá existir.

A provável composição da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro deverá obedecer à mesma lógica política e partidária do Congresso Nacional. A ALERJ tende a reunir diferentes direitas, uma centro-direita pragmática, representantes do Centrão, uma esquerda minoritária e parlamentares cuja identidade principal está menos na ideologia nacional do que nas redes territoriais de prefeitos, vereadores, lideranças religiosas, corporações profissionais e grupos locais.

A ALERJ possui um longo histórico de clientelismo, patrimonialismo e atuação corporativa. Em diferentes momentos, seus deputados agiram em bloco como se a própria Assembleia fosse um partido político. Não por acaso, analistas e jornalistas especializados incorporaram com regularidade e naturalidade a expressão “Partido da ALERJ”, algumas vezes abreviada como “Palerj”. A expressão descreve uma instituição capaz de proteger seus integrantes, negociar coletivamente com o Executivo e transformar interesses internos em disciplina política.

Ao longo do processo político e eleitoral de 2026, porém, outro movimento ganhou evidência. As ações da Polícia Federal, do Ministério Público Federal e de outras instituições contra organizações criminosas, entre elas o Comando Vermelho, o Terceiro Comando Puro, os Amigos dos Amigos e diferentes milícias, tornaram-se mais intensas e frequentes. Essas operações atingiram conexões políticas, administrativas e econômicas do crime organizado.

Investigações específicas alcançaram personagens situados em posições formais e estratégicas da ALERJ e da administração estadual. Os casos envolvendo Rodrigo Bacellar e TH Joias, cercados das garantias constitucionais do contraditório e da presunção de inocência, mostraram que as suspeitas sobre a relação entre criminalidade e política não podem mais ser

tratadas apenas como murmúrios de corredor. Passaram a integrar processos, denúncias, decisões judiciais e investigações públicas.

Somam-se a esse processo as ações do governador interino Ricardo Couto de Castro. Sua administração promove auditorias, revisões de contratos e reorganizações institucionais destinadas a reduzir a influência de grupos políticos sobre setores do Estado. Trata-se de uma tentativa de saneamento de instituições públicas estaduais que, durante muitos anos, foram loteadas ou submetidas à influência de deputados e dirigentes da ALERJ. Como toda intervenção institucional de grande alcance, essas medidas devem ser examinadas pelos critérios da legalidade, da transparência e da legitimidade democrática, mas seu impacto político já se faz sentir.

Também merece registro a atuação do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro e do Ministério Público Eleitoral. Essas instituições adotaram medidas firmes diante de candidaturas com vínculos eventuais ou supostos com organizações criminosas. Algumas candidaturas foram impugnadas ou indeferidas, embora as decisões continuem sujeitas a recursos e ao necessário controle das instâncias superiores.

A coragem institucional, nesse terreno, precisa caminhar ao lado do devido processo legal. Combater a captura criminosa da representação política é uma obrigação democrática. Transformar suspeitas frágeis em condenações antecipadas seria igualmente perigoso. A democracia precisa impedir que homens armados controlem eleições sem permitir que acusações sem prova substituam o julgamento jurídico.

O TRE-RJ também determinou a mudança de 72 locais de votação por razões de segurança, medida que alcançou aproximadamente 202 mil eleitores em vinte municípios. Escolas e outras unidades situadas em áreas submetidas à vigilância ou ao controle territorial de facções e milícias foram substituídas por locais considerados mais seguros. Essa decisão possui enorme significado político. O voto somente é livre quando o eleitor pode chegar à urna sem atravessar uma fronteira armada e sem sentir sobre os ombros o olhar de quem controla a rua.

Nesse ponto, a imagem do trânsito retorna com toda a sua força. Uma eleição não acontece apenas no instante em que alguém aperta uma tecla na urna. Ela começa no caminho até a seção eleitoral. Se uma facção controla a esquina, se uma milícia observa quem entra e quem sai, se um grupo armado determina por onde as pessoas podem circular, a liberdade política já chega ferida ao local de votação.

Por isso, olho para outubro sem fixar os olhos apenas no Palácio do Planalto. A eleição presidencial produz a fotografia mais luminosa da democracia, mas ao redor dela existem 513 cadeiras da Câmara dos Deputados, 54 mandatos senatoriais e milhares de vagas nas assembleias legislativas sendo disputadas. É nesse conjunto que poderá nascer a correlação de forças mais duradoura do próximo ciclo político.

O presidente eleito receberá a faixa. O Parlamento receberá votos, orçamento, prerrogativas e uma consciência cada vez maior de sua própria força. A ALERJ receberá uma

nova composição, mas carregará consigo estruturas, hábitos, alianças e memórias institucionais que não desaparecem apenas porque as urnas foram fechadas.

Minha premonição sociológica é essa. Desde 2015, alguma coisa se desloca lentamente no centro de gravidade da República. O Congresso tornou-se mais autônomo, mais conservador em dimensões importantes e mais senhor de instrumentos que antes pertenciam predominantemente ao Executivo. A extrema direita cresceu e se institucionalizou. A extrema esquerda conserva presença intensa em universidades e movimentos, mas permanece frágil na tradução eleitoral de sua influência. No Rio de Janeiro, a ALERJ entra nas eleições pressionada por investigações, mudanças administrativas e tentativas de impedir a captura criminosa da representação política.

Como no trânsito das grandes cidades na hora do pico, não conhecemos o destino individual de cada pessoa dentro de cada automóvel, ônibus ou vagão. Também não sabemos aonde chegará cada motociclista que costura o congestionamento ou cada ciclista que apita, insiste e pede passagem entre máquinas muito maiores.

Mas, quando milhares de veículos começam a seguir na mesma direção, quando as motos ocupam todos os corredores, quando as bicicletas se acumulam diante do sinal e quando os apitos se tornam mais altos do que as buzinas, já é possível perceber para onde a cidade está se movendo.

Referências

- ACONTECE A REGIÃO DOS LAGOS. **[Publicação sobre Dra. Gabriela]**. Instagram, 6 set. 2026. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Dc8sXyVlpIO/>. Acesso em: 12 set. 2026.
- AGÊNCIA GOV; IBGE. **Economias do Centro-Oeste e Norte foram as que mais cresceram entre 2002 e 2023**. Brasília, DF, 14 nov. 2025.
- AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS (Brasil). **Boletim mensal da produção de petróleo e gás natural, dezembro de 2025**: Consolidação anual. Brasília, DF, 2026a.
- AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS (Brasil). **Royalties; Participação especial**: Páginas explicativas. Brasília, DF, 2026b.
- AGETRANS. **Agetransp aplica multas de R\$ 520 mil à Supervia e CCR Barcas**. Rio de Janeiro, 17 jun. 2026a.
- AGETRANS. **Agetransp fiscaliza estação ferroviária do Méier**. Rio de Janeiro, 17 set. 2026b.
- AGETRANS. **Processo SEI-100003/001153/2025**: Avaliação dos indicadores contratuais de junho de 2025. Plenário Virtual, Sessão 3/2026. Rio de Janeiro, 2026c.
- ANPTRILHOS. **Balanco do setor metroferroviário de passageiros 2024**. Brasília, DF, 2025.
- ARNALDO Vianna reafirma apoio a Wladimir Garotinho e propõe colaboração em projetos na área da saúde. **Campos Informa**, 2024. Disponível em: <https://camposinforma.com.br/noticia/12050/arnaldo-vianna-reafirma-apoio-a-wladimir-garotinho-e-propoe-colaboracao-em-projetos-na-area-da-saude.html>. Acesso em: 16 set. 2026.
- BAHIA, Pedro. **Território, criminalidade e condição social**: evidências da violência política e eleitoral no estado do Rio de Janeiro (2018-2024). 2025. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025.
- BITTENCOURT, Jair. **Por um interior mais forte**. Rio de Janeiro, 17 ago. 2026. Instagram: @jairbittencourt oficial. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DcKDE0MRpoI/>. Acesso em: 26 ago. 2026.
- BOLOGNESI, Bruno; RIBEIRO, Ednaldo; CODATO, Adriano. Uma Nova Classificação Ideológica dos Partidos Políticos Brasileiros. **Dados**, v. 66, p. e20210164, 2023.
- BORBA, Felipe et al. Violência política e eleitoral nas eleições municipais de 2020. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 37, p. e3710803, 8 mar. 2022.
- BRASIL. **Lei nº 14.192, de 4 de agosto de 2021**. Estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14192.htm. Acesso em: 11 set. 2026.
- BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. **Rio de Janeiro ultrapassa limite da LRF de dívida consolidada no terceiro quadrimestre de 2025**. Brasília, DF, 26 fev. 2026.
- CARNEIRO, Alcides. **O Rio e sua Região Metropolitana**: um resgate de 60 anos de informações demográficas. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2001. (Coleção Estudos Cariocas, n. 20011201).
- CEPERJ; IBGE. **PIB estadual RJ, relatório 2023**: Resultados do Sistema de Contas Regionais. Edição de janeiro de 2026. Rio de Janeiro, 2026.
- CLIQUE DIÁRIO. **Macaé será a locomotiva do Rio, diz Eduardo Paes**. Clique Diário, 3 ago. 2026. Disponível em: <https://cliquediario.com.br/politica/macae-sera-a-locomotiva-do-rio-diz-eduardo-paes>. Acesso em: 18 set. 2026.

CORREIO BRAZILIENSE. **Genial/Quaest**: 64% dos moradores do Rio aprovam operação no Complexo do Alemão. Brasília, DF, 2 nov. 2025.

DI CESARE, Donatella. **O complô no poder**. Tradução de Cezar Tridapalli. Belo Horizonte: Âyiné, 2022.

DRA. GABRIELA. **[Campanha]**. Instagram, 24 ago. 2026. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/DcbCR-6On3e/>. Acesso em: 13 set. 2026.

ELETRONUCLEAR. **Relatório da administração e responsabilidade social 2025**. Rio de Janeiro, 2026.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2026**. São Paulo: FBSP, 2026.

G1. **TRE-RJ muda 66 locais de votação em 20 municípios por causa da violência**: quase 188 mil eleitores serão afetados. G1, Rio de Janeiro, 3 ago. 2026a. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/eleicoes/2026/noticia/2026/08/03/tre-rj-muda-locais-de-votacao-por-cao-da-violencia.ghtml>. Acesso em: 24 set. 2026.

G1. **Vereador de Tanguá é morto a tiros dentro de bar**. G1, Rio de Janeiro, 21 ago. 2026b. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2026/08/21/vereador-de-tangua-e-morto-a-tiros.ghtml>. Acesso em: 24 set. 2026.

GAZETA DO POVO. **Resultado da eleição para presidente no Rio de Janeiro no segundo turno**: Apuração encerrada. Curitiba, 28 out. 2018.

GHERMAN, Michel. Sobre letramento e distopia na nova extrema direita. In: GHERMAN, Michel; PACHECO, Ronilso (org.). **Diálogos em Tempos Difíceis**. Rio de Janeiro: Fósforo, 2026. p. 88-113.

GIEL. **Metodologia**: Observatório da Violência Política e Eleitoral. 2026. Disponível em: <http://giel.uniriotec.br/?file=metodologia>. Acesso em: 24 set. 2026.

GIEL. **Observatório da Violência Política e Eleitoral**: Dados. Rio de Janeiro, 2026.

GIRARDET, Raoul. O Salvador. In: GIRARDET, Raoul. **Mitos e Mitologias Políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 63-100.

GOUVEA, Murillo. **Lançamento oficial da candidatura de Murillo Gouvêa**. Rio de Janeiro, 16 ago. 2026. Instagram: @murilogouvea.rj. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DcFdB-oNGp5/>. Acesso em: 26 ago. 2026.

HIRATA, Daniel; COUTO, Maria Isabel (org.). **Mapa histórico dos grupos armados 2025** [livro eletrônico]. Rio de Janeiro, 2025.

IBGE. **O Brasil em números**: Apêndice do Anuário Estatístico do Brasil 1960. Rio de Janeiro, 1960.

IBGE. **Produto Interno Bruto dos Municípios 2022-2023**. Divulgação de 19 dez. 2025. Rio de Janeiro, 2025.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Mercado de trabalho no Espírito Santo, segundo trimestre de 2026**: Tabulação da PNAD Contínua/IBGE. Vitória, 2026.

IPEA. **Indicadores de mobilidade urbana da PNAD 2012**. Elaboração de Carlos Henrique Ribeiro de Carvalho e Rafael Henrique Moraes Pereira. Brasília, DF: Ipea, 2013. (Comunicados do Ipea, n. 161).

JUSTIÇA GLOBAL. **Relatório Operação Contenção**. Rio de Janeiro, 7 nov. 2025.

KLEMPERER, Victor. **LTI: A Linguagem do Terceiro Reich**. Tradução de Miriam Bettina e Paulina Oelsner. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

KROOK, Mona Lena; RESTREPO SANÍN, Juliana. Violencia contra las mujeres en política: en defensa del concepto. **Política y Gobierno**, v. 23, n. 2, p. 459-490, 2016. Disponível em:

https://www.scielo.org.mx/scielo.php?pid=S1665-20372016000200459&script=sci_arttext. Acesso em: 11 set. 2026.

LATERZO, Isabel G. Progressive Ideology and Support for Punitive Crime Policy: Evidence from Argentina and Brazil. **Comparative Political Studies**, v. 57, n. 6, p. 999–1034, 2024. DOI: 10.1177/00104140231193011.

LEAL, Hugo. **A lei seca salva vidas e transforma o nosso trânsito**. Rio de Janeiro, 29 ago. 2026. Instagram: @dep.hugoleal. Disponível em: https://www.instagram.com/p/Dcnx8Yyjkhi/?img_index=1. Acesso em: 11 set. 2026.

LEAL, Hugo. **Apoio de Eduardo Cavalieri**. Rio de Janeiro, 29 ago. 2026. Instagram: @dephugoleal. Disponível em: https://www.instagram.com/p/Dco_xI-hTZg/. Acesso em: 15 set. 2026.

LEAL, Hugo. **Apoio de Flávio Valle**. Rio de Janeiro, 19 ago. 2026. Instagram: @dephugoleal. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DcPpqQEh5p/>. Acesso em: 15 set. 2026.

LEAL, Hugo. **Apoio de Gilberto Kassab**. Rio de Janeiro, 24 ago. 2026. Instagram: @dephugoleal. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DcbY3jVB-7J/>. Acesso em: 12 set. 2026.

LEAL, Hugo. **Apoio de Ronaldo Caiado**. Rio de Janeiro, 24 ago. 2026. Instagram: @dephugoleal. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DccSvOTNU33/>. Acesso em: 12 set. 2026.

LEAL, Hugo. **Amar o Brasil é trabalhar por ele**. Rio de Janeiro, 7 set. 2026. Instagram: @dephugoleal. Disponível em: https://www.instagram.com/p/Dc_D8xmh0s5/. Acesso em: 12 set. 2026.

LEAL, Hugo. **Começo de uma nova caminhada**. Rio de Janeiro, 16 ago. 2026. Instagram: @dephugoleal. Disponível em: https://www.instagram.com/p/DcGfXUOEaFp/?img_index=1. Acesso em: 26 ago. 2026.

LEAL, Hugo. **“Não há poder absoluto em nenhum país do mundo, a não ser que seja uma ditadura”**. Rio de Janeiro, 5 set. 2026. Instagram: @dephugoleal. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Dc5s1MjR795/>. Acesso em: 12 set. 2026.

LEAL, Hugo. **O BPC não é favor: É proteção para quem precisa**. Rio de Janeiro, 6 set. 2026. Instagram: @dephugoleal. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Dc8fjIrBjgm/>. Acesso em: 12 set. 2026.

LEAL, Hugo. **Post sobre o projeto Solo Vivo**. Rio de Janeiro, 23 ago. 2026. Instagram: @dephugoleal. Disponível em: https://www.instagram.com/p/DcYVKr4EVUj/?img_index=1. Acesso em: 11 set. 2026.

LOPES, Guilherme Esteves Galvão. **As eleições de 1962 na Guanabara**: a consolidação de Brizola no cenário político nacional. 2013. Monografia (Graduação em História) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

MACAÉ (RJ). Prefeitura Municipal. **Macaé é reconhecida pela Veja Negócios entre as melhores cidades do Brasil**. Macaé: Prefeitura Municipal, 2026. Disponível em: <https://www.macaee.rj.gov.br/noticias/leitura/noticia/macaee-reconhecida-pela-veja-negocios-entre-as-melhores-cidades-do-brasil>. Acesso em: 13 set. 2026.

MACHADO, Carla. **Agora é pra valer**. Rio de Janeiro, 18 ago. 2026. Instagram: @dep.carlamachado. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DcKwxCHx3Q3/>. Acesso em: 26 ago. 2026.

MACHADO, Carla. **Desfile cívico escolar em Cazumbá**. Rio de Janeiro, 1 set. 2026. Instagram: @dep.carlamachado. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Dcw8xo0w44C/>. Acesso em: 11 set. 2026.

MACHADO, Carla. **Publicação do Lei Complementar 64/2026 que cria o Fundo Estadual de Assistência e Desenvolvimento Integral da Pessoa Neurodivergente (FUNADIN)**. Rio de Janeiro, 27 ago. 2026. Instagram: @dep.carlamachado. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DckTYILO8kW/>. Acesso em: 11 set. 2026.

MACHADO, Carla. **Resumo da “Caminhada da Independência”**. Rio de Janeiro, 7 set. 2026. Instagram: @dep.carlamachado. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DdAR8wABKSp/>. Acesso em: 11 set. 2026.

MACHADO, Carla. **Reunião em São Francisco de Itabapoana**. Rio de Janeiro, 10 set. 2026. Instagram: @dep.carlamachado. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DdIGY9Kudw0/>. Acesso em: 11 set. 2026.

MACHADO, Carla. **Reunião em Travessão Campos dos Goytacazes**. Rio de Janeiro, 10 set. 2026. Instagram: @dep.carlamachado. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DdHb1wItaDa/>. Acesso em: 11 set. 2026.

MACHADO, Carla. **Um domingo inesquecível**. Rio de Janeiro, 24 ago. 2026. Instagram: @dep.carlamachado. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DccDqtYxJoR/>. Acesso em: 11 set. 2026.

MACHADO, Chico. **[Publicação em vídeo sobre o PL]**. Instagram, 19 ago. 2026. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/DcOOpERIdP/>. Acesso em: 13 set. 2026.

MARCATO, Ermínia. A “distribuição de cidade” contra a senzalização da metrópole. [Entrevista concedida a] João Vitor Santos. **IHU On-Line**, 7 fev. 2017.

MARCIO REZENDE. **[Publicação Campanha]**. Instagram, 1 set. 2026. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Dcvd0hViYRL/>. Acesso em: 12 set. 2026.

MARCHITO, Soraya et al. **Quando a dor vira luta por direitos**. Rio de Janeiro, 23 ago. 2026. Instagram: @sorayamarchito. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DcZs04MKfcn/>. Acesso em: 11 set. 2026.

MOOVIT. **Moovit apresenta edição 2024 do seu relatório global**: Comunicado institucional. 28 jan. 2025.

MORAES, Luís Edmundo de Souza. A Negação Negacionista do Holocausto, suas Metamorfoses e a Ilusão de Ótica. In: MORAES, Luís Edmundo de Souza. **A Negação**: a construção social do fascismo no tempo presente. [S.l.: s.n.], [s.d.].

MOTIVA. **VLT Carioca**: Linha 1-Azul; Linha 2-Verde: Páginas operacionais. Rio de Janeiro, [s.d.].

PEQUIM. Governo municipal. **Population**: Dados de referência 2024. Pequim, [s.d.].

PEQUIM. Governo municipal. **Transportes**: Portal municipal. Pequim, 25 mar. 2025.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana; SCALCO, Lucia Mury. **Da esperança ao ódio**: juventude, política e pobreza do lulismo ao bolsonarismo. São Leopoldo: Instituto Humanitas Unisinos, 4 out. 2018. Versão adaptada do manuscrito *From Hope to Hate: The Rise and Fall of Brazil's Emergence*.

PIRES, Roberto Rocha Coelho; GOMIDE, Alexandre de Ávila. Governança e capacidades estatais: uma análise comparativa de programas federais. **Revista de Sociologia e Política**, v. 24, n. 58, p. 121–143, 2016.

PLANILHA de monitoramento Lappcom-NIEJ, regiões Petrópolis e Macaé-Rio das Ostras-Cabo Frio, aba "Conteúdo sensível". Rio de Janeiro: Lappcom/NIEJ-UFRJ, 2026. Base de dados interna do projeto.

PROJETO de Lei nº 3.537/2026 ("Lei do Grau"). Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2026. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2637802>. Acesso em: 11 set. 2026.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Estado de Fazenda. **Dados da arrecadação, exercício 2023**: Relatórios geral, setorial e por atividade. Rio de Janeiro, 2023.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Estado de Saúde. **Boletim informativo de mortalidade infantil e fetal no estado do Rio de Janeiro, 2025**. Rio de Janeiro, 2026.

RIO MEMÓRIAS. **Companhia Progresso Industrial, Fábrica Bangu, 1889**: Museu virtual. Rio de Janeiro, [s.d.].

RODRIGO Amorim é o 1º condenado por violência política de gênero no Brasil. **UOL**, São Paulo, 2 mai. 2024. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2024/05/02/rodrigo-amorim-e-o-1-condenado-por-violencia-politica-de-genero-no-brasil.htm>. Acesso em: 11 set. 2026.

RODRIGUES, Juciano Martins. **Concentração do emprego e seus efeitos na mobilidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles, 18 nov. 2017.

RODRIGUES, Juciano Martins. **Desafios da mobilidade metropolitana no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles, 23 out. 2015.

ROQUE, Tatiana. **Relato sobre ameaça e impedimento de realizar ato de campanha**. Instagram, 21 set. 2026. Disponível em: <https://www.instagram.com/tatianaroque.official/reel/Ddg9SIzJJ9/>. Acesso em: 24 set. 2026.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e Justiça**: a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SOBRAL, Bruno Leonardo Barth. As raízes das contradições entre a centralidade do Rio de Janeiro no contexto nacional e a fragilidade da divisão territorial do trabalho sob seu comando. **Leituras de Economia Política**, n. 16, p. 57–86, 2010.

SOBRAL, Bruno Leonardo Barth. Limites ao desenvolvimento do estado do Rio de Janeiro: aspectos estruturais de seu processo de industrialização no período recente. **Econômica**, v. 11, n. 2, p. 133–154, 2009.

SUBTENENTE BERNARDO. **[Campanha]**. Instagram, 21 ago. 2026. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/DcTVHYsOxfd/>. Acesso em: 12 set. 2026.

SUBTENENTE BERNARDO. **[Publicação Campanha]**. Instagram, 20 ago. 2026. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/DcRCMIKOHGb/>. Acesso em: 12 set. 2026.

TRECE, Juliana. **A deterioração da indústria de transformação do Rio de Janeiro**. Blog do IBRE/FGV, 23 out. 2025.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **TCU analisa documentos para retomada das obras de Angra 3**. Brasília, DF, 3 fev. 2026.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO. **100% das seções totalizadas**: confira como ficou o quadro eleitoral após o segundo turno. Rio de Janeiro, 31 out. 2022.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO. **Resultado das eleições 2002 no estado do Rio de Janeiro**: Memória eleitoral. Rio de Janeiro, [s.d.].

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO. **TRE-RJ chega a 10 indeferimentos de candidatos motivados por vínculos com organização criminosa paramilitar**. TRE-RJ, Rio de Janeiro, 14 set. 2026. Disponível em: <https://www.tre-rj.jus.br/comunicacao/noticias/2026/Setembro/tre-rj-chega-a-10-indeferimentos-de-candidatos-motivados-por-vinculos-com-organizacao-criminosa-paramilitar>. Acesso em: 24 set. 2026.

VIANNA, Caio. **Apoio a Rodrigo Medeiros (PL)**. Rio de Janeiro, 6 set. 2026. Instagram: @12caiovianna. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Dc-AdUUjzd2/>. Acesso em: 16 set. 2026.

VIANNA, Caio. **Caminhada ao lado do Pedro Paulo**. Rio de Janeiro, 11 set. 2026. Instagram: @12caiovianna. Disponível em: https://www.instagram.com/p/DdKATrSjRVR/?img_index=6. Acesso em: 13 set. 2026.

VIANNA, Caio. **Correata e entrevistas conduzidas por Júlia Pinheiro**. Rio de Janeiro, 6 set. 2026. Instagram: @12caiovianna. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Dc7kZ3NCSWD/>. Acesso em: 16 set. 2026.

VIANNA, Caio. **Deboche da postagem feita por Rosinha Garotinho**. Rio de Janeiro, 7 set. 2026. Instagram: @12caiovianna. Disponível em: https://www.instagram.com/p/Dc-2N97B_46/. Acesso em: 16 set. 2026.

VIANNA, Caio. **Denúncia sobre o abandono do Centro de Campos**. Rio de Janeiro, 18 ago. 2026. Instagram: @12caiovianna. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DcMyHWek432/>. Acesso em: 16 set. 2026.

VIANNA, Caio. **Dia da Saudade, memória à Arnaldo Vianna**. Rio de Janeiro, 1 set. 2026. Instagram: @12caiovianna. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Dcwotq6D-Sw/>. Acesso em: 16 set. 2026.

VIANNA, Caio. **Entrevistas com óculos inteligentes**. Rio de Janeiro, 22 ago. 2026. Instagram: @12caiovianna. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DcXHGEOu4SY/>. Acesso em: 16 set. 2026.

VIANNA, Caio. **Lançamento oficial da candidatura de Caio Vianna**. Rio de Janeiro, 16 ago. 2026. Instagram: @12caioviana. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DcFdN-oTURS/>. Acesso em: 26 ago. 2026.

VIANNA, Caio. **Por que sou contra as BETS?**. Rio de Janeiro, 4 set. 2026. Instagram: @12caioviana. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Dc39rXnESbE/>. Acesso em: 16 set. 2026.

VIANNA, Caio. **Projeto “Navegar é preciso”**. Rio de Janeiro, 31 ago. 2026. Instagram: @12caioviana. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DctZVMaAmnD/>. Acesso em: 16 set. 2026.

VIANNA, Caio. **Projeto da delegacia nova, PRF**. Rio de Janeiro, 31 ago. 2026. Instagram: @12caioviana. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DcuAL0ejCQY/>. Acesso em: 16 set. 2026.

VIANNA, Caio. **Relato de uma mãe de criança atípica**. Rio de Janeiro, 1 set. 2026. Instagram: @12caioviana. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DcwYcIxDza0/>. Acesso em: 16 set. 2026.

VIANNA, Caio. **Relatos de moradores e apoiadores**. Rio de Janeiro, 16 ago. 2026. Instagram: @12caioviana. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DcHlaHmOYBg/>. Acesso em: 16 set. 2026.

VIANNA, Caio. **Resposta aos ataques direcionados por Wladimir Garotinho**. Rio de Janeiro, 19 ago. 2026. Instagram: @12caioviana. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DcPLlStugT0/>. Acesso em: 15 set. 2026.

VIECELI, Leonardo. **Fatia das capitais no PIB aumenta em 2023, mas segue abaixo do início da série histórica. Folha de S.Paulo**, São Paulo, 19 dez. 2025.

WIKIPÉDIA, colaboradores. **Eleição presidencial no Brasil em 1950**: Reprodução secundária dos resultados históricos. [S.l.], [s.d.].

XANGAI. Governo municipal. **Bienvenue à Shanghai**: Dados populacionais de referência 2024. Xangai, [s.d.].

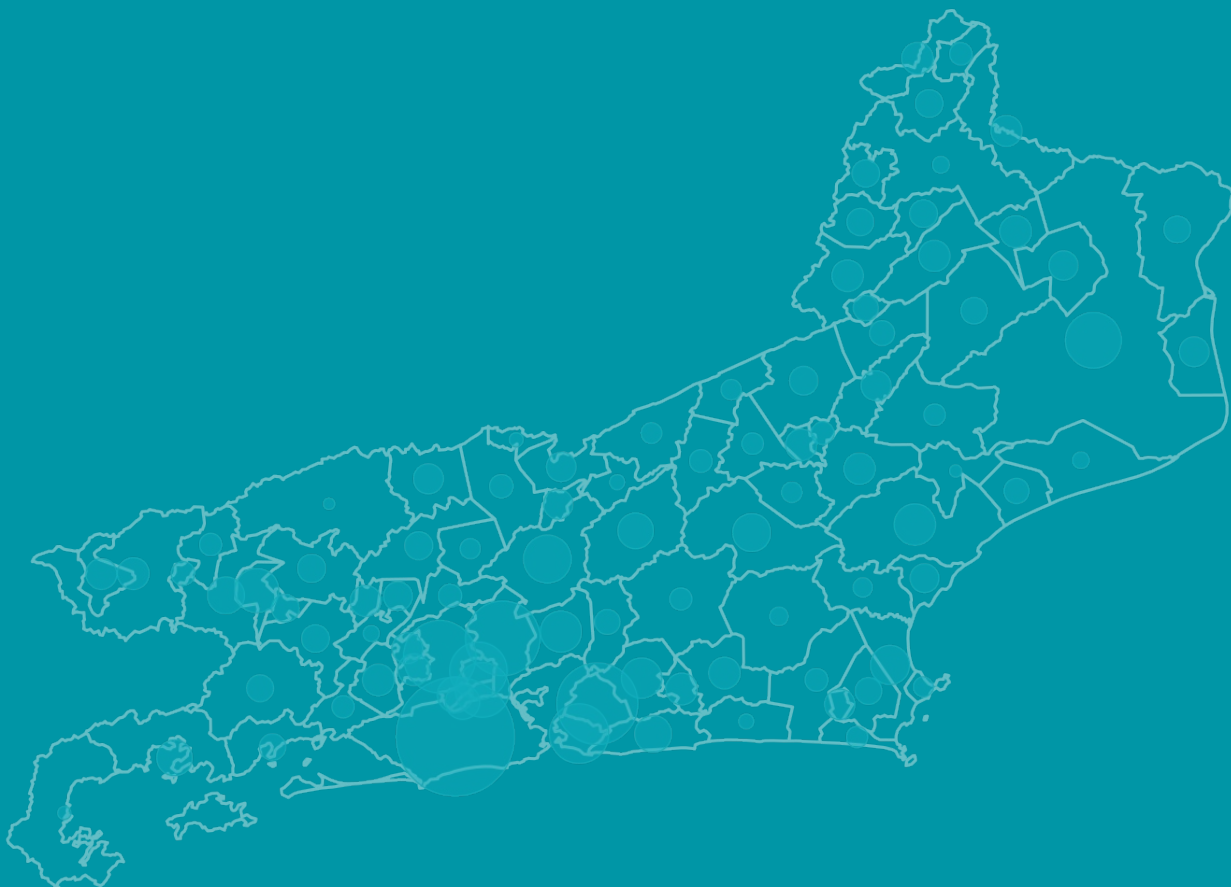
XANGAI. Governo municipal. **Divulgação do relatório de desenvolvimento dos transportes de 2024**: Portal municipal. Xangai, 15 abr. 2025.

Guia Lappcom Eleições Gerais 2026

VOLUME 3: Balanço da campanha

Dando continuidade ao trabalho de monitoramento das eleições gerais de 2026, este Guia apresenta análises a respeito do primeiro mês de campanha eleitoral. O esforço de observação das estratégias político-eleitorais do contexto fluminense tem como objetivo compreender a atuação de lideranças locais no território e as suas articulações com suas bases eleitorais.

Laboratório de Partidos, Eleições e Política Comparada (Lappcom-UFRJ/UFRRJ)



EXTREMOS
religião, política e violência